



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA

**O CONJUNTO CENTRO COMERCIAL DE LONDRINA-PR:
O EDIFÍCIO MULTIFUNCIONAL, A ARQUITETURA MODERNISTA E A
MODERNIZAÇÃO DA CIDADE.**

Autora: VANESSA JONES DE MELO
Orientador: Prof. Dr. Renato Leão Rego

MARINGÁ- PARANÁ
SETEMBRO - 2014

VANESSA JONES DE MELO

**O CONJUNTO CENTRO COMERCIAL DE LONDRINA-PR:
O EDIFÍCIO MULTIFUNCIONAL, A ARQUITETURA MODERNISTA E A
MODERNIZAÇÃO DA CIDADE.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Dissertação apresentada como parte das exigências para obtenção do título de MESTRE EM METODOLOGIA DE PROJETO, no Programa de Pós-Graduação em Metodologia de Projeto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá.

Orientador: Prof. Dr. Renato Leão Rego

Maringá
Estado do Paraná
Setembro - 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

M528c Melo, Vanessa Jones de
O Conjunto Centro Comercial de Londrina-Pr : o edifício multifuncional, a arquitetura modernista e a modernização da cidade / Vanessa Jones de Melo. -- Maringá, 2014.
ix, 106 f. : il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Renato Leão Rego.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Projeto de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

1. Conjunto Centro Comercial - Londrina (PR). 2. Edifício multifuncional. 3. Arquitetura modernista. 4. Verticalização - Arquitetura. 5. Londrina - Modernização. I. Rego, Renato Leão, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Projeto de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 21.ed. 720.98162

GV5-001910

Ao meu marido Murilo e meus filhos, Júlia e Felipe.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Renato Leão Rego pela paciente e dedicada orientação.

As professoras Tânia Fresca e Milena Kanashiro pela valorosa contribuição na pesquisa.

Aos queridos colegas de mestrado, Adriana, Ananias, Ana Carolina, Carla, Elise, Fábria, Fernando, Gabriela, Marinalva, Thamine e Wilton, pelos momentos de descontração e companheirismo.

Aos professores do Programa Associado de Pós-Graduação pelos ensinamentos, apoio e inspiração.

Aos meus amigos, colegas de trabalho e familiares que pacientemente compreenderam minha ausência em muitos momentos e me estimularam a perseverar.

A Deus, que me concedeu saúde e determinação para cumprir com meu propósito.

RESUMO

O Conjunto Centro Comercial, projetado pelo engenheiro civil Américo Sato, na década de 1950, é uma obra emblemática da verticalização de Londrina. Seu caráter multifuncional e sua arquitetura modernista ajudaram a promover uma nova dinâmica urbana e reforçaram o *status* de cidade progressista. Esse trabalho pretende revelar essas características a partir de uma leitura do projeto arquitetônico.

PALAVRAS-CHAVE: *Conjunto Centro Comercial, edifício multifuncional, modernização, arquitetura modernista, Londrina.*

ABSTRACT

The Conjunto Centro Comercial, designed by the civil engineer Américo Sato in the fifties, is an emblematic building of Londrina's process of verticalization. Its multifunctional character and its modernist architecture helped to promote a new urban dynamic and endorsed the status of a progressive city. This paper aims to unveil these characteristics based on the analysis of the building's design.

KEYWORDS: *Conjunto Centro Comercial, multifunctional building, modernization, modernist architecture, Londrina.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Palacete Santa Helena, Praça da Sé, 1954 – São Paulo, SP.....	9
Figura 2 – Edifício Martinelli, 1929 - São Paulo, SP.....	10
Figura 3 – Álvaro Vital Brazil em frente ao Edifício Esther, São Paulo, 1985.....	11
Figura 4 – Edifício Copan e seu entorno.....	14
Figura 5 – Planta baixa da galeria do Copan e acessos	15
Figura 6 – Corredor interno da galeria do Copan.....	15
Figura 7 – Conjunto Nacional, São Paulo.....	17
Figura 8 – Acesso interno ao bloco Horsa II, de escritórios.....	18
Figura 9 – Circulação interna da galeria comercial.....	19
Figura 10 – Vista parcial do Jardim Shangri-lá. À direita a linha do trem e parte do loteamento ‘Jardim do Sol’. Década de 1950.....	32
Figura 11 – Cine Ouro Verde (1948-52), projetado por Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi.....	35
Figura 12 – Edifício Autolon (1948-51), projetado pelo escritório de Artigas e Cascaldi.....	35
Figura 13 – Vista aérea do centro de Londrina na década de 1950.....	40
Figura 14 – Exemplar do Jornal Folha de Londrina de 15 de outubro de 1959.....	43
Figura 15 – Exemplar do Jornal Folha de Londrina de 20 de setembro de 1960.....	44
Figura 16 – Exemplar do Jornal Folha de Londrina de 30 de outubro de 1960.....	44
Figura 17 – Exemplar do Jornal Folha de Londrina de 21 de setembro de 1960.....	44
Figura 18 - Concha acústica de Londrina – década de 1950. Autoria de Yutaka Yasunaka.....	46
Figura 19 – Vista do centro de Londrina, na década de 1960, com o Conjunto Centro Comercial ao fundo.....	46

Figura 20 – Conjunto Centro Comercial de Londrina em construção (ao fundo e à esquerda). Década de 1960.....	51
Figura 21 – Conjunto Centro Comercial de Londrina.....	52
Figura 22 – Planta de localização do Conjunto Centro Comercial.....	53
Figura 23 – Fachada do Conjunto Centro Comercial, acessado pela rua Piauí	54
Figura 24 – Planta baixa do pavimento térreo (galeria comercial) do Centro Comercial.....	56
Figura 25 – Corredor de circulação do pavimento inferior da galeria com acesso à rua Piauí pelas escadas	57
Figura 26 – Foto do interior da galeria comercial.....	58
Figura 27 – Foto do interior da galeria comercial.....	58
Figura 28 – Fachada das torres residenciais do Conjunto Centro Comercial.....	58
Figura 29 – Carimbo do material gráfico original de substituição das plantas dos apartamentos do Conjunto Centro Comercial.....	60
Figura 30 - Desenho sistematizado pela autora (2013) Planta I- Bloco A	62
Figura 31 - Desenho sistematizado pela autora (2013) Planta II- Bloco A	63
Figura 32 – Desenho sistematizado pela autora (2013) Planta III- Bloco A.....	64
Figura 33 – Desenho sistematizado pela autora (2013) Planta IV- Bloco B.....	65
Figura 34 – Desenho sistematizado pela autora (2013) Planta V- Bloco B.....	66
Figura 35 – Desenho sistematizado pela autora (2013) Planta VI- Bloco B.....	67
Figura 36 – Desenho sistematizado pela autora (2013) Planta VII- Bloco C.....	68
Figura 37 – Desenho sistematizado pela autora (2013) Planta VIII- Bloco C.....	69
Figura 38 - Desenho sistematizado pela autora (2013) Planta IX – Bloco C.....	70
Figura 39 - Desenho sistematizado pela autora (2013) Planta X – Bloco C.....	71
Figura 40 - Circulação da galeria pela Rua Piauí.....	75
Figura 41 – Pilar circular no acesso pela Rua Souza Naves.....	76
Figura 42 – Revestimento em pastilhas cerâmicas dos pilares e paredes.....	76
Figura 43 – Revestimento em pastilhas cerâmicas dos pilares e paredes.....	76

Figura 44 – Revestimento em pastilhas cerâmicas dos pilares e paredes.....	76
Figura 45 - Acesso ao Bloco B.....	77
Figura 46 – Sala de estar conjugada à cozinha do apto. 172, Bloco B.....	78
Figura 47 – Área de serviço do apto. 172, Bloco B.....	78
Figura 48 – Corredor de distribuição dos dormitórios do apto. 201, Bloco C.....	79
Figura 49 – Cozinha conjugada à área de serviço do apto. 201, Bloco C.....	79
Figura 50 – Esquadria do bwc. do apto. 201, Bloco C.....	80
Figura 51 – Esquadrias da sala de estar do apto. 201, Bloco C.....	81
Figura 52 – Esquadria do dormitório do apto. 201, Bloco C.....	81
Figura 53 – Fachada do Edifício Julio Fuganti.....	81
Figura 54 – Fachada do Edifício Bosque.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo entre as edificações multifuncionais citadas no trabalho	19
Quadro 2 - Edifícios construídos na década de 1950.....	41
Quadro 3 - Edifícios verticais aprovados em Londrina – décadas de 1950/1960....	49
Quadro 4 - Distribuição do aptos-tipo nos Blocos A, B e C do Centro Comercial	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Representativo do crescimento da área edificada em Londrina na década de 1940.....	25
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A MULTIFUNCIONALIDADE NA EDIFICAÇÃO	6
1.1 Conceituação de edifícios multifuncionais	7
1.2 Edifício multifuncional no Brasil	9
1.3 Exemplos paradigmáticos de edificação multifuncional: COPAN, Oscar Niemeyer, SP e Conjunto Nacional, David Libeskind, SP	13
CAPÍTULO 2 – O DESENVOLVIMENTO DE LONDRINA: 1930-1950	21
2.1 Aspectos da modernização da cidade	24
2.2 A participação de profissionais forâneos e suas articulações com a capital paulista	29
2.3 A verticalização como elemento de modernização nos anos 1950	38
CAPÍTULO 3 – O CONJUNTO CENTRO COMERCIAL DE LONDRINA	48
3.1 O engenheiro Américo Sato	48
3.2 O projeto do Conjunto Centro Comercial	51
3.2.1 A galeria comercial	55
3.2.2 As torres residenciais	58
3.3 A arquitetura modernista	73
3.4 Características da multifuncionalidade no Conjunto Centro Comercial de Londrina	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXOS	96

INTRODUÇÃO

O processo de verticalização das cidades é um indício de modernização. Um edifício alto pressupõe inovações tecnológicas que advém do desenvolvimento econômico, da industrialização e da mecanização. Mas, segundo Somekh (1997), a relação existente entre a edificação vertical e a cidade ultrapassa a simples questão volumétrica; ela é impregnada de simbolismo, pois a verticalização pode representar o reflexo dos anseios de uma sociedade que deseja usufruir do status e do poder que o edifício em altura representa.

Neste contexto está inserida a edificação vertical multifuncional, representada pelo Conjunto Centro Comercial de Londrina, um exemplo paradigmático no processo de verticalização da cidade de Londrina, no norte do Paraná, e de sua inserção na vanguarda regional, através da construção de uma paisagem urbana moderna.

Londrina é uma cidade que teve sua formação estabelecida por uma companhia inglesa, a *Parana Plantations Ltd*, responsável pela colonização de uma área superior a um milhão de hectares, a partir de 1925 (BRAGUETO, 2007:169; REGO, 2009).

A partir de sua criação em 1934, Londrina se destacou pelo crescimento acelerado, proveniente das riquezas geradas pela cafeicultura, culminando, na década de 1950, à posição de polo regional. Nestes “anos dourados” (FRESCA, 2007) deu-se o processo de verticalização, caracterizado pela ressonância dos principais acontecimentos da metrópole paulista, enfatizando a estreita relação entre as duas cidades.

Esta relação iniciou-se nas correntes migratórias oriundas principalmente do interior paulista, em busca de solos férteis e baratos para o desenvolvimento da cultura do café. Acentuou-se com o prolongamento da Ferrovia São Paulo-Paraná, ligando o município de Ourinhos, no interior de São Paulo, ao norte do Paraná, e com os frequentes voos do aeroporto de Londrina para a capital paulista, configurando-se “como um prolongamento do Estado vizinho” (GONÇALVES, 1995). Mas foi principalmente consolidada com a sociedade londrinense que buscava em São Paulo as referências para o seu modo de vida ‘moderno’.

É neste contexto, de um relacionamento de mão dupla, que se procura identificar os diversos elementos que caracterizaram o intuito da classe dominante de Londrina em reproduzir, em solo paranaense, os aspectos modernos da metrópole paulista - uma reprodução simultânea da produção arquitetônica e urbanística paulistanas.

O projeto arquitetônico do Conjunto Centro Comercial, elaborado pelo engenheiro civil Américo Sato entre 1953-1955, revela o caráter pioneiro desta edificação no processo de verticalização de Londrina, tanto pelos seus aspectos de arquitetura modernista quanto do seu programa multifuncional, que contempla as funções de comércio, trabalho, lazer e moradia, como reflexo da vida moderna na metrópole paulista.

O Conjunto Centro Comercial concentra, na parte térrea, uma galeria comercial, acessada por duas ruas de importante circulação no centro da cidade, e três torres residenciais duplas que acomodam apartamentos com área e distribuição variadas, adequando-se às necessidades e particularidades dos moradores.

As características projetuais do Conjunto Centro Comercial, apesar dos mais de 50 anos de construção, refletem posturas contemporâneas no que se refere à personalização de plantas e à multifuncionalidade.

É neste panorama, de novas tipologias construtivas voltadas à interação entre o âmbito público e o âmbito privado, que revela-se a hipótese de que o projeto do Conjunto Centro Comercial e seu caráter multifuncional promoveu uma nova dinâmica urbana no centro da cidade.

Em Londrina, os primeiros edifícios verticais foram projetados e construídos no período compreendido entre 1949 e 1959, com a criação de várias construtoras locais e a fixação na cidade de engenheiros, projetistas e desenhistas forâneos que prestavam serviços às construtoras (SUZUKI, 2007).

Observa-se que o período que caracterizou o início da verticalização de Londrina, corresponde ao processo de intensificação da verticalização de São Paulo. Compreendido entre os anos de 1940 e 1956, ele é identificado por Somekh (1997) como a segunda fase de verticalização da capital paulista, quando esta adotou o paradigma de verticalização americano, com a liberação do gabarito máximo nos edifícios. Souza (1994) já reforçava esta ideia ao identificar nas décadas de 1950 e 1960 um período de intensificação dos investimentos imobiliários na cidade de São

Paulo, com a contratação de arquitetos de renome nacional e internacional para a realização de importantes projetos, como o arquiteto Oscar Niemeyer, autor do projeto do Copan (1952).

A partir do contexto acima, formula-se outra hipótese deste trabalho, de que a ressonância dos acontecimentos da metrópole paulista, na cidade de Londrina, ocorre de forma peculiar, caracterizado pela simultaneidade.

Cabe ressaltar que, com o pujante crescimento econômico da metrópole paulista na década de 1950, surgiu uma nova categoria de agrupamentos comerciais – as galerias – que são classificadas em quatro tipologias: o edifício-conjunto, que agrega num mesmo espaço múltiplas atividades (serviços, comércio e residências); o edifício galeria, adotando característica de rua e permitindo a passagem de pedestres (exclusivo para comércio); o edifício comercial, com todos os andares voltados ao comércio e serviços; e a passagem, caminho estreito cruzando quadras com lojas de um ou dois lados (GALVÃO, 2007). Nota-se que o Conjunto Centro Comercial de Londrina se enquadra no primeiro tipo.

As migrações de profissionais de arquitetura, como a que levou o engenheiro Sato a Londrina, são também responsáveis pela disseminação dos valores da arquitetura moderna (SEGAWA, 1999). De fato, as novas frentes de urbanização e expansão das principais cidades no interior do país possibilitaram o deslocamento destes profissionais, dos grandes centros urbanos para o interior, promovendo um processo de transferência de valores culturais e de tecnologia.

É notável o reflexo dos acontecimentos da metrópole, especificamente da capital paulista, no desenvolvimento urbano de Londrina, na medida em que, pela sua condição econômica e pela sua produção cultural, promoveu a propagação de tendências e de novas ideias. E neste contexto, a sociedade organizada da cidade de Londrina, que ansiava pelo *status* de cidade moderna, particularmente representada pela Sociedade Amigos de Londrina (SAL) e pelo poder público local, estimulou a produção da arquitetura e urbanismo modernistas (REGO, 2012).

Sendo assim, é importante situar a produção da arquitetura modernista londrinense como “resultado da ação de indivíduos que viam a necessidade de afirmação da cidade como polo de desenvolvimento da região através de uma arquitetura de destaque” (CASTELNOU, 1998).

Portanto, fruto do impulso econômico local, o modernismo londrinense expressou-se principalmente, através das obras de Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi que desenvolveram projetos de envergadura para a cidade, entre eles: a Estação Rodoviária Municipal, o Cine Ouro Verde, o Estádio Municipal e o Aeroporto e pela atuação do urbanista Prestes Maia, através da proposta urbanística para Londrina baseada no plano para São Paulo (REGO, 2012).

As obras de Artigas e Cascaldi devem ser consideradas como fundamentais para compor a ideia de arquitetura modernista em Londrina (GUADANHIM, 2002). Mas junto com ela vem também o projeto de Américo Sato para o Conjunto Centro Comercial.

Assim, esta dissertação pretende, como objetivo geral, entender como o Conjunto Centro Comercial de Londrina representou a modernização urbana.

E, para tanto, os seus objetivos específicos são:

- a) compreender o projeto arquitetônico do Conjunto Centro Comercial de Londrina como obra paradigmática no processo de verticalização da cidade;
- b) considerar a relevância urbana do Conjunto Centro Comercial de Londrina nas décadas de 1950 e 1960;
- c) apontar as características modernas e modernistas desta edificação;
- d) refletir sobre o seu caráter multifuncional.

Para alcançar os objetivos propostos, delineou-se um encaminhamento metodológico embasado no método histórico e no estudo de caso. Para Marconi e Lakatos (2010, p.89), o método histórico “consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje”. Para as autoras, o método histórico é um dos métodos específicos das ciências sociais, pois ao submeter à análise determinadas instituições, observa-se as alterações de seus componentes ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural local e de cada época.

Já o estudo de caso é definido por Robert Yin (2001) como “a estratégia de pesquisa escolhida ao se examinar acontecimentos contemporâneos e tem como fontes de evidências a observação direta”.

Para este trabalho, adotou-se a análise do material gráfico original, obtido na Prefeitura Municipal de Londrina, composto de 10 plantas do projeto do Conjunto Centro Comercial com data de 1962 e assinadas pelo engenheiro Américo Sato e pelo representante da Construtora Veronesi, o engenheiro Rômulo Veronesi. Através do estudo do projeto pode-se levantar aspectos formais e construtivos da edificação que caracterizam a multifuncionalidade do programa e a arquitetura modernista do edifício. Além disso, foram realizadas várias visitas ao Conjunto Centro Comercial com o propósito de analisar a configuração dos apartamentos, sua distribuição interna e seu dimensionamento, bem como materiais, acabamentos e detalhes construtivos. Uma série de fotografias, atuais e antigas, também contribuiu para o entendimento do projeto e do seu impacto no contexto urbano da época.

Na sua estrutura, este trabalho possui, além desta introdução, três capítulos. No primeiro capítulo, procura-se refletir sobre o caráter multifuncional das edificações verticais no Brasil, sua origem, principais exemplos e seu reflexo no contexto urbano das cidades contemporâneas e na readequação dos espaços urbanos existentes.

No segundo capítulo, parte-se primeiramente para a análise dos aspectos da modernização do norte do Paraná e a difusão das ideias modernistas através da migração de profissionais de arquitetura e engenharia responsáveis pela modificação do cenário urbano das cidades em formação e expansão. No processo de verticalização da cidade de Londrina vê-se nitidamente configurado o anseio da sociedade organizada e do poder público em refletir, no seu contexto urbano, o repertório de arquitetura moderna produzida nas principais metrópoles brasileiras, em particular em São Paulo.

Na sequência, no terceiro capítulo procede-se o levantamento do objeto de estudo, o Conjunto Centro Comercial de Londrina, mediante a análise de seu projeto arquitetônico, da biografia de seu autor, Américo Sato, das características modernas e modernistas da edificação e dos demais edifícios que compõem seu entorno imediato.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, que encerram reflexões sobre a arquitetura modernista realizada em Londrina na década de 1950 e a expressão dos edifícios verticais multifuncionais no processo de desenvolvimento urbano das cidades e o reconhecimento deste conceito no estudo de caso.

CAPÍTULO 1 – A MULTIFUNCIONALIDADE NA EDIFICAÇÃO

A edificação vertical multifuncional tem sido recomendada como alternativa viável para os problemas da cidade contemporânea. O arquiteto britânico Richard Rogers, autor do livro *Cidades para um pequeno planeta* (2008), destaca que a edificação caracterizada pela multiplicidade de funções, ao sobrepor atividades de moradia, comércio e lazer, e adensar a população, reduz as distâncias e o tempo de transporte entre as atividades diárias e diminui o consumo energético e a poluição, promovendo a melhoria da qualidade de vida urbana nos projetos de cidades compactas.

Seguindo uma linha de pensamento semelhante, Rem Koolhaas, arquiteto holandês, autor do livro *Nova Lorque Delirante*, já assinalava neste texto de 1978, aspectos positivos para a aproximação da diversidade de usos e funções no interior de um edifício específico.

Mais recentemente, Mahfuz (2011) retomou a discussão sobre o edifício multifuncional inserido no espaço público atual, que já não se restringe aos tipos básicos de espaço aberto da cidade tradicional: rua, praça e pátio, mas que promove a transferência de muitas atividades públicas para o interior dos edifícios.

A presença de duas ou mais funções no interior de uma única estrutura não é um fato novo na história da arquitetura. Desde a antiguidade clássica com a ágora grega e as termas romanas e durante o período medieval, com a residência sobre a loja e lojas sobre uma ponte, a exemplo da Ponte Vecchio em Florença (1345), a concentração de atividades decorria da dificuldade de movimentação das pessoas pelo território (MAHFUZ, 2011).

Embora seja sabido que não é recente esta combinação de funções, observa-se que durante o processo de transformação da sociedade industrial no século XX, o projeto urbano privilegiava a monofuncionalidade e não a mistura de funções (DZIURA, 2009). A interrupção da história da edificação multifuncional se deu pelo estímulo à distribuição horizontal das funções da cidade, ocupada por edifícios monofuncionais, distribuídos em setores também monofuncionais (LIMA, 2008).

Todavia, em 1933, através da Carta de Atenas, o arquiteto suíço Le Corbusier (1993) formalizou a filosofia urbanística da arquitetura moderna, na qual preconizou que

as funções-chave habitar, trabalhar e recrear-se desenvolvem-se no interior de volumes edificadas [...] que não dependem apenas do solo e de suas duas dimensões, mas sobretudo de uma terceira, a altura (item 82). [...] para que seja fácil dotar as moradias dos serviços comuns destinados a realizar comodamente o abastecimento, a educação, a assistência médica ou a utilização dos lazeres, será preciso reuni-las em “unidades habitacionais” de proporções adequadas (item 88).

Le Corbusier sintetizou na “*Unité d’Habitation*” este novo conceito de bairro residencial que propunha concentrar num único edifício todas as funções prioritárias do bairro, interiorizando a dinâmica urbana que havia sido prejudicada pela prática da monofuncionalidade dos edifícios e zonas da cidade apregoado nos princípios dos CIAM’s. Ao explicar o significado da *Unité d’Habitation*, Lima (2008:56) escreve:

Muito mais do que um edifício, a *Unité d’Habitation*, era um protótipo de uma nova forma de habitar, de uma nova forma de cidade, até de uma nova forma de sociedade, pensada como um grande navio, como uma concentração de várias funções e serviços num edifício que se queria essencialmente residencial.

Mas a consciência de multifuncionalidade estava apenas implícita nos projetos de Le Corbusier, pois não havia o objetivo real de misturar pedestres, moradores e usuários (DZIURA, 2009). A Unidade de Habitação de Marselha, construída em 1947, rompia com o tecido urbano tradicional isolando no edifício as funções urbanas. Esta proposta revela um edifício multifuncional, com moradias familiares e “ruas” interiores que concentram atividades comerciais, de lazer e de serviços (DZIURA, 2009). De modo distinto, o entendimento atual do edifício multifuncional engloba a interação com a cidade: participa e estimula a dinâmica urbana, ao invés de segregá-la.

1.1 Conceituação de edifícios multifuncionais.

É recente a discussão teórica sobre o termo “multifuncional” e não há consenso sobre esta denominação entre os profissionais de arquitetura e urbanismo, já que vários outros termos são empregados para designar os edifícios que concentram atividades distintas conjuntamente. Assim pode-se encontrar sinônimos como edifício de uso misto e edifício híbrido.

Nesta discussão, observou-se que os autores que utilizam o termo “uso misto” entendem que o edifício deve atender as seguintes características específicas: possuir três ou mais usos significativos; garantir a integração funcional destes usos e estar em conformidade com o planejamento urbano (DZIURA, 2009:37).

E, de modo mais completo, concorda-se que “o edifício híbrido é toda aquela edificação que se caracteriza por: a) ter uso misto; b) ser construído em altura, ainda que predomine a direção horizontal; c) possuir grandes dimensões.” No entanto, para ser híbrido não basta ser de grandes dimensões e abrigar vários usos, é preciso ser concebido como uma operação única (MAHFUZ, 2011:61).

Assim, “o edifício multifuncional, pela sua extensão e multiplicidade de funções, supera os domínios da arquitetura e se introduz no campo do urbanismo” e dependendo da sua configuração pode “caracterizar-se como um objeto-marco, que causa impacto na cena urbana, ou como objeto anônimo que ajuda a compor o cotidiano” (MAHFUZ, 2011:78).

Na sua relação com o entorno, o edifício multifuncional favorece a sociabilidade, pois promove o encontro entre os âmbitos público e privado e se caracteriza pela permeabilidade, além da possibilidade de funcionamento diuturno (MAHFUZ, 2011). Do ponto de vista urbano, podemos considerar que a existência de edifícios de programas híbridos seja fundamental à formação da metrópole contemporânea (MEDRANO, 2005).

Nas conceituações e terminologias observadas acima nota-se a recorrência dos termos “uso” e “função”, sugerindo diferenças e, portanto, impondo a necessidade de ordem. O termo “uso” sugere permanência provisória, portanto mutável e flexível, adaptável às necessidades dos usuários e tendo estes como foco, enquanto a expressão “função” caracteriza-se pela especificidade, ou seja, está na origem e na concepção do projeto arquitetônico, tendo como foco o próprio edifício (DZIURA, 2009).

Como exemplo de espaços que podem ter utilizações variadas temos as salas multiuso utilizadas para reuniões, feiras, exposições, entre outras finalidades que, no entanto, não ocorrem simultaneamente. Já, um espaço multifuncional abriga funções diferentes ao mesmo tempo e planejadas desde a concepção do projeto (DZIURA, 2009, p.41).

Este estudo adota então o termo “multifuncional” para caracterizar as edificações que em sua concepção projetual tenham sido concebidas com duas ou mais funções, sejam elas, o comércio, a moradia, o trabalho e o lazer, apresentando-se de forma a promover a integração interna das funções e destas com o contexto urbano imediato.

1.2 Edifício multifuncional no Brasil.

Acompanhando o processo de verticalização das metrópoles no Brasil, que ocorreu a partir de 1920, surgiram os primeiros edifícios multifuncionais nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Associados à ideia de modernização, de progresso e de vigor econômico, os edifícios verticais, e entre eles os de caráter multifuncional, representaram o desenvolvimento da tecnologia, através do uso da energia elétrica, do elevador e das estruturas em concreto armado e aço.

Embora não faça parte do processo de verticalização de São Paulo, o Palacete Santa Helena (1925), (figura 1), projetado pelos arquitetos italianos Corberi e Sacchetti, e demolido em 1971, foi o primeiro edifício brasileiro com múltiplos usos, tais como, teatro, cinema e cafés, no pavimento térreo, junto a escritórios, consultórios e ateliês de vários artistas, como Alfredo Volpi, nos andares superiores (DZIURA, 2009).

Figura 1- Palacete Santa Helena, Praça da Sé, 1954 – São Paulo, SP.



Ainda segundo Dziura (2009), o Edifício Martinelli (figura 2), que começou a ser construído em 1924 e teve sua conclusão em 1929, é considerado o símbolo da verticalização da metrópole paulista.

Projetado pelo arquiteto húngaro Willian Fillinger, o edifício pretendia abranger as funções de comércio, serviços e residência distribuídos em seus 12 pavimentos, no entanto, após várias alterações no projeto, o edifício foi concluído com 26 andares, mais que o dobro do previsto, contemplando várias funções, entre elas, lojas no térreo, apartamentos residenciais, escritórios, consultórios, restaurantes, cinema e hotel, além de outros estabelecimentos de lazer como boate e cassinos. Vendido a um banco italiano em 1934, e confiscado pela União em 1943, após a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, o Edifício Martinelli foi rebatizado como Edifício América.

Após passar por um processo de deterioração, com formação de cortiços, o edifício foi desapropriado em 1975 e revitalizado, sendo tombado pelo Patrimônio Histórico em 1992. Atualmente o antigo Edifício Martinelli, agora América, possui lojas, escritórios e repartições públicas.

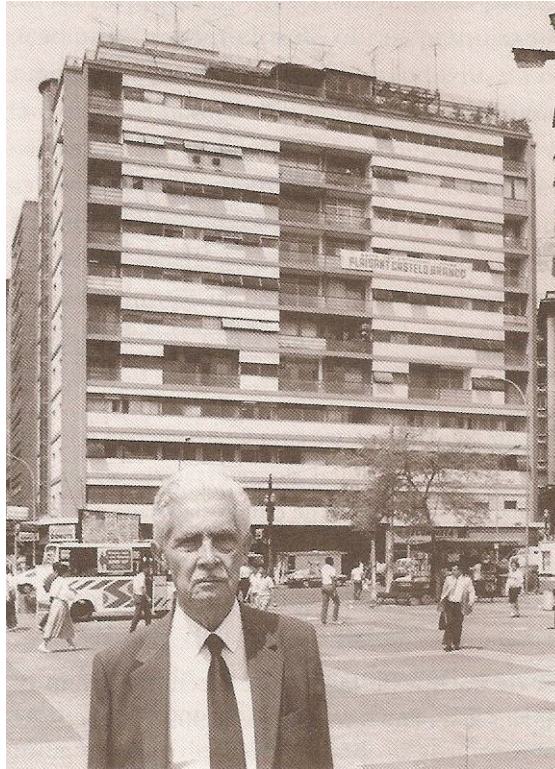
Figura 2- Edifício Martinelli, 1929 - São Paulo, SP.



Fonte: www.aprenda450anos.com.br/450anos/vila-metropole/2-3_edificio_martinelli.asp.
(acessado em 03/07/2013).

Outro importante exemplar é o Edifício Esther (figura 3), dos arquitetos Álvaro Vital Brazil (1909-1997) e Adhemar Marinho, construído entre 1936-38, na cidade de São Paulo. O projeto contempla um programa múltiplo, com lojas distribuídas em forma de galeria no pavimento térreo, salas para escritórios e consultórios, e apartamentos residenciais de dimensões variadas, desde unidades mínimas até duplex, nos pavimentos superiores (CONDURU, 2000).

Figura 3- Álvaro Vital Brazil em frente ao Edifício Esther, São Paulo, 1985.



Fonte: Segawa, 1999.

A concepção do Edifício Esther nasceu da vontade do empresário Paulo de Almeida Nogueira de gerenciar todas as suas atividades comerciais em um único prédio. O mesmo deveria ser de grande dimensão, o que valorizaria a imagem do grupo empresarial, no entanto, elevaria seu custo de manutenção. Para tanto, previu-se a existência de apartamentos residenciais, que garantiriam, através do pagamento das locações, a cobertura dos gastos com manutenção. Nos termos de hoje, o Edifício Esther seria um empreendimento autossustentável (ATIQUE, 2002).

Vencedores do concurso promovido pela Usina de Açúcar Esther Ltda, para a elaboração de um edifício comercial e residencial de alto padrão para São Paulo, os arquitetos Vital Brazil e Adhemar Marinho apresentaram uma proposta com funções

mistas, e que segundo Segawa (1999:86), seguiu os “cinco pontos da arquitetura nova”, preconizados por Le Corbusier, em 1926 – volume construído elevado sobre pilotis, planta livre com estrutura independente, fachada livre, janelas dispostas em fita e terraço-jardim.

Segundo Somekh (1997), entre 1940 e 1956 acontece a fase de influência norte-americana na verticalização da capital paulista, chamada por ela de “verticalização americana”, com a liberação do gabarito máximo dos edifícios. A verticalização se tornou uma condicionante na construção da imagem moderna da metrópole. A ideia da diversidade, entendida como a existência de diferentes funções e atividades coexistindo num mesmo espaço urbano, e a adoção de novos programas e projetos como as galerias comerciais e os edifícios-conjunto, respaldaram a expansão da cidade em direção ao Centro Novo (ALEIXO, 2005; LOBATO, 2009).

Concorda Souza (1994:98), ao identificar neste período o dinamismo da industrialização, e por consequência, os grandes investimentos na construção civil; das 1.042 edificações construídas mensalmente em 1941, passa-se a 1.626, por mês, em 1952, a maioria concentradas na região central, delimitada pelo primeiro anel viário do Plano de Prestes Maia para a capital, e caracterizadas pela altura (ALEIXO, 2005:75).

Souza (1994:110) reforça este panorama, marcado pela cultura urbana e pelas concepções de progresso, ao observar que os investidores em construção civil perceberam a importância de contratar bons arquitetos e bons projetos, visando melhores vendas. Neste contexto, surgiu a ideia de trazer o arquiteto carioca Oscar Niemeyer, no início da década de 1950, pra projetar, além de outros edifícios, o Copan, em 1952, “a maior massa de concreto armado do mundo”.

O *glamour* da década de 1950, demonstrado nos cinemas, nas revistas de moda, nos arranha-céus, nos magazines, no estilo de vida dos norte-americanos e na sofisticação das cidades europeias, tornaram-se referências no contexto brasileiro de desenvolvimento e materializaram-se nas galerias comerciais e nos programas multifuncionais do Centro Novo de São Paulo (ALEIXO, 2005). Deste modo impôs-se uma nova relação entre o espaço público da rua e o espaço privado do comércio, ou seja, “no interior do mesmo lote coexistem diferentes tipologias espaciais: o terciário, o social-público e o privado” (LOBATO, 2009:101). A capital

paulista, até então, marcada pela arquitetura de estilos e pela convivência restrita aos ambientes fechados dos casarões e pelos costumes centenários de sua sociedade, abandonou as 'feições acanhadas' das primeiras décadas do século XX e ganhou as ruas, numa paisagem desenhada pelos edifícios altos e por uma dinâmica social mais abrangente e integradora (ALEIXO, 2005:73).

Portanto, dentre os mais significativos e emblemáticos edifícios multifuncionais desta década, em São Paulo, estão o Copan (1952), de Oscar Niemeyer e Carlos Alberto Cerqueira Lemos, e o Conjunto Nacional (1955), de David Libeskind, ambos contemporâneos ao projeto do Conjunto Centro Comercial de Londrina (1953), objeto de estudo deste trabalho. Consideradas as diferentes proporções dos empreendimentos da capital paulista e de Londrina, ao apresentar os dois exemplos de São Paulo, pretende-se analisar os aspectos da multifuncionalidade e da arquitetura modernista de ambos e sua repercussão no projeto de Londrina.

1.3 Exemplos paradigmáticos da edificação multifuncional: COPAN, Oscar Niemeyer, SP e Conjunto Nacional, David Libeskind, SP.

O edifício Copan, projeto de Oscar Niemeyer com a colaboração do arquiteto Carlos Alberto Cerqueira Lemos, está localizado na Avenida Ipiranga, esquina com a Rua Araújo, em São Paulo. Em 1952, o empreendimento foi encomendado pelo Banco Nacional Imobiliário (BNI), junto a outros quatro projetos, ao escritório-satélite do arquiteto, aberto na capital paulista para desenvolver os trabalhos visando, sobretudo, o cumprimento de prazos. A indicação do arquiteto Carlos Lemos, como coordenador do escritório em São Paulo, foi do diretor do BNI, Otávio Frias, seu amigo. Niemeyer e seu grupo carioca viajavam a São Paulo, por períodos curtíssimos, para produzir o máximo de desenhos dos projetos em andamento, e as decisões pendentes ficavam a cargo de Carlos Lemos (LEAL, 2003).

Os projetos realizados por Oscar Niemeyer à frente do escritório-satélite em São Paulo, até seu fechamento entre 1955-56, são todos de edifícios multifuncionais, sendo que os Edifícios Copan, Montreal e Eiffel, foram mais

direcionados ao uso residencial e os Edifícios Califórnia e Triângulo, para uso comercial e de serviços (LEAL, 2003).

O Copan (figura 4) foi o maior dos cinco empreendimentos e, para administrá-lo, o BNI criou a Companhia Pan-Americana de Hotéis e Turismo e as iniciais Co-Pan, formaram o nome do edifício. Com um programa ambicioso de 32 pavimentos (bloco residencial), o empreendimento seria composto por dois edifícios, sendo um residencial, com unidades de diferentes dimensões, e um hotel com 600 apartamentos. Os dois edifícios seriam interligados por uma área comum no térreo, formada por uma galeria comercial e praças internas, que dariam acesso a um teatro para 638 lugares no primeiro subsolo e um cinema com 1.628 assentos no pavimento acima do térreo (GALVÃO, 2007).

Figura 4- Edifício Copan e seu entorno.



Fonte: www.urbika.com (acessado em 14/07/2013).

A ideia do 'mega' empreendimento surgiu num momento de grande aquecimento do mercado imobiliário paulista, um período de fortalecimento da economia brasileira no pós-guerra e da consolidação da identidade de "grande metrópole", representada pela verticalização (DZIURA, 2009). Tratava-se de um período onde a valorização das artes nacionais e as influências europeias dos arquitetos imigrantes ganhavam notoriedade, principalmente no cenário paulista (LEAL, 2003).

Durante a execução da obra houve interrupções por problemas financeiros, o que gerou alterações no projeto original, entre elas a substituição do hotel por um

edifício comercial para uso do Banco Bradesco e a supressão do teatro (GALVÃO, 2007). No entanto, as interferências no projeto não descaracterizaram a multifuncionalidade do edifício, o que garantiu a permeabilidade espacial entre o espaço público e o privado, configurado pela galeria comercial (DZIURA, 2009).

O acesso à galeria comercial (figuras 5 e 6) se dá por cinco entradas, que atualmente possui 62 lojas – das 73 unidades originais, algumas foram fundidas em um único estabelecimento – distribuídas pelos corredores sinuosos do projeto, sendo algumas com as faces voltadas para o exterior e o interior, outras somente para o exterior e a maioria voltadas para os corredores internos (GALVÃO, 2007).

Figura 5- Planta baixa da galeria do Copan e acessos.



Fonte: Galvão, 2007.

Figura 6- Corredor interno da galeria do Copan.



Fonte: Galvão, 2007

As unidades habitacionais são setorizadas por blocos (A, B, C, D e F), cada um com apartamentos de áreas diferentes, desde quitinetes com 25 m² até apartamentos de 170 m² (LOBATO, 2009). A variedade de tipos no mesmo edifício constituíam “verdadeiras unidades de vizinhança abertas e variadas, com moradores de diferentes perfis familiares e diversas faixas de renda, o que estimulava a tolerância e a solidariedade” (TRAMONTANO, 2006:10).

As diferentes tipologias das unidades residenciais e a convivência de vários tipos de usuários tornaram o Copan um “condomínio pluricultural”, e devido a sua monumental dimensão, considerado um tipo de “Babel Brasileira” em pleno centro da capital paulista (DUDEQUE, 2009:65).

Segundo o grupo de pesquisa Nomads, da USP, na segunda metade do século XX, surgem novos tipos de grupos domésticos, o que alterou o perfil dos habitantes das grandes cidades. Um novo padrão social, aparentemente criado, o das pessoas que vivem sós, foi representado por jovens profissionais solteiros, ou mesmo por estudantes que preferiam morar nos centros das cidades, mais próximos das áreas de lazer urbano, evitando longos deslocamentos diários dos bairros periféricos onde residiam com suas famílias. E dentro destes novos grupos domésticos encontram-se as famílias monoparentais, as uniões livres, independente de sexo, pessoas que coabitam sem laços de parentesco e pessoas idosas, viúvos na maioria, que preferem privacidade, a dividir espaço na residência dos filhos. Portanto, para cada modo de vida diferente, pensa-se em outra maneira de habitar (TRAMONTANO, 1997).

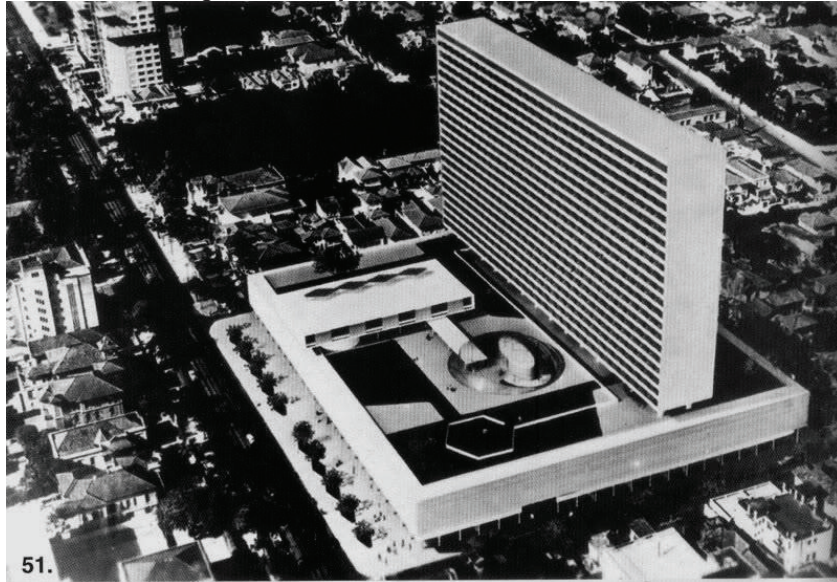
O Conjunto Nacional é outra obra de referência da arquitetura paulistana. O edifício foi projetado em 1955 pelo arquiteto David Libeskind, um paranaense nascido em Ponta Grossa que graduou-se em arquitetura em Belo Horizonte.

O edifício tem galerias comerciais e serviços no térreo, cinema e uma torre de 26 andares com apartamentos residenciais e escritórios (VIÉGAS, 2003; DZIURA, 2009).

O empreendimento proposto pelo empresário José Tijurs para um terreno na Avenida Paulista pretendia ser de um centro comercial para exposições de artigos industriais (VIÉGAS, 2003). Esta região fazia parte do processo de deslocamento da verticalização da área central, iniciado após os anos 1940, com a substituição dos antigos casarões da Avenida Paulista por grandes prédios de apartamentos. O

Conjunto Nacional (figura 7) iniciou o processo de verticalização da avenida e promoveu o caráter comercial e de lazer para a região, que até meados de 1950, era prioridade da área central (DZIURA, 2009).

Figura 7- Conjunto Nacional, São Paulo.



Fonte: www.culture-se.com (acessado em 15/07/2013).

A ideia inicial do projeto começou em 1952, quando o empresário Tijurs adquiriu o terreno e contratou o escritório de Gregori Warchavchik para projetar um hotel e um conjunto residencial. No entanto, a legislação vigente permitia somente o uso residencial na Avenida Paulista, o que levou o empresário a apreciar alguns estudos, realizados por outros arquitetos, sendo escolhido o de David Libeskind. Já em 1952, a Lei nº 4.313 permitiu a construção de edificações com outros usos além do residencial na região da Av. Paulista, o que levou o arquiteto Libeskind a propor um projeto multifuncional, com uma galeria comercial no térreo, um bloco horizontal com pé direito duplo sobre o térreo, destinado à exposição e venda de produtos industriais, e um bloco residencial (VIÉGAS, 2003:102).

O projeto original de 1955 passou por algumas alterações em 1957, com a substituição do bloco horizontal sobre a galeria comercial, destinado à exposições, por grandes escritórios e a conjugação, no bloco vertical, de apartamentos residenciais e escritórios (VIÉGAS, 2003:120). A lâmina vertical do Conjunto Nacional foi composta por três blocos distintos, sendo o residencial –Edifício Residencial Guayupιά – com dois apartamentos por andar até o 23º andar, com

plantas diferenciadas, e um apartamento tríplice, do próprio José Tijurs, ocupando do 24° ao 26° andares. Já os demais blocos, com escritórios, são o Horsa I e II (figura 8), com unidades de tamanhos diferentes. Cada torre é independente, com data de inauguração diversa, ficando os três blocos inteiramente prontos somente em 1962 (VIÉGAS, 2003:155).

Figura 8- Acesso interno ao bloco Horsa II, de escritórios.



Fonte: www.ccn.com.br (acessado em 15/07/2013).

A galeria comercial (figura 9) tem acessos pela Avenida Paulista, Rua Augusta, Alameda Santos e Rua Padre João Manoel. O quadrilátero ocupado pelo Conjunto Nacional configura-se no contexto urbano através da integração das galerias e praças internas com as calçadas, ligando o espaço da galeria ao espaço público das ruas. A multifuncionalidade da edificação é evidente pela possibilidade da mistura de pessoas com objetivos diversos que circulam pelas quatro ruas internas da galeria e acessam os diferentes espaços do edifício (DZIURA, 2009:107).

Figura 9- Circulação interna da galeria comercial.



Fonte: www.skyscrapercity.com (acessado em 15/07/2013).

O caráter que tornou, tanto o Edifício Copan como o Conjunto Nacional, obras emblemáticas na década de 1950, foi o impacto causado no entorno urbano e a criação de uma nova dinâmica urbana, caracterizada pela multiplicidade de usos, pelas novas possibilidades de circulação e pela integração do espaço público das ruas com os espaços privados dos edifícios.

As características das edificações multifuncionais apresentadas neste capítulo permitem uma análise comparativa destes empreendimentos com o projeto do Conjunto Centro Comercial de Londrina (quadro 1).

Quadro 1 – Comparativo entre as edificações multifuncionais citadas no trabalho.

Edifícios	Local e data	Nº de pavimentos	Uso do térreo	Uso da torre	Uso para lazer	Diversidade das plantas-tipo
Martinelli	São Paulo, SP - 1924	26	comércio e serviços	residencial e serviços	cassino e cinema	----
Esther	São Paulo, SP - 1936	12	galeria comercial	residencial	----	sim
Copan	São Paulo, SP - 1952	32	galeria comercial	residencial	cinema	de 26 à 170 m ²
Conjunto Nacional	São Paulo, SP - 1955	26	galeria comercial	residencial e serviços	cinema	sim
Centro Comercial Londrina	Londrina, PR - 1953	22	galeria comercial	residencial	----	de 40 a 130 m ²

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados levantados.

Simultaneamente à intensificação da verticalização paulistana ocorre o processo de verticalização de Londrina, e o caráter multifuncional do Conjunto Centro Comercial de Londrina (1953-1955), obra do engenheiro civil Américo Sato, confirma a influência da modernização da cidade de São Paulo na paisagem urbana em formação da cidade de Londrina.

CAPÍTULO 2 – O DESENVOLVIMENTO DE LONDRINA: 1930-1950

A cidade de Londrina, no norte do Paraná, nasceu no contexto histórico do café. A região da “terra roxa” paranaense abrange uma área muito vasta e superior à das zonas paulistas, caracterizadas pela cultura cafeeira, tornando-se um atrativo negócio na expansão da fronteira agrícola (BERNARDES,2007:167).

Os fazendeiros de café, principalmente paulistas, afetados pela fase recessiva da economia mundial, lutavam para dar continuidade as suas atividades agrícolas. Por outro lado, os colonos vislumbravam a possibilidade de adquirir pequenas propriedades rurais com as economias auferidas nas culturas intercalares ou na criação de animais, em novas áreas de expansão de frentes pioneiras. Podendo adquirir seus lotes de forma parcelada, os primeiros colonos, a maioria oriundos do estado paulista, realizavam o sonho de tornarem-se proprietários de terras e facilitavam o sucesso do negócio de loteamentos (FRESCA,2007). Segundo Monbeig (1984), os negócios da terra ganharam destaque, embora já fossem importantes na década de 1920 com as frentes pioneiras.

Foi neste contexto que a Companhia de Terras Norte do Paraná (CNTN), efetivou o empreendimento fundiário do norte do Paraná. Com sede em São Paulo, a CNTN era subsidiária de uma empresa de capital inglês, a *Parana Plantations Ltd*, fundada em Londres. De acordo com Müller (2007:38), a CNTN “empreendeu uma das mais notáveis obras de colonização no Brasil”.

Os 515.000 alqueires paulistas, situados a oeste do rio Tibaji e entre os rios Paranapanema e Ivaí, equivalentes a uma área de 12.643 km², foram adquiridos pela *Parana Plantations Ltd.*, em meados dos anos 1920 (BERNARDES, 2007:178; MÜLLER, 2007:38). Segundo Müller (2007), a princípio havia interesse dos ingleses em fazer cultura de algodão nesta área, visando suprir a matéria-prima que era importada do Sudão.¹ No entanto, o loteamento da gleba pareceu ser a melhor alternativa. De acordo com Bernardes (2007:182), a CNTN promoveu no Norte do Paraná um tipo de loteamento que diferia das zonas cafeeiras paulistas, caracterizadas pelo latifúndio e pela monocultura. Em solo paranaense, a

¹ Sobre o tema ver: REGO, Renato Leão. *As cidades plantadas. Os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná*. Maringá: Edições Humanidades, 2009. p. 101- 109.

Companhia estabeleceu um regime de pequenas propriedades que tinham por prioridade a cultura cafeeira, mas que poderiam absorver outros tipos de cultura e até criação de gado, em partes não apropriadas para o café, garantindo maior distribuição de riquezas que favorecia o comércio das cidades que se formavam na região.

De acordo com Fresca (2002: 21):

[...] era fundamental para o sucesso do loteamento rural, a presença de um núcleo urbano que garantisse condições mínimas aos pequenos proprietários rurais em termos de coleta, beneficiamento e transporte da produção, oferta de bens e serviços de atendimento às demandas básicas da população rural.

Da mesma forma concorda Linardi (1995:51) quando se refere à importância destes núcleos urbanos, que constituíram local apropriado para a instalação de pequenas indústrias responsáveis pelo beneficiamento, transporte e armazenagem dos produtos agrícolas.

Em 1929, a CNTP abriu uma clareira na mata nativa onde instalou a sede da Companhia, caracterizando a origem de Londrina, que foi fundada em 1931 e considerada a “capital” da zona de colonização (MÜLLER, 2007: 39). A dinâmica econômica-social da cidade estava ligada à pequena produção mercantil, caracterizada por pequenas e médias propriedades rurais, de caráter familiar, que destinavam sua produção ao mercado consumidor local (FRESCA, 2002; PASSOS, 2007).

O loteamento da primeira cidade da Companhia enquadrou-se num padrão simplificado compreendido por um desenho geométrico que assemelhava-se ao tabuleiro de xadrez. Contando com 86 quadras ao redor da igreja, seu traçado tinha uma aparência uniforme e contínua, sem diferenciação de bairros ou subdivisão em zonas (REGO, 2009).

É importante observar que a colonização sistemática e a urbanização deliberada do norte do Paraná foram coordenadas com a criação da estrada de ferro, cuja propriedade também era da *Parana Plantations Ltd*. Em 1928, a companhia inglesa adquiriu a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná com o intuito de fazer a ligação com as terras paranaenses ao norte do Estado, o que aconteceu pelo trecho mais longo, a leste, partindo de Ourinhos, já que a tentativa de adquirir a

Estrada de Ferro Sorocabana, que conectava os dois estados pelo norte, não lograra êxito (REGO, 2009:115, 116).

A importância deste acontecimento fica evidente na fala de Cambiaghi (2007:78) quando escreveu que: “essa coordenação entre a venda dos lotes e o prolongamento da via férrea, visava à valorização das terras, o que é absolutamente novo no Brasil”.

Fica evidente a forte ligação do norte do Paraná com o Estado de São Paulo, seja pela chegada da estrada de ferro, seja pelo contingente de pioneiros no norte do Paraná, que eram, na maioria, oriundos do estado paulista. Sobre este assunto, observa Fresca (2000), que o principal mercado consumidor do loteamento proposto pela CTNP foi originário das famílias dos colonos paulistas que, rumo ao norte do Paraná, adquiriram sua primeira propriedade rural.

Monbeig (2007:1) já sinalizava para estes acontecimentos no norte do Paraná, em artigo publicado em 1935, quando afirmava que

[...] de uma região que – se bem que pertença administrativamente ao Estado do Paraná – não deixa de ser facto uma região de economia paulista.

Da mesma forma concordava Müller (2007:20) ao discorrer sobre a região norte do Paraná e seus problemas de delimitação geográfica, dizendo que

Desse jogo de afinidades deriva a originalidade do Norte do Paraná: é um capítulo da vida paulista, mas em território paranaense.

Particularmente em relação à cidade de Londrina, o relacionamento com São Paulo fica mais evidente e é comprovado por Prandini (2007:105) quando a autora escreve:

A presença do paulista se faz sentir em todos os setores da vida da cidade; Londrina é praticamente uma cidade paulista em território paranaense. A vida da população volta-se de um modo geral para São Paulo, havendo na massa dos habitantes um desconhecimento quase completo de Curitiba.

A partir de dados levantados por Müller (2007:55) a respeito da constituição da população de Londrina, entre as décadas de 1930 e 1950, tem-se 70% de

paulistas, 15 % de mineiros, 10% de paranaenses e o restante de estrangeiros, sendo que destes, a maioria japoneses.

Cabe ressaltar que a articulação entre a economia norte-paranaense e a paulista também foi favorecida pelo fato de que, até o final da década de 1950, o governo do Estado do Paraná não havia dotado de infraestrutura as ligações da região sul do estado, onde está localizada Curitiba, capital do estado, e o porto de Paranaguá, com a região norte. Foi somente na década de 1960 que a situação precária destas ligações foi minimizada, com a construção e pavimentação das rodovias, e a criação de importantes estatais como a TELEPAR (Telecomunicações do Paraná S.A.), a COPEL (Companhia Paranaense de Energia), a SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná) e a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná) (FRESCA, 2007: 235, 236).

2.1. Aspectos da modernização da cidade.

A cidade de Londrina, segundo Müller (2007:53,54), teve sua planta pré-estabelecida pela CTNP com a criação de áreas com usos pré-definidos, estes não estabelecidos em planta, mas originados devido à diferença de preços dos lotes. Fato este fica evidente neste trecho do artigo descrevendo o zoneamento da primeira ocupação de Londrina, que considero importante reproduzir:

Inicialmente, embora inteiramente demarcada, Londrina cresceu ao longo da Avenida Paraná, que vem a ser o prolongamento da rodovia, e desta avenida para o Norte, em direção à estrada de ferro. Essa primeira ocupação seguiu certo zoneamento [...] Posteriormente, com o crescimento da cidade, toda a área ao Sul da Avenida Paraná tornou-se residencial [...]. Esse zoneamento, embora relativamente espontâneo, foi, no entanto, indiretamente orientado pela Companhia devido à diferença de preço dos terrenos.

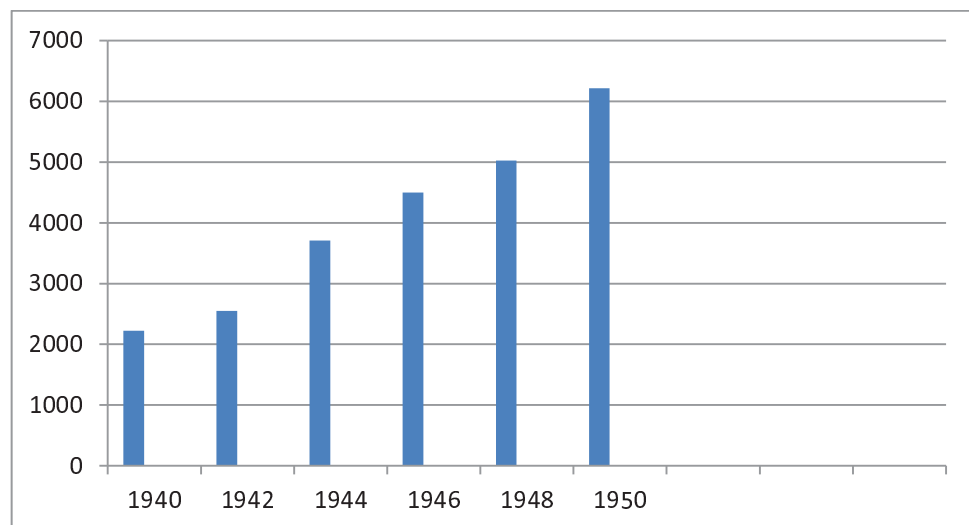
Nas décadas de 1920 e 1930, as construções em madeira predominaram no norte do Paraná, pois a mata nativa foi derrubada com a colonização. Na década de 1930 cerca de 30 serrarias funcionavam na cidade de Londrina, facilitando o trabalho dos inúmeros carpinteiros (CASTELNOU, 1998: 19).

Em 1934 Londrina foi elevada à categoria de município e alguns dados estatísticos importantes da época são apresentados por Prandini (2007:91-94) demonstrando o rápido e desordenado crescimento da cidade. Em 1936, segundo a autora, Londrina possuía cerca de 1.120 casas em seu perímetro urbano, alcançando 2.224 prédios em 1940 e, totalizando 3.709 edificações, no final de mais quatro anos, em 1944. No entanto com o rápido adensamento da área antiga e a crescente valorização dos preços dos lotes centrais, foram criadas várias vilas nas áreas de expansão da cidade, como a Vila Agari na saída para Cambé, além das Vilas Casoni, Nova e Conceição, entre 1937 e 1939. Deste período até 1947, Londrina possuía em torno de 53 vilas, a maioria localizadas ao norte e a leste da cidade, originadas de um intuito meramente comercial e ausente de qualquer projeto urbanístico.

Tal fato levou a prefeitura a proibir os loteamentos nas adjacências da cidade, através do Decreto de 2 de janeiro de 1948, como forma de conter a expansão desorganizada e promover a ocupação das áreas vazias no centro da cidade, fruto da especulação imobiliária (PRANDINI, 2007:94).

Com base nos dados fornecidos pela autora, elaborou-se um gráfico que mostra a evolução quantitativa das edificações no município.

Gráfico 1 - Representativo do crescimento da área edificada em Londrina na década de 1940.



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados apresentados por PRANDINI (2007).

Observa-se através do gráfico 1 que, entre 1940 e 1942, houve uma pequena desaceleração no número de edificações construídas, comparada aos demais períodos, em consequência de uma forte geada que prejudicou a produção cafeeira. No entanto, a partir de 1942 verifica-se uma retomada do impulso construtivo que é representado pelos 3.709 prédios em 1944, em torno de 4.500 em 1946 e alcançando o patamar de 5.000 edificações em 1948. A partir daí, em 1950, somente no primeiro semestre, Londrina já contava com 6.214 prédios, somando-se mais 600 casas construídas até o início de dezembro do mesmo ano (PRANDINI, 2007:94).

Segundo Tows (2010), neste período o poder público promoveu a aprovação de decretos e leis, preocupados com a estética e a limpeza urbana, visando normatizar a proibição do uso de determinados materiais de cobertura das edificações, e em 1939 cria a Lei de proibição da construção em madeira na área central da cidade. Em 1943, o Decreto nº 93 confirma tal determinação, à medida que exigia que todas as construções que ocupassem o alinhamento predial deveriam ser edificadas em alvenaria de tijolos cerâmicos com dois pavimentos, não sendo permitidas construções em madeira.

Portanto, partir de 1940, as obras em alvenaria aumentaram significativamente, transformando a fisionomia da cidade. Surgiram os primeiros casarões da burguesia local e as construções de uso público, ambos com referências estilísticas europeias, como o *Art Déco* (CASTELNOU, 1998; SUZUKI, 2007).

Este fato também é evidente no trabalho de Prandini (2007:95), quando a autora chama a atenção para o aumento de construções em tijolos na área urbana, igualando-se, inclusive, com as construções em madeira. Para ela, o surgimento destas novas edificações em tijolos, muitas delas com vários andares, são uma referência à riqueza e à maturidade da cidade de Londrina.

Além do crescimento vertiginoso no número de edificações, outro elemento bastante significativo vem demonstrar esta maturidade - o número de agências bancárias. Londrina já delineava seu perfil de polo regional, concentrando a realização de grandes negócios, principalmente de exportação de café, pois já contava, na década de 1950, com 16 casas bancárias, sendo que a primeira, o

Banco Noroeste do Estado de São Paulo, iniciou suas atividades em 1938 (PRANDINI, 2007:107).

Segundo Cambiaghi (2007:81-82), o recenseamento populacional do Norte do Paraná, de 1940 a 1950, nos mostra que a população triplicou neste intervalo de 10 anos, passando de 343.698 habitantes em 1940 para 936.713 habitantes em 1950, correspondendo a 44% da população do Estado. Este reflexo é sentido em Londrina, pois em 1950, o norte do Estado já possuía três cidades com mais de 10.000 habitantes, sendo que Londrina contava com 33.707, Apucarana com 12.054 e Arapongas com 11.787 habitantes (MÜLLER, 2007:51).

As transformações ocorridas na década de 1950 em Londrina alcançaram todos os setores da economia, sendo esta evolução notada na quantidade de estabelecimentos comerciais, que era maior do que a demanda populacional (CASARIL, 2011:40). “Este fato pode ser explicado, pelo enorme fluxo de pessoas, advindas de cidades vizinhas, e isso sinaliza a função de polo de uma região maior, com grande contingente populacional” (GRASSIOTTO, 2003: 110).

Este panorama de crescimento contínuo foi respaldado no contexto político do país, representado pela Era Vargas. No Brasil, a década de 1930 representou um período de profundas mudanças, através de uma série de reformas que desencadearam num processo de centralização institucional e política (REZENDE, 2012).

De acordo com Feldman (2012:23), neste período os municípios ganharam força e autonomia. As ideias municipalistas promoveram debates sobre a gestão das cidades brasileiras e o campo do urbanismo experimentou a valorização de sua atuação através de seus profissionais, além do apoio de setores da sociedade na garantia da legitimação da sua prática no território urbano. Cada município, portanto, tinha um prefeito nomeado por um interventor federal, que acumulava as funções executivas e legislativas da administração.

Dentro do projeto de nação da Era Vargas, criaram-se instituições denominadas Comissões de Planos da Cidade que tinham como características a centralização, a modernização administrativa do Estado e a incorporação dos interesses das classes elitistas, tanto do meio rural como do meio urbano, que representavam estes segmentos da sociedade (FELDMAN, 2012).

Feldman (2012:33) comenta que as Comissões de Plano da Era Vargas contavam com uma equipe técnica especializada e a contribuição voluntária de representantes da sociedade civil, da classe política e de profissionais liberais. Estes grupos criaram as Sociedades Amigos da Cidade nos principais municípios brasileiros, e debatiam as estratégias de gestão das cidades, sobretudo com relação ao desenvolvimento urbano.

Embora a formação das Comissões de Planos fosse mais característica das capitais brasileiras, muitas iniciativas surgiram em cidades do interior, como em Londrina, através do empenho da sociedade organizada, representada pela SAL (Sociedade Amigos de Londrina) e do poder público local. No entanto, a SAL foi criada já no período democrático, espelhando o que se vira em São Paulo, com a Associação Amigos da Cidade, fundada em 1934 e presidida por Prestes Maia.

A Sociedade Amigos de Londrina (SAL) foi fundada em 1946 e durou aproximadamente quinze anos. O desenvolvimento de Londrina, durante este período, ficou a cargo da SAL, uma instituição sem fins lucrativos, formada por 136 associados pertencentes à elite econômica e cultural da cidade, representada principalmente por profissionais liberais e comerciantes. Como formador de opinião, este grupo promoveu ações objetivando a aceleração do crescimento da cidade e a elaboração de um plano geral para Londrina, pautados na prática urbanística moderna. No bojo destas ações estava a contratação do ex-prefeito de São Paulo, Prestes Maia, para elaborar um plano urbanístico para a cidade, em 1951; e os projetos arquitetônicos de Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, que inseriram a cidade de Londrina na vanguarda da arquitetura moderna (LIMA, 2000; SUZUKI, 2007; REGO, 2012).

Foi na década de 1950 que a cidade de Londrina atingiu o ápice de seu desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, seu rápido desenvolvimento urbano, representado pela precoce verticalização (CASARIL, 2011:39). Em Fresca (2007) esta fase é chamada de “anos dourados” de Londrina, caracterizada pelos grandes investimentos em infraestrutura urbana com a pavimentação de ruas, fornecimento de energia elétrica e rede de água, visando a modernização da cidade.

Para Linardi (1995:175), estes investimentos repercutiram em transformações do setor terciário que

[...] tendencialmente também foi mostrando-se qualitativamente superior; agora o seu crescimento implicava também em diversificação e sofisticação. Neste momento não se tratava apenas de atender a uma demanda local e regional, de origem basicamente agrícola, mas de atender, também, com “requinte”, a burguesia local, que adquiria importância [...]

Consegue-se, portanto, concluir que o vertiginoso crescimento de Londrina na década de 1950, materializado em sua verticalização, é fruto de uma dinâmica sócioeconômica proveniente, não só da comercialização do café, mas das diversas atividades ligadas ao comércio, prestação de serviços e construção civil, operadas por uma elite local, formada principalmente por profissionais liberais e comerciantes, que em busca de ascensão social, reinvestiam seus lucros na região, com o intuito de torná-la moderna. A cidade de madeira da década de 1930 não mais correspondia ao *status* que a cidade atingiu na década de 1950, transformada em cidade de alvenaria e correspondendo às expectativas da sociedade em inserir-se na vanguarda modernista da época (CANDOTTI, 1997; FRESCA 2007).

2.2. A participação de profissionais forâneos e suas articulações com a capital paulista.

A atuação de profissionais de arquitetura e engenharia civil, vindos dos grandes centros urbanos e mesmo do estrangeiro, foi um dos fatores responsáveis pela modernização da cidade de Londrina. A circulação de ideias de arquitetura e urbanismo, resultante da ligação entre a metrópole e o interior, consiste num mecanismo que promoveu a disseminação de práticas inovadoras e de novas tecnologias, além da transferência de conhecimentos que possibilitaram a uniformização de uma linguagem cultural e técnica em todo o território nacional (SEGAWA, 1999; REGO, 2012).

Especificamente, para este trabalho, interessa a ressonância das ideias metropolitanas da arquitetura modernista na paisagem urbana em formação da cidade de Londrina, na década de 1950. Segundo Rego (2012), os projetos de arquitetura e urbanismo desenvolvidos em Londrina neste período são a expressão dos anseios da elite local em inserir características de modernização na cidade. Um

grande número destes projetos, de natureza pública e privada, manifestou-se na área central de Londrina.

O conjunto de edificações – edifícios verticais e residências unifamiliares – produzido a partir de 1950 em Londrina foi marcado pela forte influência da arquitetura modernista, mais representativo das ideias de progresso e desenvolvimento do que pelas qualidades compositivas, construtivas e espaciais (GUADANHIM, 2002).

Segundo Segawa (1999:129)

A repercussão internacional da moderna arquitetura brasileira representou, no plano doméstico, uma legitimação e um reconhecimento social inédito para uma categoria e para uma prática profissional, até então visível como uma derivação da engenharia ou apenas uma atividade artística associada à construção. Elementos formais dessa arquitetura de prestígio foram apropriados como modismo, quer por construtores populares (às vezes com ingênua elegância), quer por engenheiros, tão ciosos quanto ignorantes do conteúdo arquitetônico por trás dessas formas. [...] cidades em todo o Brasil que expandiam seus limites urbanos nos anos de 1950-1960 formaram verdadeiros repositórios dessa arquitetura imitativa – às vezes, alcançando resultados agradáveis ou, no mínimo, toleráveis.

Como importante episódio a ser analisado, e que caracteriza a atuação de profissionais forâneos no desenvolvimento urbano de Londrina, tem-se, em 1951, a contratação do ex-prefeito de São Paulo, Francisco Prestes Maia (1896-1965), para elaborar um plano urbanístico para a cidade. Urbanista de renome e autor do *Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*, publicado em 1930, Prestes Maia veio à Londrina em 1951, a convite de Rubens Cascaldi, diretor de Obras Públicas da Prefeitura e do então prefeito, Hugo Cabral, seu correligionário na UDN (União Democrática Nacional). Hugo Cabral foi eleito em 1946, na primeira eleição democrática de Londrina, com apoio da SAL (Sociedade Amigos de Londrina), que defendia a implantação de um plano urbanístico moderno para a cidade (LIMA, 2000; GUADANHIM, 2002; SUZUKI, 2007; REGO, 2012).

A pedido do prefeito Hugo Cabral, que encontrava-se em final de mandato, Prestes Maia entregou, no final de 1951, um plano viário e um anteprojeto de legislação urbana sobre loteamentos, arruamentos e zoneamento, explicando as

partes e estratégias de um plano urbano, que tornou-se a primeira lei de zoneamento da cidade de Londrina (LIMA, 2000).

Transformada na Lei 133/1951, a proposta urbanística de Prestes Maia propunha intervenções radicais em várias instâncias, desde a conformação da cidade até a criação de normas que viabilizasse sua realização. Entre as alterações está a substituição do termo ‘planta’, então vigente, por ‘projeto’, visando dar maior abrangência ao conteúdo gráfico necessário à aprovação dos novos loteamentos, além de garantir e ampliar o controle do município sobre o espaço urbano em desenvolvimento (REGO, 2012).

Como Londrina vinha crescendo sem um efetivo controle público e as áreas utilizadas para a criação de novos bairros – regionalmente denominados por ‘vilas’ – não possuíam regularização e nem infraestrutura, houve a proibição de novos loteamentos a partir de 1948, até que um plano urbanístico fosse elaborado e que trouxesse normatizações como as dos artigos 11º e 14º da Lei 133/1951, que regulamentavam os arruamentos e loteamentos atentando à adaptação ao terreno, às belezas naturais, às vistas panorâmicas e às melhores normas do urbanismo além de evitar que o traçado das ruas tivessem irregularidades excessivas, descaracterizando o funcionalismo racional. Outras importantes medidas adotadas pela Lei 133/1951 foram: a criação do zoneamento funcional, da hierarquização viária, das ideias de unidades de vizinhança, bairros-jardins, cidades-jardim e cidades lineares, todas estas, concepções urbanísticas referentes à organização e conjuntos, conforme descrito no art. 16º da Lei (LIMA, 2000; REGO, 2012).

Como exemplo destes bairros-jardins está o projeto do engenheiro-arquiteto Leo Ribeiro de Moraes (1912-1978), egresso da Politécnica de São Paulo, para o bairro Jardim Shangri-lá (figura 10). O projeto apoiou-se na nova legislação criada por Prestes Maia, pois caracterizava-se de forma distinta dos loteamentos ortogonais criados até então na cidade, e trazia um traçado baseado nos bairros-jardins, com características formais do ideário *garden city*, respeitando a topografia local e criando uma ambiência estritamente residencial, o que norteou toda a propaganda do empreendimento, anunciado como um “aristocrático bairro residencial” (REGO, 2012).

Figura 10- Vista parcial do Jardim Shangri-lá. À direita a linha do trem e parte do loteamento 'Jardim do Sol'. Década de 1950.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Com base no plano desenhado para São Paulo, Prestes Maia adotou para o plano urbanístico de Londrina o sistema radio-concêntrico, ao criar uma via perimetral e outras radiais, alargando as ruas existentes, com o objetivo de induzir o fluxo centro-periferia. Além disso, efetivou a prática do *zoning*, já aplicada na capital paulistana, e que teve origem na Alemanha, embora adaptada e desenvolvida em várias cidades americanas como Nova York. Esta proposta de zoneamento implementava o comércio principal na área central e comércios regionais em centros secundários (LIMA, 2000; REGO, 2012).

Apesar de um intervalo de vinte anos entre o plano de São Paulo, publicado em 1930, e o de Londrina, de 1951, nota-se uma continuidade no pensamento de Prestes Maia. A escala geográfica e a abrangência dos planos, além de sua forma de apresentação, resumem as diferenças entre ambos (LIMA, 2000:159).

A Lei 133/51 é abrangente, trata principalmente do loteamento e do zoneamento, passando pelos requisitos legais de posse da terra, normas técnicas, aprovação e nomenclatura de ruas. A Lei está estruturada em seis capítulos: 1º) Formalidades – requisitos legais da posse da terra, normas para a apresentação de projetos, as diretrizes e a aprovação; 2º) Determinações gerais – conceitos urbanísticos, a natureza, a paisagem e a intervenção do Estado; 3º) Ruas e logradouros áreas públicas, hierarquia viária, dimensões e parâmetros técnicos para

o traçado de vias; 4º) Loteamentos – o lote e a quadra; 5º) Zoneamento; 6º) Disposições diversas – loteamento irregular, uso e perda de áreas públicas e nomenclatura de ruas (Prefeitura Municipal de Londrina - Lei nº 133 de 1951).

O Plano de Prestes Maia sofreu oposições de parte da classe política e dos imobiliários que viam na Lei 133/51 aspectos restritivos, como por exemplo, no tocante à verticalização, já que segundo o artigo 98 do capítulo V, determinava-se que na área central as edificações em altura teriam no máximo 7 pavimentos.

Então, como foi possível a construção do Centro Comercial de Londrina, com 22 pavimentos? A própria Lei permitia uma brecha legal no § 7 do artigo 99 – “se excepcionalmente for indispensável edifício ou corpo mais alto, poderá ser tolerado desde que: a) não ultrapasse o gabarito constituído por uma oblíqua à 45°, tirada pela cimalha mais alta permitida no alinhamento das construções (mão dos lotes), em cada lado do terreno; b) A parte superelevada não ocupe mais de 15% da área do lote”. De acordo com Lima (2000:146), em 1963 a Lei 133/51 promoveu alterações em relação à verticalização e dobrou a altura permitida para os edifícios da área central. Assim a cidade poderia realmente mostrar-se moderna!

Apesar dos opositores e dos interesses privados dos denominados “terrancistas”, responsáveis pela expansão desordenada da malha urbana, a Lei 133/51 tinha um caráter construtivo e organizador, pois previa as diretrizes para a criação dos espaços públicos, como praças, e a implantação da infraestrutura. Para Prestes Maia, toda a cidade possuía um zoneamento natural que necessitava ser complementado, visando à organização da cidade e sua eficiência (SOMEKH, 1997). O plano original de Prestes Maia para Londrina foi retomado no segundo mandato de Milton Menezes, de 1959 a 1963, iniciando-se a implantação do Plano de Avenidas e do programa de habitação popular. A estrutura viária de Londrina consolidou-se no final da década de 1960, já possuindo as diretrizes necessárias para suas futuras expansões (LIMA, 2000).

Como já foi dito anteriormente, a década de 1950 caracterizou-se pelo aumento significativo de edifícios de grande altura, na área central da cidade, anunciando a precoce verticalização de Londrina. O termo ‘precoce’ justifica-se nas observações de Prandini (2007:95), em depoimento contemporâneo aos acontecimentos, quando descreveu a “fisionomia” de Londrina no início da década de 1950:

Londrina surpreende ao visitante pelo extraordinário movimento de suas ruas e pela atmosfera de vida ativa que aí se respira. A segunda impressão que se tem já não é favorável: é-nos dada pelo pó. Um pó vermelho que recobre tudo, dando à cidade um aspecto pouco limpo e *desagradável* [sic]. Londrina tem em tudo uma fisionomia que corresponde à sua história: uma cidade nova e rica. [...] Não é raro encontrar-se, mesmo nas ruas comerciais do centro, ao lado de uma pequena casa de madeira, um edifício de construção moderna, num contraste flagrante. A prova de sua riqueza e grande desenvolvimento nos é dada pelos prédios de vários andares que começam a ser construídos.

Algumas características importantes e até, surpreendentes, enfatizam a contínua e crescente evolução de Londrina na fase 'dourada' de seu crescimento urbano. Linardi (1995:180) relata que, devido à intensa atividade econômica que se desenvolvia na cidade, o movimento do aeroporto local era considerado o terceiro maior movimento global do país, só ficando abaixo do aeroporto de Congonhas e do Campo de Marte, ambos em São Paulo. Em média, o aeroporto atendia 100 vôos diários, entre passageiros e encomendas, e era o primeiro em movimento de táxi-aéreo. No transporte rodoviário, Londrina se destacava com uma média de 300 ônibus por dia (!) ligando o norte do Paraná a várias cidades do Estado e a outros estados do país.

Em consequência deste grande dinamismo e de um pensamento de vanguarda, a chegada da arquitetura modernista à Londrina se deve a vários fatores que impulsionaram a sua rápida urbanização e consequente verticalização, inspirada nas referências modernistas das grandes metrópoles do país. Além da prosperidade econômica e da criação da SAL (Sociedade Amigos de Londrina) que representava a elite local, com forte ascendência política, e visava promover ações para o desenvolvimento da cidade e região, o poder público foi um importante agente na busca pelos ideais de modernização e progresso para a cidade (GUADANHIM, 2002; SUZUKI, 2007; REGO, 2012).

Através da intermediação de Rubens Cascaldi (1919-1978), engenheiro recém-formado que, em 1948, assumiu a direção do Departamento de Obras Públicas da Prefeitura de Londrina a convite do então prefeito Hugo Cabral, a cidade de Londrina pode contar com diversas obras projetadas por João Batista Vilanova Artigas (1915-1985) e seu sócio e ex-aluno, o arquiteto Carlos Cascaldi. Rubens era irmão de Carlos Cascaldi e indicou o escritório da dupla de engenheiros-arquitetos,

formados na Politécnica de São Paulo, para elaborar o projeto da nova estação rodoviária da cidade (SUZUKI, 2003: 66).

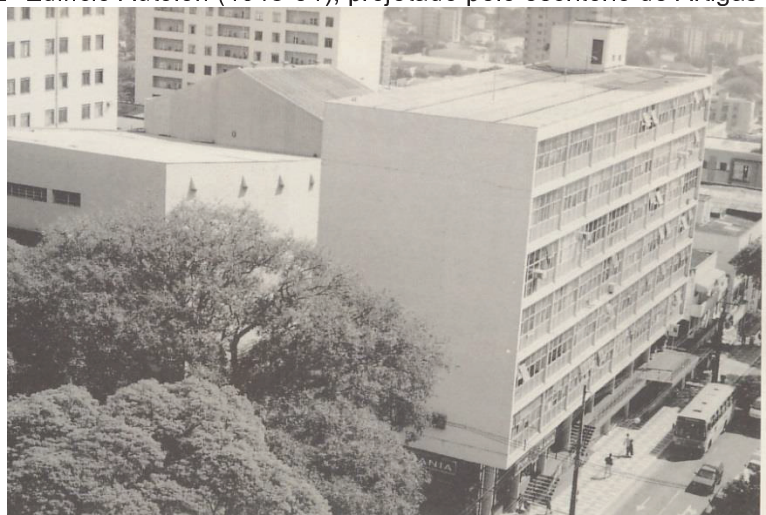
O escritório de Artigas e Cascaldi desenvolveu diversos projetos de envergadura para a cidade (figuras 11 e 12), sendo vários edifícios públicos e alguns privados. Entre os principais projetos estão: a Estação Rodoviária Municipal (1948-52), o Cine Ouro Verde (1948-52), o Edifício Autolon (1948-51), a Casa da Criança (1950-55), o Vestiário do Londrina Country Clube (1951), a residência do prefeito Milton Ribeiro de Menezes (1952), a ampliação da Santa Casa (1952-55) e o Estádio Municipal (1953), entre outros (CASTELNOU, 1998; GUADANHIM, 2002; SUZUKI, 2003; REGO, 2012).

Figura 11- Cine Ouro Verde (1948-52), projetado por Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi.



Fonte: www.pauloliveira.wordpress.com.

Figura 12- Edifício Autolon (1948-51), projetado pelo escritório de Artigas e Cascaldi.



Fonte: Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Desta forma, a atuação de Artigas em Londrina significou a afirmação e solidez de sua carreira profissional, cunhada na experimentação ali desenvolvida (SUZUKI, 2003; REGO, 2012). “Criava-se um campo aberto para que Artigas enfrentasse questões arquitetônicas de diversos portes e naturezas” (GUADANHIM, 2002:81) e sua arquitetura, neste momento, alinhava-se com a obra purista de Le Corbusier e os cinco pontos da sua ‘nova arquitetura’, mas, sobretudo, com a expressão da arquitetura brasileira daquele momento – a escola carioca, fortemente ligada às ideias do arquiteto francês.

Para Guadanhim (2002:115)

As obras pioneiras de Artigas e Cascaldi em Londrina devem ser consideradas como fundamentais para a composição da ideia de Arquitetura Moderna na cidade, bem como o estabelecimento local de um conceito que já estava sendo disseminado por todo o país, de que a arquitetura poderia ser o veículo do processo de modernização do Brasil, conceito explorado pelo poder, principalmente a partir da propaganda da arquitetura de Brasília.

Como demonstrado acima, a contratação destes profissionais atuantes nos grandes centros urbanos do país, como Prestes Maia, Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, e a execução de seus projetos em solo londrinense, elevaram a cidade a um *locus* de polo regional, tornando-a uma promessa de grandes investimentos e oportunidades de emprego nas mais diversas áreas. A migração de profissionais liberais e a abertura de várias construtoras na cidade confirmaram a potencialidade da cidade e a valorização da mão-de-obra especializada e das novas tecnologias.

Neste contexto, em 1949, data da aprovação do projeto na prefeitura de Londrina, o engenheiro-arquiteto alemão Phillip Lohbauer (1906-1978), residente em São Paulo, assinou a autoria do projeto do primeiro edifício em altura de Londrina, o Edifício ECB – Empresa de Construções Brasil, hoje denominado Santo Antônio. O terreno onde foi construído era de propriedade da Empresa de Construções Brasil que, em 1946, havia aprovado junto à prefeitura municipal uma edificação de três pavimentos. Mais tarde, alterou-se o projeto para um edifício maior, com 11 pavimentos, sendo o térreo e sobreloja de uso comercial e nove pavimentos de uso residencial, em conformidade com os anseios da sociedade londrinense em inserir-se na modernidade através da verticalização. Lohbauer foi responsável por mais de 40 projetos em diversas cidades do norte do Paraná na década de 1940, como o

Fórum de Londrina, as rodoviárias de Marialva e Mandaguari entre outras obras públicas e privadas (SUZUKI, 2007; REGO, 2012; OLIVO, 2014).

Outros importantes arquitetos atuaram em Londrina, respondendo à vocação da cidade em buscar referências da modernização na metrópole. Entre eles está Rino Levi (1901-1965), à época responsável pelos projetos das agências do Banco Sul Americano. Rino Levi havia projetado a agência de Maringá (1955-59) e a de São João do Caiuá (1957-58), ambas no norte do Paraná. Em 1960 projetou a agência de Londrina, levado pela iniciativa privada de empresas paulistas que, diante do pujante crescimento econômico da região, abriam suas filiais no interior do Paraná. Da mesma forma, no entanto na década de 1940, o arquiteto francês Jacques Pilon (1905-1962) projetara a filial londrinense do Banco Noroeste do Estado de São Paulo (1941) (SILVA, 2010; REGO, 2012). Além destes projetos de agências bancárias, destaca-se a atuação do engenheiro-arquiteto Ícaro de Castro Mello (1913-1986), formado pela Politécnica de São Paulo, autor do projeto do Ginásio do Ibirapuera (1952) que foi contratado pela Sociedade Evangélica Beneficente para projetar um novo edifício hospitalar, em 1955, para a cidade de Londrina, com capacidade para 150 leitos e área total de 6.000 m² (REGO, 2012).

Torna-se importante mencionar, neste processo migratório de profissionais da engenharia e arquitetura para Londrina, a instalação da primeira construtora da cidade, a Construtora Veronesi, fundada pela família Veronesi, representada pelo Sr. Arturo Veronesi e pelos filhos Remo e Rômulo. Uma família italiana que migrou para Londrina em 1950, trazendo heranças de seus desempenhos no ramo da construção civil naquele país. A Construtora Veronesi foi a de maior destaque na década de 1950 sendo responsável pela construção de 4 edifícios altos em Londrina, entre eles o Edifício Bosque, com 18 pavimentos e o Conjunto Centro Comercial, objeto de estudo deste trabalho (SUZUKI, 2007:145; CASARIL, 2011:44).

Dentre as obras que marcaram a década de 1950, na fase áurea da cidade de Londrina, sem dúvida, merece destaque o Conjunto Centro Comercial. Considerado o principal cartão postal da cidade e a obra mais emblemática da época, o edifício constituiu-se num ponto de referência do cotidiano londrinense, além de significar um endereço de prestígio na cidade. O edifício foi projetado pelo engenheiro civil Américo Sato entre 1953-55 e executado pela Construtora Veronesi (CASTELNOU, 1998; GUADANHIM, 2002; SUZUKI, 2007).

O engenheiro civil Américo Sato, formado pela Universidade Federal do Paraná, foi um importante agente na transformação urbana de Londrina. Seus edifícios, junto a Construtora Veronesi, de que era sócio, modificaram a imagem da área central da cidade. São edifícios caracterizados pela altura, pelo racionalismo e funcionalismo de seus projetos, sintonizados com as referências da arquitetura modernista dos grandes centros urbanos, pelos programas diversificados, entre eles os de edificações multifuncionais, e no caso do Conjunto Centro Comercial, o primeiro edifício com galeria comercial da cidade de Londrina, e que será analisado oportunamente.

2.3 A verticalização como elemento de modernização nos anos 1950.

No contexto do rápido crescimento populacional e da afirmação da cidade como polo regional, o processo de verticalização em Londrina teve sua gênese no centro da cidade, localização que possuía as melhores infraestruturas urbanas alocadas (CASARIL, 2011:45). No entanto, esta verticalização não foi de uso exclusivo de atividades comerciais e de serviços, “porque a moradia continuou a ser um uso muito frequente na área central, principalmente mediante edifícios altos. Isto permitiu em parte que a área central de Londrina não passasse por processos de formação de cortiços” (FRESCA, 2007:161).

O centro comercial de Londrina então coincidia com o centro do plano inicial da cidade, e era, conseqüentemente, uma das áreas mais antigas da cidade. Na formação do núcleo urbano, esta área concentrava todos os estabelecimentos comerciais e possuía uma importância significativa para a região. Era a expressão de uma centralidade intra-urbana para os moradores da cidade e interurbana para as cidades vizinhas à Londrina. A alta valorização de seus lotes determinou que somente as classes mais abastadas pudessem construir suas moradias nesta área, o que reforçou a centralidade de caráter único (SILVA, 2003).

Na década de 1940, o centro de Londrina reuniu os principais estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços como as Casas Pernambucanas, Lojas Philco, Agência Chevrolet, Distribuidora Chrysler, além de várias agências bancárias, empresas de radio difusão e de telefonia (LINARDI,

1995). Mas foi na década de 1950, com a intensa prosperidade econômica e a construção de inúmeras obras públicas e privadas em direção à modernidade, além da infraestrutura que acompanhava o crescimento da cidade, que a área central de Londrina configurou-se no CDB, ou *Central Business District* – o centro financeiro da cidade. A presença de edifícios em altura contrastando com as pequenas casas de madeira, ainda presentes, transformou a fisionomia da novíssima cidade, consolidando seu processo de verticalização (FRESCA, 2007).

Portanto, o centro de Londrina atendia às mais variadas demandas, representadas pelo comércio varejista e atacadista, pelos serviços bancários, de transporte, jurídicos, religiosos, políticos, culturais e de lazer, dentre outros. Era também o local de residência da elite londrinense, que investia seus lucros na construção de novas edificações, horizontais e verticais, atestando sua ascensão social e a inserção nos padrões da modernidade (LINARDI, 1995; FRESCA, 2007). Ainda segundo Fresca (2007), neste quadrilátero central encontravam-se os prédios mais significativos e imponentes da cidade, como a Catedral, concluída em 1950, que veio substituir a de madeira de 1938, o Edifício do Fórum da Comarca e da Estação Ferroviária, ambos de 1950, a Estação Rodoviária e o Cine Teatro Ouro Verde, projetos dos arquitetos Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, concluídos em 1952, e os primeiros edifícios em altura da cidade, como o Edifício ECB (atualmente denominado Santo Antonio), do arquiteto Philipp Lohbauer, o Edifício Autolon, de Artigas e Cascaldi, entre outros.

É neste cenário de vanguarda que se destaca o Conjunto Centro Comercial, um projeto audacioso que, segundo reportagem publicada no Jornal de Londrina de 01 de janeiro de 2004, tornou-se o “centro da cidade”, concentrando em sua galeria comercial as mais badaladas lojas de Londrina, além de reunir em seus cafés a elite da classe política e da imprensa local. As variadas configurações das plantas dos apartamentos distribuídos nas três torres residenciais duplas atestam para a preocupação em atender as particularidades dos moradores.

A atuação do poder público, aliado aos interesses das classes dominantes na elaboração da legislação municipal, também induziram o início do processo de verticalização de Londrina (CASARIL, 2011). A Lei 133/51, elaborada por Prestes Maia, regulamentou a ocupação da área central da cidade, com a substituição das

antigas construções em madeira pelos edifícios verticais em concreto armado e alvenaria, símbolos da modernidade e do progresso (SUZUKI, 2011:169).

Em consequência destas modificações, na década de 1950 foram construídos em Londrina 17 edifícios com mais de 04 pavimentos, contabilizando uma área total de 79.778,02 m², divididos em 8 edifícios comerciais, 6 mistos e 3 residenciais, correspondendo respectivamente a 47,06%, 35,30% e 17,64% das edificações. Neste período, os edifícios voltados para usos comerciais ganharam maior destaque, sendo construídos na área central da cidade (figura 13). Cada vez mais altos, imperavam como significados da modernidade, do progresso, do poder e do status da jovem Londrina (CASARIL, 2011:42). O cenário urbano de Londrina modificou-se rapidamente com a construção dos edifícios em altura, que com suas inovações tecnológicas representavam muito bem o sentido de modernidade (CASARIL, 2011:43).

Figura 13- Vista aérea do centro de Londrina na década de 1950.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Sendo assim, o quadro 2 apresenta os edifícios que tiveram seus projetos aprovados na década de 1950, em Londrina. Cabe ressaltar que nem todos foram completamente finalizados na mesma década, como o caso do Conjunto Centro Comercial, que teve sua construção iniciada no final da década de 1950 e sua conclusão entre 1962 e 1963.

Quadro 2- Edifícios construídos na década de 1950.

Ano	Edifícios	Nº de pavimentos
1950	ECB- Santo Antônio	11
1951	Autolon	07
1952	Sahão Palace Hotel	08
1952	Sul Brasileiro	14
1953	Drogasil	05
1953	Monções	09
1954	Souza Coelho	08
1955	Bosque ou Folha de Londrina	18
1955	Conjunto Centro Comercial- Torre A	22
1955	Conjunto Centro Comercial- Torre B	22
1955	Conjunto Centro Comercial- Torre C	22
1955	Madagascar	07
1956	Manella	10
1956	Tóquio	14
1958	América	14
1958	Alvorada	15
1958	Denes	08
Total	17 edifícios	214 pavimentos

Fonte: Casaril, 2011.

Observa-se que o Conjunto Centro Comercial de Londrina teve suas três torres, A, B e C contabilizadas separadamente, embora sejam um único projeto. Destes 17 edifícios, mais de 50% tinham como principal uso as atividades comerciais como hotéis, bancos e escritórios, incluindo os de uso misto: portanto, a verticalização em Londrina não foi iniciada predominantemente pelo uso residencial.

Vale ressaltar a importância da produção do capital que propiciou a precoce construção de edifícios altos em Londrina. Segundo Casaril (2011), estes capitais eram oriundos do rápido desenvolvimento econômico da cidade, principalmente pela

retomada das exportações do café após a Segunda Guerra Mundial. As rendas obtidas na atividade cafeeira permitiram aos produtores diversificarem seus investimentos, aplicando-os, então, na construção civil. As atividades dos setores secundário e terciário também estimularam o processo de verticalização, e a consequente implantação da infraestrutura urbana.²

Havia a necessidade de preparar o consumidor aos produtos e serviços que eram desenvolvidos na metrópole, principalmente em São Paulo, que representava o que havia de melhor e mais moderno no país.

A propaganda foi um instrumento vital para a divulgação do discurso da modernidade na cidade. A publicação em jornais da época, dos grandes empreendimentos imobiliários, era uma forma de disseminar as características de vanguarda de uma Londrina em franca expansão.

Segundo Guadanhim (2002), as expressões adotadas pelos periódicos locais e regionais enfatizavam o encaminhamento da cidade rumo ao progresso, como: *Londrina, a capital do norte do Paraná; a cidade progresso; pujança arquitetônica; grande metrópole*. Eram termos que faziam apologia à modernização e que eram disseminados pela imprensa. De modo semelhante, para Suzuki (2007), o sucesso dos empreendimentos em altura estava associado à ideia de modernização. Diz Suzuki (2007:377) que, “ao adquirir uma unidade residencial ou comercial num arranha-céu londrinense, adquiria-se, sobretudo *status*, estilo de vida”.

Para exemplificar a importância da propaganda no contexto da verticalização de Londrina, merece destaque o lançamento do empreendimento do Conjunto Centro Comercial, veiculado no Jornal Folha de Londrina, de 15 de outubro de 1959 (figura 14), no qual foram divulgadas fotografias das maquetes físicas do edifício, enfatizando a grandiosidade do empreendimento como o maior conjunto residencial e comercial do Paraná. A reportagem destaca os principais dados da obra como a área ocupada de 3.500 m², o total de área construída de 21.500 m², a construção de “3 blocos de 6 lances em 20 andares” e as 80 lojas de comércio no térreo do edifício.

² De acordo com Casaril (2011), após a Segunda Guerra Mundial, o município de Londrina e região eram responsáveis pela maior produção/safra de café do Brasil.

Figura 14- Exemplar do Jornal Folha de Londrina de 15 de outubro de 1959.



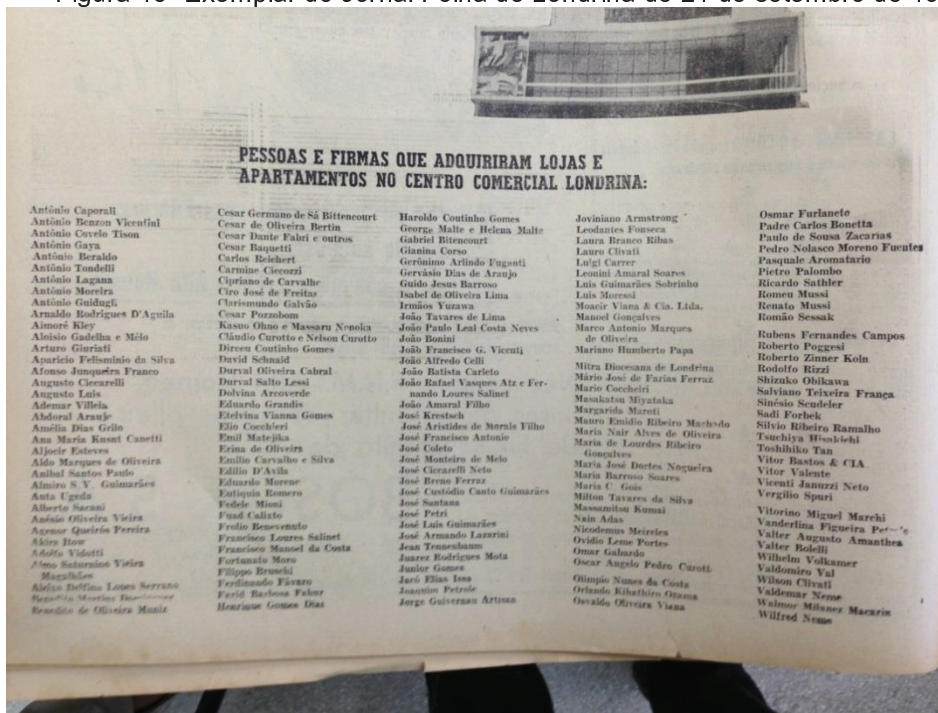
Fonte: CDPH (Centro de Documentação e Pesquisa Histórica) da UEL.

Fato curioso nesta reportagem é a ênfase dada à disponibilidade de 100 vagas de garagem ofertadas no Conjunto Centro Comercial, justificadas da seguinte forma: “(...) tendência que cada vez mais se acentua entre os responsáveis pelos empreendimentos do gênero com vistas aos problemas de estacionamento na atualidade.” (Jornal Folha de Londrina, 15/10/1959).

A reportagem ainda destaca, através da fala do sr. Remo Veronesi, titular da Construtora Veronesi, responsável pela construção do empreendimento, a intenção de executar a estrutura do edifício em ferro, viabilizando pesquisas de novos processos técnicos. E quanto ao projeto do Conjunto Centro Comercial, o mesmo define como uma “arquitetura moderna e funcional” (Jornal Folha de Londrina, 15/10/1959).

É interessante destacar na publicidade deste empreendimento a divulgação da lista de nomes dos compradores das unidades comerciais e residenciais, publicada no Jornal Folha de Londrina de 21 de setembro de 1960 (figura 15), o que demonstra a aceitação, por parte dos empresários locais e da população em geral, dos elementos de modernização da cidade.

Figura 15- Exemplar do Jornal Folha de Londrina de 21 de setembro de 1960.



Fonte: CDPH (Centro de Documentação e Pesquisa Histórica) da UEL.

Durante a construção do Conjunto Centro Comercial, manteve-se ampla propaganda do empreendimento na imprensa local, inclusive com a divulgação das datas de lançamento das etapas da construção e de sua consequente comercialização (figuras 16 e 17).

Figuras 16 e 17- Exemplares do Jornal Folha de Londrina de 20 de setembro e 30 de outubro de 1960.



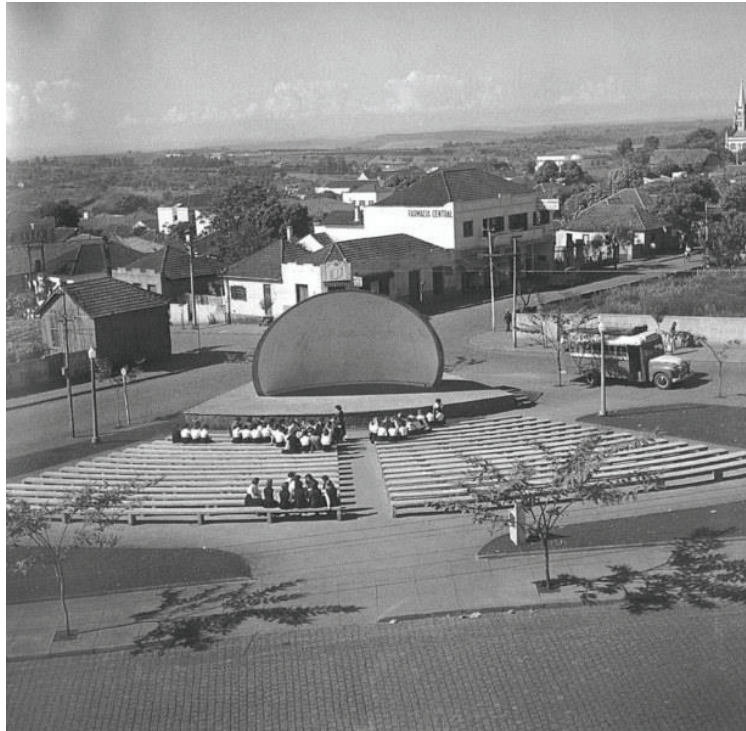
Fonte: CDPH (Centro de Documentação e Pesquisa Histórica) da UEL.

A nova dinâmica urbana promovida pelo surgimento dos edifícios-galerias e das edificações multifuncionais no centro novo da capital paulista teve reflexo imediato na nova configuração da área central de Londrina, ocupada pelos edifícios em altura, com programas variados, que mesclavam residência, comércio, lazer e serviços. O Conjunto Centro Comercial era tido como “o lugar mais movimentado da cidade” (Jornal de Londrina de 01/01/2004), com as melhores e mais bem frequentadas lojas, com destaque para as alfaiatarias e modistas, a loja de discos Capital e a livraria Arles, que iniciaram suas atividades na galeria, além de estabelecimentos de lazer como a sorveteria Roma e o Café Estoril – ainda em atividade - frequentado pela elite política e pelos representantes da imprensa local, já que o Conjunto Centro Comercial está localizado na mesma quadra do Edifício Bosque, então sede do jornal Folha de Londrina.

A reportagem do Jornal de Londrina de 01/01/2004 também enfatiza a característica dos moradores das torres de apartamentos do Conjunto Centro Comercial, como local “das residências das pessoas mais ilustres e notórias das décadas de 1960 e 1970 na cidade”. Supõe-se que a complexa diferenciação das plantas dos apartamentos das torres residenciais tinha por objetivo atender às exigências e particularidades de seus moradores, comprovada pelas plantas de modificação dos apartamentos, aprovadas na Prefeitura Municipal de Londrina em 1962, durante a execução da obra, e que serão objeto de análise no terceiro capítulo deste trabalho.

É claro que a localização do Conjunto Centro Comercial junto à Concha Acústica (1957), palco dos principais movimentos populares, políticos e culturais da sociedade londrinense da época (figura 18), e próxima à edifícios importantes como o Correio, o Fórum, a Catedral e os principais estabelecimentos comerciais, como a Casa Fuganti, contribuiu para a popularização da edificação, considerada ‘emblemática’ para a cidade de Londrina (figura 19).

Figura 18- Concha acústica de Londrina – década de 1950. Autoria de Yutaka Yasunaka.



Fonte: www.londrina.pr.gov.br.

Figura 19- Vista do centro principal de Londrina, na década de 1960, com o Conjunto Centro Comercial ao fundo.



Fonte: Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Portanto, a altura (22 pavimentos), o programa diversificado e as características modernistas do Conjunto Centro Comercial são reflexos da modernização vivenciada na metrópole paulista e que era desejada pela elite local.

A relação entre as duas cidades vai além de uma mera influência da metrópole sobre o interior, é caracterizada pela busca, por parte da elite política e econômica de Londrina, das referências de modernidade da capital paulista e a oportunidade de trabalho e de afirmação profissional para diversos profissionais de engenharia e arquitetura, formados nas escolas superiores de São Paulo, que atuaram na construção de uma imagem moderna para Londrina.

A articulação dos acontecimentos ocorridos em São Paulo durante seu intenso processo de verticalização reflete-se simultaneamente na verticalização de Londrina, fato este ainda não contemplado nos estudos sobre os aspectos de modernização na cidade de Londrina.

CAPÍTULO 3 - O CONJUNTO CENTRO COMERCIAL DE LONDRINA

3.1 O engenheiro Américo Sato.

Américo Sato nasceu em Lins, no Estado de São Paulo, em 07 de dezembro de 1924. Era descendente de pais japoneses - sr. Ziro Sato, que chegou no Brasil em 1910 e foi cônsul japonês no interior de São Paulo, e sra. Hina Sato. Ao concluir seus estudos de escolaridade secundária no Colégio Americano de Lins, em 1944, e após a morte do pai em 1945, mudou-se para a capital paulista para preparar-se para o ingresso na Escola Politécnica de São Paulo (SUZUKI, 2011). Em fevereiro de 1946, já residindo em Curitiba, inscreveu-se no concurso de habilitação para o curso de Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, sendo aprovado e classificado em 49º lugar. Matriculado em 10 de março de 1946, concluiu sua formação superior em 1950, colando grau em 17 de março de 1951 (Histórico Escolar do engenheiro civil Américo Sato – Escola de Engenharia da Universidade do Paraná).

Em depoimento dado ao *site* da UGC, União dos Gakusseis (estudantes) de Curitiba, uma instituição estudantil, cultural e filantrópica, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública estadual pela Lei nº 5189 e de utilidade pública municipal pela Lei nº 3051, na qual foi o primeiro presidente, na gestão 1949/50, o engenheiro civil Américo Sato relatou que, em 1947, durante sua formação superior, foi assistente da disciplina de topografia, onde dava aulas práticas. Em 1948, foi assistente da disciplina de hidráulica e saneamento básico, sendo autor da primeira apostila da disciplina no curso de engenharia civil da Universidade do Paraná. Em 1949, tornou-se assistente da disciplina de economia política e estatística, elaborando apostilas para a mesma.

Recém-formado, transferiu-se para Londrina, como parte da corrente migratória de profissionais que buscavam uma cidade que ofertasse muitas oportunidades de trabalho na área da construção civil devido à pujante expansão econômica da região. A grande colônia japonesa de Londrina favoreceu a aceitação do profissional de origem oriental que, na época, provocava certo estranhamento em Curitiba (SUZUKI, 2011:65).

Antes de fixar-se em Londrina, Américo Sato passou por Cornélio Procópio, Uraí, Assaí, Cidade Gaúcha e Guaíra, em 1951, e por Terra Roxa e pelo estado do Mato Grosso, em 1952, onde desenvolveu trabalhos como topógrafo, realizando medições de terra.

Em Londrina, após trabalhar com demarcação de terras agrícolas, começou a desenvolver seus primeiros projetos construtivos. Em 1953, Sato associou-se aos irmãos Veronesi, Rômulo e Remo, fundadores da Construtora Veronesi, responsável pela construção de muitos dos edifícios verticais da cidade nas décadas de 1950 e 1960 (SUZUKI, 2011).

O engenheiro Américo Sato desenvolveu os projetos arquitetônicos dos principais edifícios verticais em Londrina, e foi responsável também pela sua execução, como os edifícios Bosque (1953), o Conjunto Centro Comercial (1953), o Júlio Fuganti (1959) e o Hotel Bandeirantes (1959) (SUZUKI, 2007:134).

No quadro abaixo podemos visualizar os projetos de autoria de Américo Sato e suas parcerias, nas décadas de 1950 e 1960.

Quadro 3 – Edifícios verticais aprovados em Londrina – décadas de 1950/1960.

ANO	EDIFÍCIO	AUTOR DO PROJETO
1953	Bosque	Eng. Américo Sato
1953	Conjunto Centro Comercial	Eng. Américo Sato
1958	Eurides Cunha	Eng. Américo Sato/Construtora Veronesi
1959	Hotel Bandeirantes	Eng. Américo Sato
1959	Júlio Fuganti	Eng. Américo Sato
1961	Miguel Bessalhok	Eng. Américo Sato
1964	Cinzia	Eng. Américo Sato/ Arq. Carlos Sérgio Bopp
1965	Panorama e Regina	Eng. Américo Sato/ Arq. Carlos Sérgio Bopp
1966	Conjunto Folha de Londrina	Eng. Américo Sato
1966	Santa Mônica	Eng. Américo Sato/ Arq. Luiz César da Silva

Fonte: Sistematização da autora a partir dos dados obtidos em SUZUKI, 2007.

“Seus projetos [...] impressionam pela elegância e limpidez formal, que remetem imediatamente ao repertório modernista que marcou a arquitetura brasileira daquele período”. Neles “estão presentes a modulação estrutural, os materiais industrializados, as grandes superfícies envidraçadas”, características influenciadas pela construção de Brasília e pela Escola Carioca de Arquitetura, representada por Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, entre outros (SUZUKI, 2011:66).

Paralelamente aos projetos arquitetônicos de edifícios, residências, igrejas e indústrias, Américo Sato elaborou projetos de loteamentos e de planos urbanísticos para algumas cidades do interior do Paraná, como o caso de Cidade Gaúcha, em 1952 (SUZUKI, 2011:67).

Américo Sato desligou-se da Construtora Veronesi, no início da década de 1960, ao consolidar sua carreira e seu nome no cenário urbano de Londrina e passou a atuar em escritório próprio. Firmou algumas parcerias com arquitetos como Carlos Sérgio Bopp e Luiz César da Silva, formados na capital paulista. Segundo Suzuki (2011), se as características dos primeiros projetos de Sato remetiam ao padrão empregado pela arquitetura carioca, influenciados pelos trabalhos de Oscar Niemeyer e Affonso Eduardo Reidy, os projetos da década de 1960 dialogavam mais com a arquitetura paulista, caracterizados por aberturas menos amplas, volumes mais robustos e a interiorização dos espaços. Tal mudança se deve à segmentação das etapas dos projetos, cabendo a Sato os projetos de engenharia e a resolução funcional das plantas, e aos parceiros arquitetos, o que ele chamava de “acabamento das fachadas”.

Américo Sato defendia a racionalidade na distribuição espacial, delimitando claramente os vários setores que compunham o projeto. Por atuar na execução do projeto, Sato entendia que adequar os sistemas construtivos ao projeto era um ato contínuo, onde, inclusive arcava com as consequências de suas próprias decisões. Desta forma, faziam parte de uma equação racional os aspectos estéticos, técnicos e financeiros do projeto (SUZUKI, 2011).

Em meados da década de 1960, Américo Sato fixou residência em Curitiba, mantendo seu escritório em Londrina até próximo de completar 80 anos. A perseguição militar oriunda do movimento da ditadura motivou esta mudança. Durante quase 40 anos manteve o vínculo com a cidade de Londrina, a qual

possibilitou seu reconhecimento como um dos importantes profissionais responsáveis pela inserção da cidade no contexto da modernidade e merecedor, em 2004, do título de Cidadão Honorário de Londrina (SUZUKI, 2011:67). Faleceu em Curitiba, em 2009, aos 84 anos.

3.2 O projeto do Conjunto Centro Comercial.

Segundo inventário arquitetônico realizado em 2004 pela Diretoria de Patrimônio Histórico-Cultural de Londrina, sobre a obra do engenheiro civil Américo Sato, o Conjunto Centro Comercial foi projetado entre 1953 e 1955, mas sua construção iniciou-se no final da década (figura 20) e o habite-se definitivo somente foi emitido pela Prefeitura Municipal de Londrina em 22 de março de 1963.

Figura 20- Conjunto Centro Comercial de Londrina em construção (ao fundo e à esquerda). Década de 1960.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina- autor desconhecido.

Os lotes 1, 2, 19 e 20 da quadra 34 da área central da cidade, totalizando 2.381,25 m², foram adquiridos pela Construtora Veronesi e designados para o projeto do Conjunto Centro Comercial, de autoria do engenheiro civil Américo Sato, sócio da construtora na época. O projeto é composto por uma galeria comercial distribuída em dois pavimentos e um conjunto de três torres duplas, de uso residencial, com 20 andares cada, com unidades habitacionais com plantas diferenciadas (figura 21).

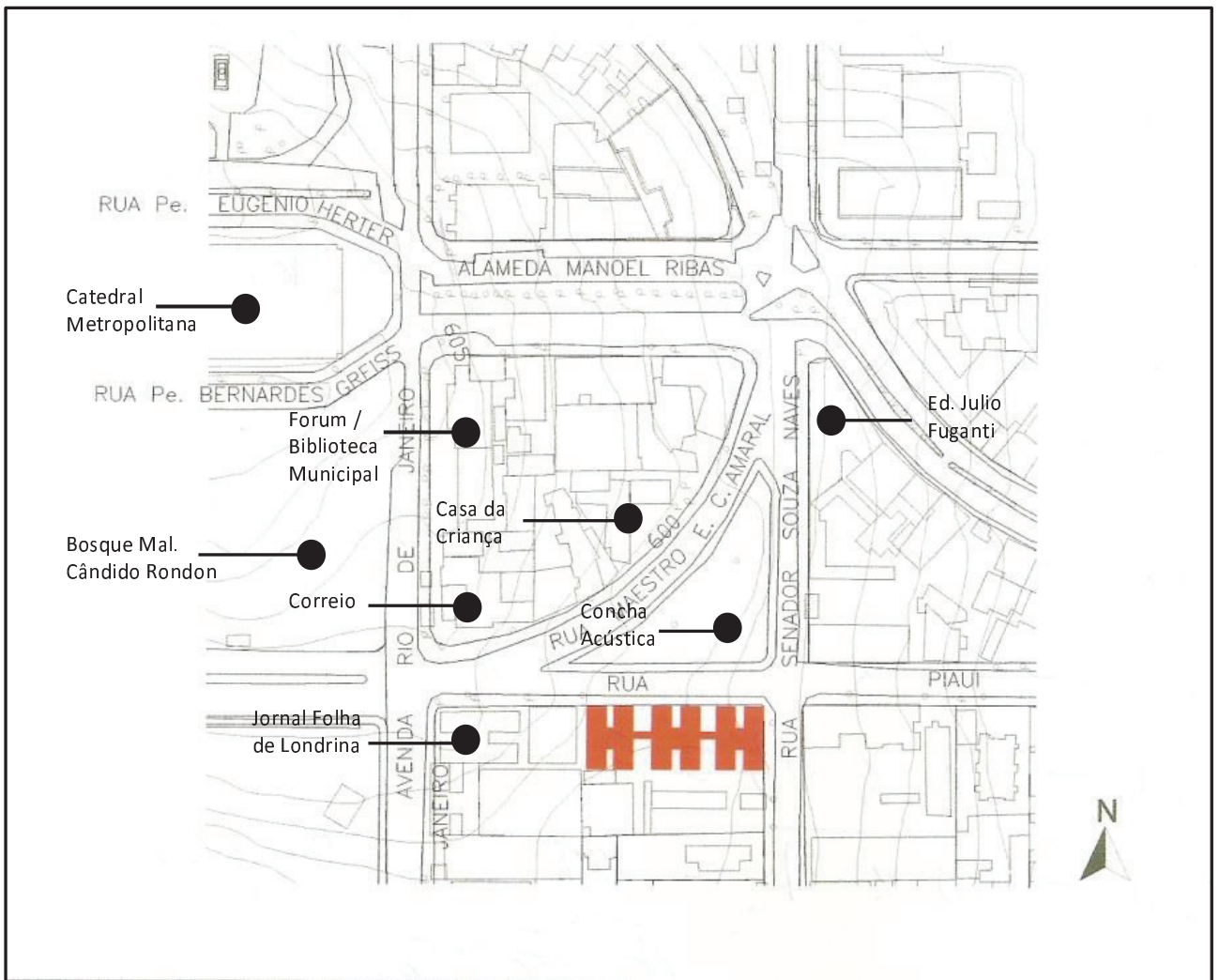
Figura 21- Conjunto Centro Comercial de Londrina



Fonte: a autora (2012)

Implantado na confluência de duas importantes ruas do centro da cidade, Rua Piauí e Rua Senador Souza Naves (figura 22), diante da Concha Acústica, e da então Casa da Criança e próximo ao Correio, ao Fórum, à Catedral e ao Bosque, o projeto totalizou uma área construída de 26.780,86 m² (Diretoria de Patrimônio Histórico-Cultural – Secretaria da Cultura de Londrina).

Figura 22- Planta de localização do Conjunto Centro Comercial



Fonte: Diretoria de Patrimônio Histórico-Cultural/ Secretaria de Cultura de Londrina. Locação dos principais edifícios realizado pela autora.

A área ocupada pelo Conjunto Centro Comercial possui uma declividade de quase quatro metros, resolvida pela criação dos dois pisos da galeria comercial, o inferior, acessado pela Rua Senador Souza Naves e o térreo, com entrada pela Rua Piauí (figura 23).

Figura 23- Fachada do Conjunto Centro Comercial, acessado pela Rua Piauí.



Fonte: a autora (2012).

Conforme reportagem intitulada “Centro Comercial é a ‘cara’ de Londrina”, o Conjunto Centro Comercial foi um ponto de referência da cidade de Londrina nas décadas de 1960 e 1970. Considerado o “centro” da cidade por conter estabelecimentos comerciais tradicionais, foi o ponto de encontro da classe política e da imprensa local, caracterizando-se como fonte das principais notícias da cidade (Jornal de Londrina, 01 de janeiro de 2004).

O projeto do Conjunto Centro Comercial de Londrina é considerado pioneiro não só por ser o primeiro edifício galeria da cidade, mas porque suas características impulsionaram uma nova dinâmica urbana na área central da cidade.

Foi na década de 1950, quando a cidade de São Paulo consolidou-se como uma metrópole moderna, através de uma nova paisagem urbana desenhada pelos edifícios verticais, principalmente no centro da cidade, que observa-se a grande repercussão destes acontecimentos na formação da área central de Londrina.

Em Londrina, a formação do centro principal coincidiu com a formação inicial do núcleo urbano, portanto, uma das áreas mais antigas da cidade. As primeiras ocupações na área eram voltadas ao abastecimento imediato dos moradores, como alimentação e vestuário. Mas foi com a construção de edificações carregadas de

grande simbolismo, como a Catedral de Londrina, em 1938, em substituição da primeira em madeira, do Edifício do Fórum da Comarca, concluído em 1950, da estação ferroviária (1950) e da estação rodoviária (1952), além dos primeiros edifícios verticais da cidade, que o centro principal alcançou rápida valorização, tornando-se também o local de moradia de parte da elite local (SILVA, 2003; FRESCA, 2007).

O Conjunto Centro Comercial é um exemplar característico desta nova realidade, onde a área central exercia funções provenientes de demandas diversas, na esfera comercial, nos serviços bancários, religiosos, políticos e jurídicos, nas áreas de cultura e lazer. Era onde a elite investia seus lucros e rendas e demandava do poder público local as melhorias necessárias ao bom funcionamento da área central e da cidade como um todo, caracterizando sua modernização (FRESCA, 2007).

3.2.1 A galeria comercial.

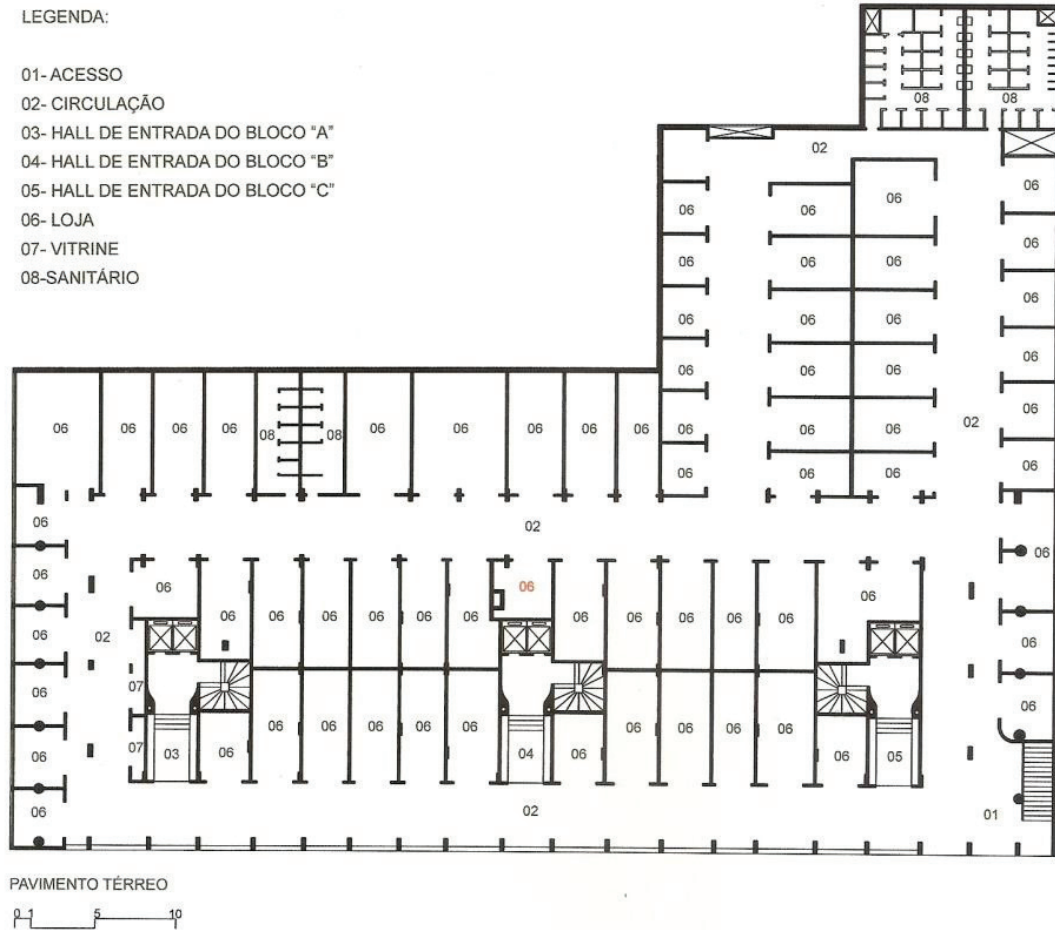
O empreendimento foi o primeiro de Londrina a idealizar uma galeria comercial, composta de 80 lojas, originalmente, e estacionamento no subsolo (CASARIL, 2011). Durante a construção, algumas lojas se fundiram em unidades maiores, resultando um total de 71 estabelecimentos comerciais. Em ambos os pisos existem sanitários para ambos os sexos.

O principal objetivo da construção de uma galeria comercial no térreo da edificação foi corresponder à grande demanda impulsionada pela produção cafeeira em alta na região. O centro de Londrina consolidava-se como o “coração” da cidade, que pulsava através dos principais empreendimentos verticais da época, edifícios com características modernistas como o Edifício Autolon (1950), projeto de Vilanova Artigas e Carlos Cascardi, o Edifício Bosque (1953), de Américo Sato, com térreo comercial e o próprio Conjunto Centro Comercial, com caráter multifuncional.

A galeria possui três acessos que criam corredores de circulação. Pela Rua Piauí tem-se um acesso para o pavimento térreo da galeria, com circulação em

ambos os sentidos. Nessa circulação principal, paralelas à rua, situam-se as entradas individuais para cada um dos três blocos residenciais (figura 24).

Figura 24- Planta baixa do pavimento térreo (galeria comercial) do Centro Comercial.



Fonte: Diretoria de Patrimônio Histórico-Cultural/ Secretaria de Cultura de Londrina.

Os outros dois acessos acontecem pela Rua Senador Souza Naves: o primeiro na esquina e o segundo ao lado da entrada de veículos, ambos pertencentes ao piso inferior da galeria. Observa-se, no entanto, a falta de interligações entre o pavimento térreo e o inferior, tanto entre pisos, quanto entre os corredores de circulação. A solução adotada foi a construção de duas pequenas escadas ao longo da fachada da Rua Piauí e paralelas aos pilares, permitindo uma transição entre o pavimento térreo e o inferior da galeria comercial (figura 25).

Figura 25 – Corredor de circulação do pavimento inferior da galeria com acesso à rua Piauí pelas escadas.



Fonte: a autora (2012)

Na composição da galeria, sobressaem os pilares de seção retangular (figuras 26 e 27), iniciados por uma coluna circular de esquina. A base do edifício compõe um prisma retangular onde se apoiam os três conjuntos de torres duplas residenciais. O material utilizado foi o concreto armado, a alvenaria de tijolos, as esquadrias de ferro e as janelas de vidro. A estrutura é modulada e, portanto, racionalmente concebida: as lojas são padronizadas e seriadas. Observa-se a racionalidade na distribuição espacial, bem como a delimitação clara nos setores componentes do projeto.

Figuras 26 e 27- Fotos do interior da galeria comercial.



Fonte: a autora (2012).

3.2.2 As torres residenciais.

A parte externa do Conjunto Centro Comercial é bastante característica, formada pelo conjunto de seis torres retangulares, apoiadas sobre a mesma base. As torres tem acabamento em pastilhas cerâmicas de 2 x 2 cm, nas cores rosa, amarelo e verde, aberturas padronizadas em ferro e vidro e um friso horizontal, supostamente coincidindo com o prolongamento das lajes de piso, que cria uma expressão mais geométrica à composição arquitetônica (figura 28).

Figura 28- Fachada das torres residenciais do Conjunto Centro Comercial



Fonte: a autora (2012)

Os seus 224 apartamentos, distribuídos nas três torres duplas, foram residência de pessoas de notoriedade na sociedade londrinense nas décadas de 1960 e 1970, e, por esta razão, apresentam uma diversificação nas plantas das unidades habitacionais, adaptando-se às necessidades particulares de cada família e caracterizando-se como uma moderna personalização de plantas. Ao todo verificam-se seis tipos de configurações internas diferentes, distribuídas aleatoriamente nas torres residenciais.

Atualmente, o Departamento de Cadastro de Obras da Prefeitura Municipal de Londrina dispõe de um conjunto de plantas identificadas como “Projeto de substituição das plantas aprovadas em 22 de abril de 1960 e 18 de junho de 1962”, datado de 10 de outubro de 1962. Todo o material é assinado pelo engenheiro civil responsável, Américo Sato e pelo representante da Construtora Veronesi Ltda, Rômulo Veronesi (figura 29).

O material gráfico compreende duas plantas datadas de 18 de junho de 1962, sendo uma planta de corte, identificada como Folha 3-A, em substituição a Folha 3 do projeto aprovado em 22 de abril de 1960, e uma planta de subsolo, identificada como Folha 10, denominada suplemento do projeto aprovado em 22 de abril de 1960.

As demais plantas, um conjunto de oito unidades, todas com data de 10 de outubro de 1962 e assinadas pelo engenheiro civil Américo Sato, responsável pela obra e pelo representante da Construtora Veronesi Ltda, Rômulo Veronesi, estão identificadas como Folha 2, planta de corte; Folha 4, planta dos apartamentos; Folha 5, planta dos apartamentos; Folha 6, corte AA; Folha 7, cortes BB e CC; Folha 8, corte e locação; Folha 9, fachada para a Rua Piauí; e Folha 10, fachada para a Rua Senador Souza Naves (em anexo). Todas as plantas estão identificadas como projeto de substituição das plantas aprovadas em 22 de abril de 1960 e 18 de junho de 1962.

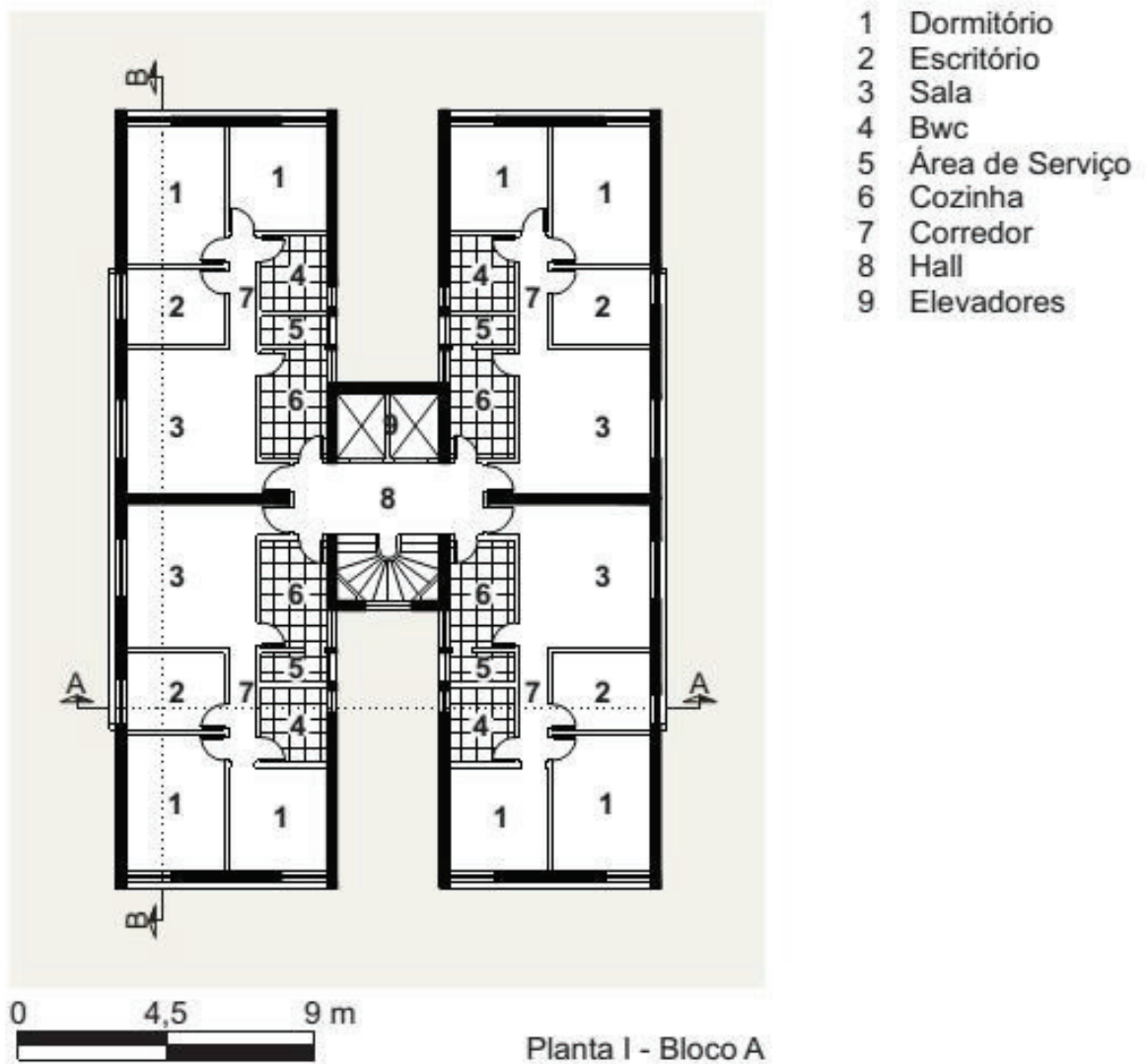
As Folhas de nº 4 e 5 compreendem as plantas dos andares e seus respectivos apartamentos distribuídos nos três blocos residenciais, nomeados como A, B e C, cada um com 20 pavimentos.

O bloco A possui três plantas diferentes, identificadas pelos números romanos I, II e III; o bloco B contém três plantas diferentes, identificadas pelos números IV, V e VI e o bloco C possui quatro plantas diferentes identificadas pelos números VII, VIII, IX e X.

Para um melhor entendimento da diversificação dos apartamentos, procurou-se descrever as unidades habitacionais por Bloco e por número de planta, como consta nas Folhas 4 e 5, identificadas anteriormente.

A planta I do Bloco A (figura 30) consta de 04 apartamentos iguais por andar contendo sala, cozinha, lavanderia, 02 dormitórios, escritório e 01 bwc, compreendendo os andares de 1 a 5; 9 e 10; 12 a 17 e 19 e 20. Observou-se que a planta I do Bloco A é igual à planta X do Bloco C.

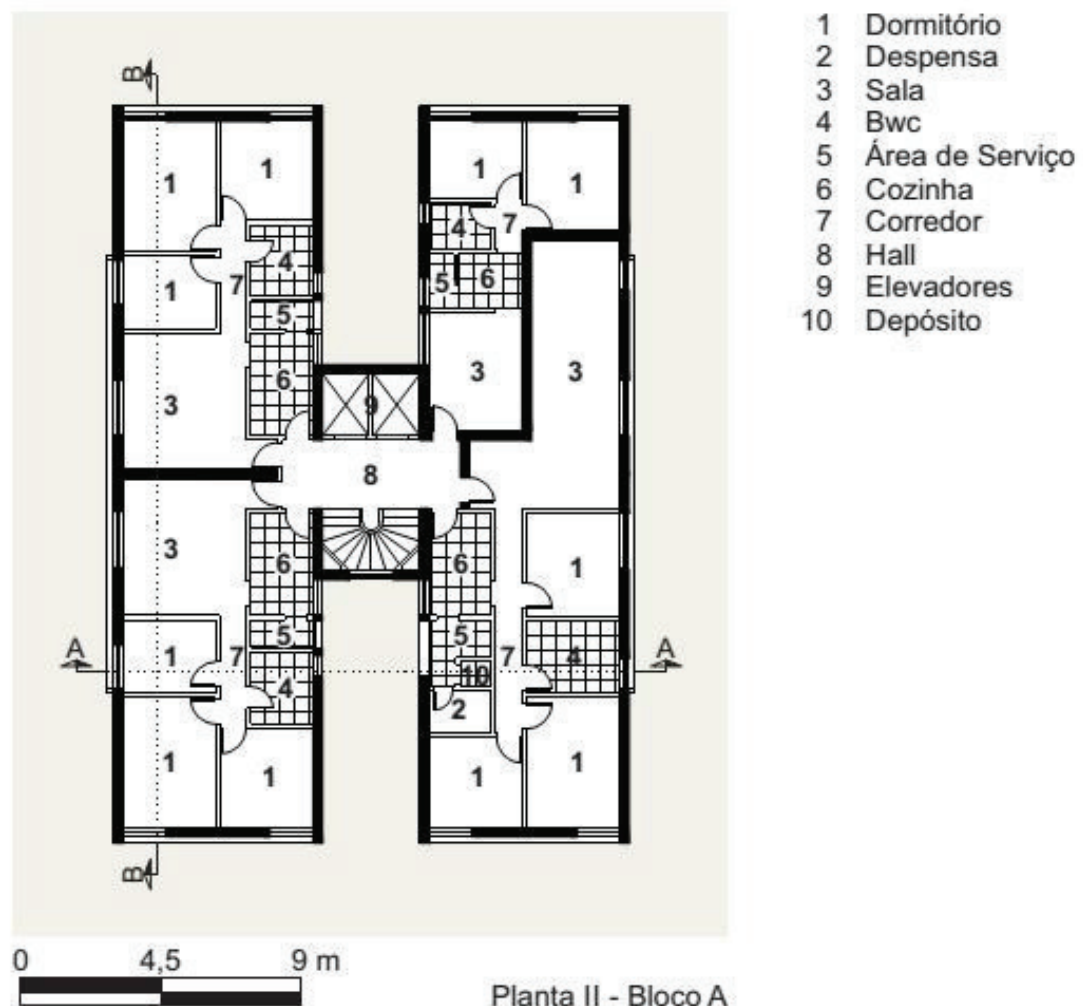
Figura 30- Desenho sistematizado pela autora (2013).



Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina.

A planta II do Bloco A (figura 31) compreende 04 apartamentos por andar, sendo que existem três tipos diferentes de distribuição interna da unidade habitacional. São 02 apartamentos com sala, 03 dormitórios, 01 bwc, cozinha e lavanderia; 01 apartamento com sala, 03 dormitórios, 01 bwc, cozinha, lavanderia e dependência completa de empregada (quarto e bwc); e 01 apartamento com sala, 02 dormitórios, 01 bwc, cozinha e lavanderia. Esta diferenciação ocorre nos andares 6 a 8 do Bloco A.

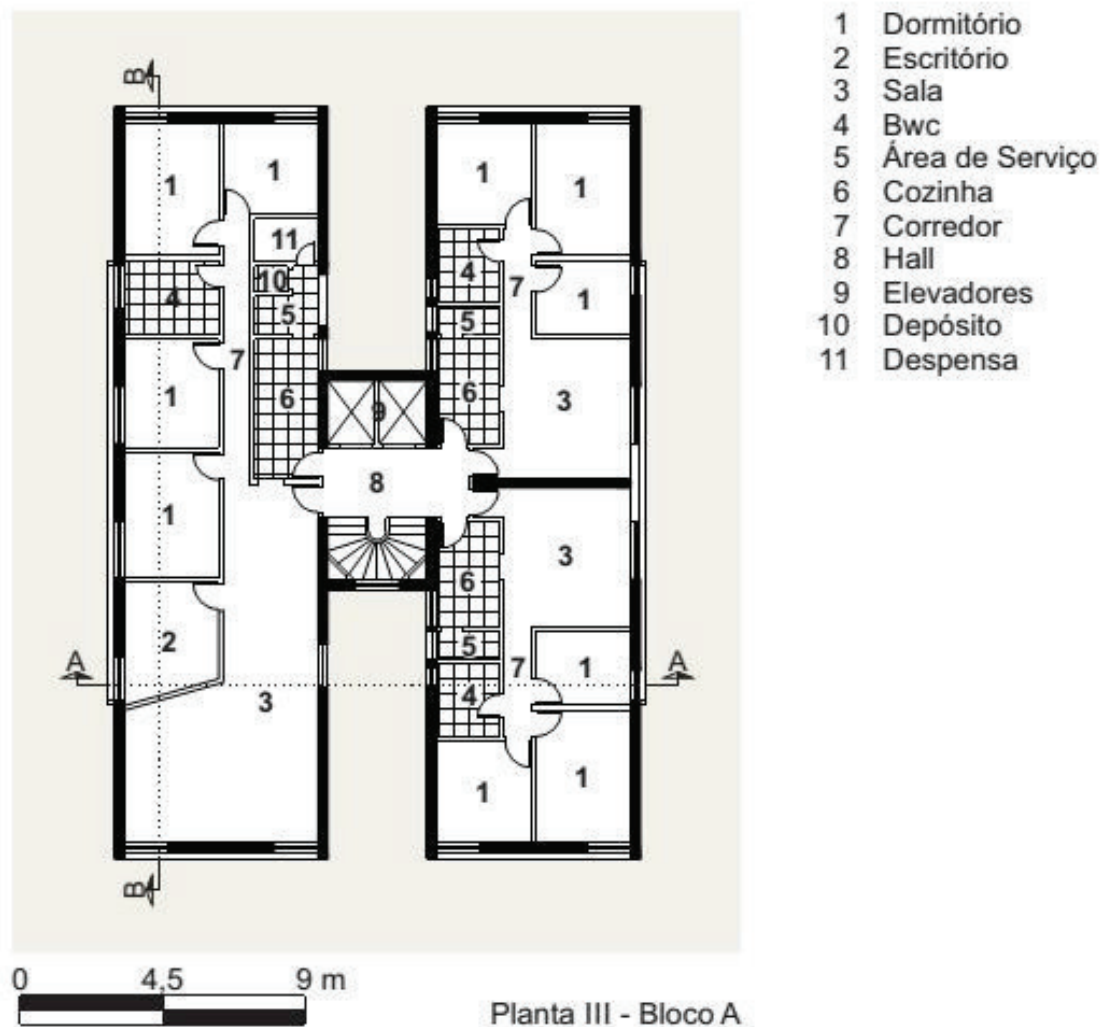
Figura 31- Desenho sistematizado pela autora (2013).



Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina.

A planta III do Bloco A (figura 32) possui 03 apartamentos por andar, sendo que existem dois tipos diferentes de distribuição interna da unidade habitacional. São 02 apartamentos contendo sala, 03 dormitórios, 01 bwc, cozinha e lavanderia e 01 apartamento com sala, 04 dormitórios, escritório, 01 bwc, cozinha, lavanderia e dependência completa de empregada (quarto e bwc). Esta distribuição está presente nos andares 11 e 18 do Bloco A.

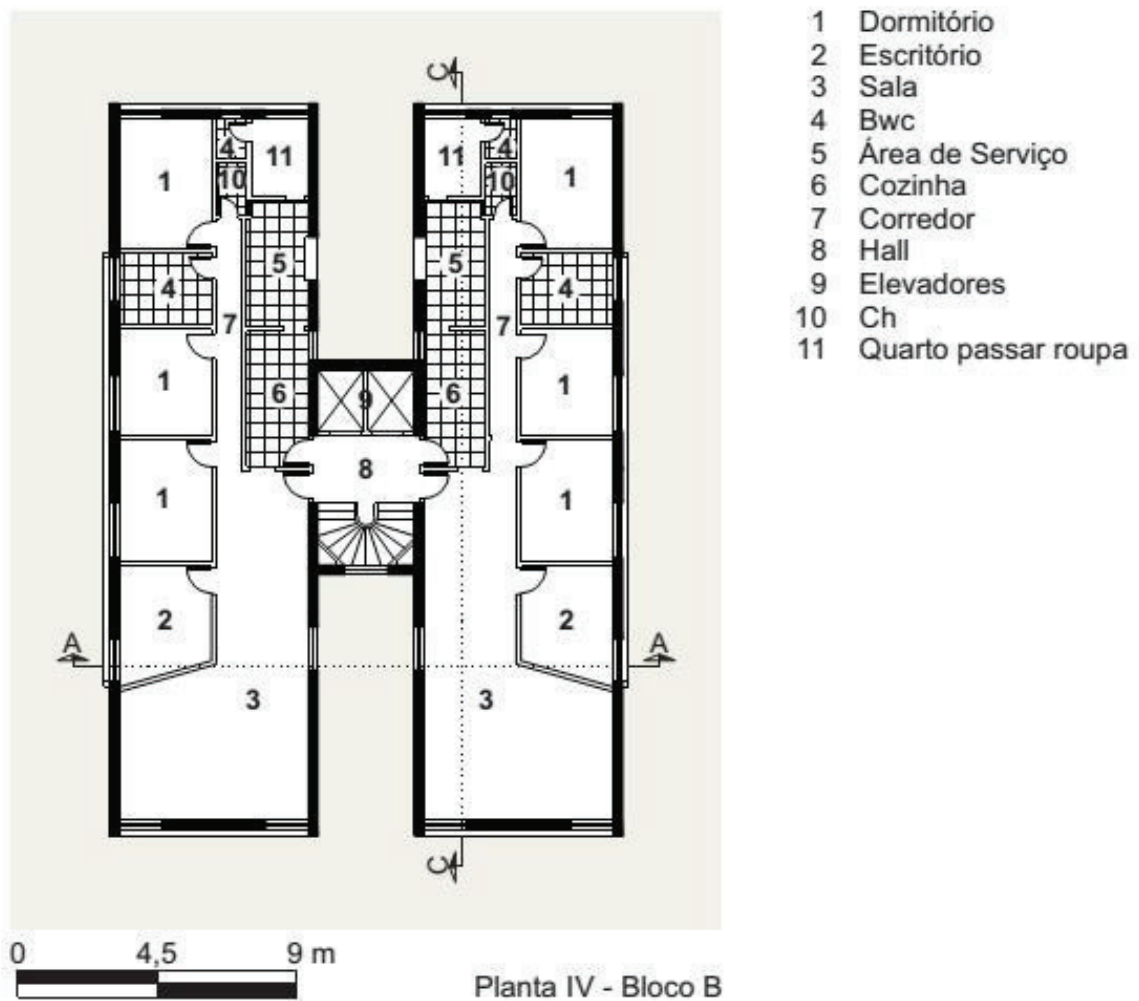
Figura 32- Desenho sistematizado pela autora (2013).



Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina.

A planta IV do Bloco B (figura 33) contém 02 apartamentos iguais por andar distribuídos nos andares 1 a 4 do Bloco. Cada unidade possui sala, 03 dormitórios, escritório, 01 bwc, chuveiro, cozinha, lavanderia e dependência completa de empregada (quarto e bwc).

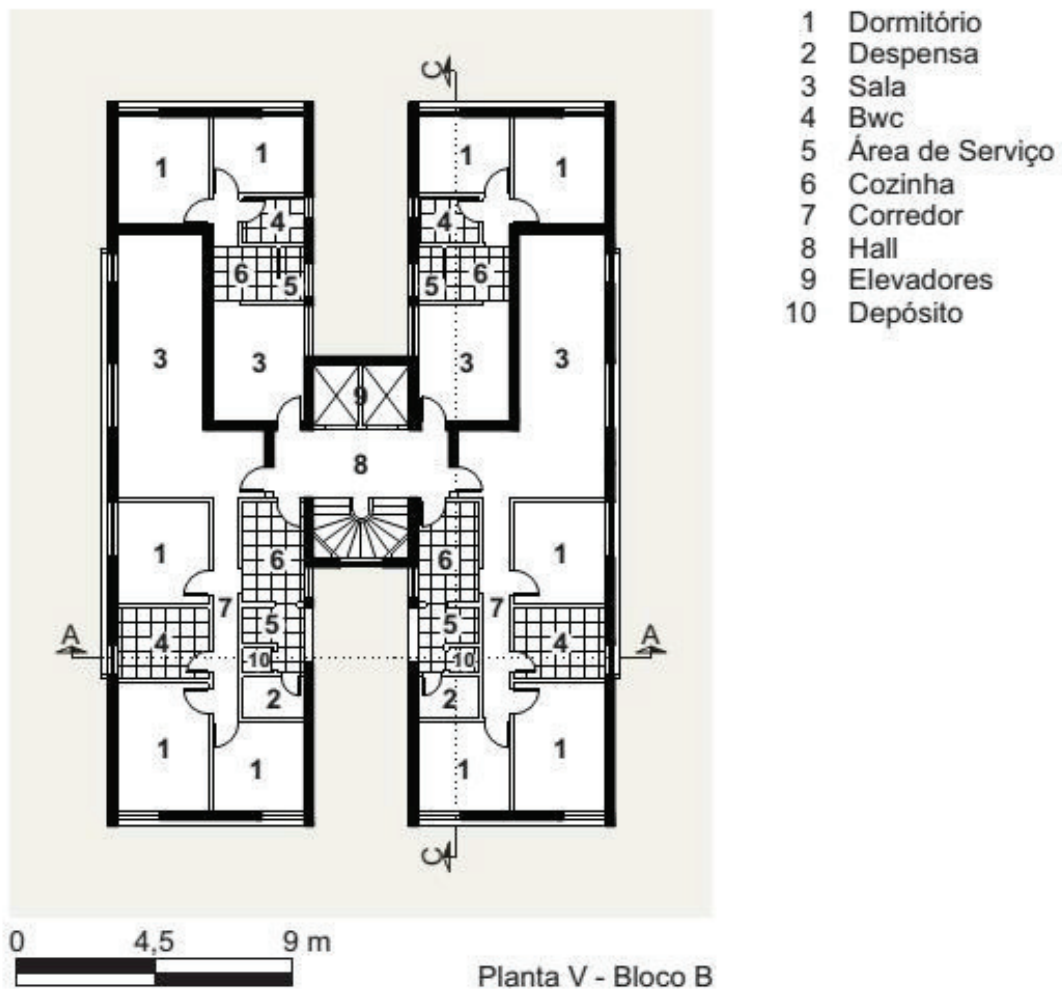
Figura 33- Desenho sistematizado pela autora (2013).



Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina.

A planta V do Bloco B (figura 34) consta de 04 apartamentos por andar, sendo que existem dois tipos diferentes de distribuição interna da unidade habitacional. São 02 apartamentos com sala, 02 dormitórios, 01 bwc, cozinha e lavanderia; e 02 apartamentos por andar contendo sala, 03 dormitórios, 01 bwc, cozinha e lavanderia. Esta distribuição acontece nos andares 5 a 7 do Bloco B. Observou-se que a planta V do Bloco B é igual à planta IX do Bloco C.

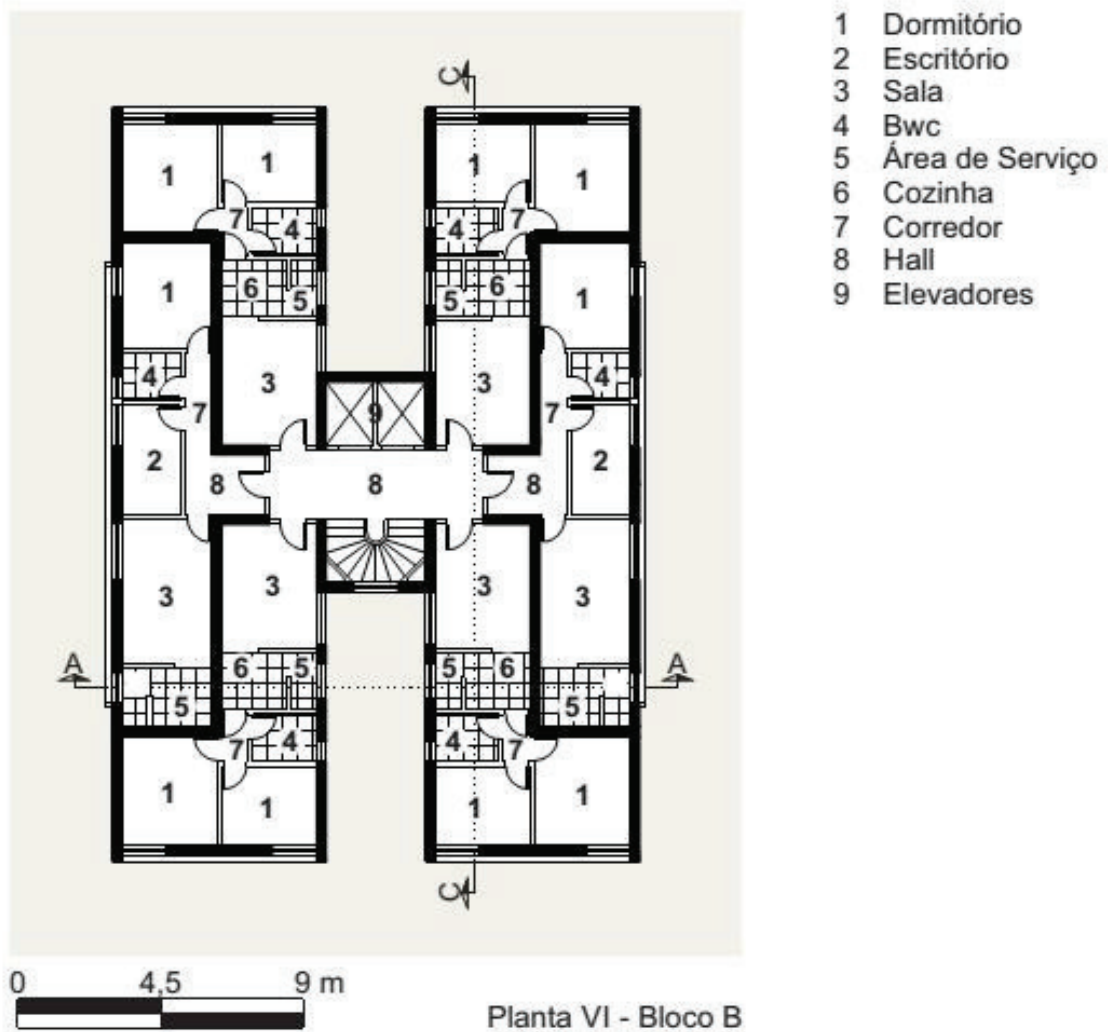
Figura 34- Desenho sistematizado pela autora (2013).



Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina.

A planta VI do Bloco B (figura 35) possui 06 apartamentos iguais por andar e ocupa os andares 8 a 20 do Bloco. Cada apartamento contém sala, 01 dormitório, escritório ou vestiário, 01 bwc, cozinha e lavanderia.

Figura 35- Desenho sistematizado pela autora (2013).

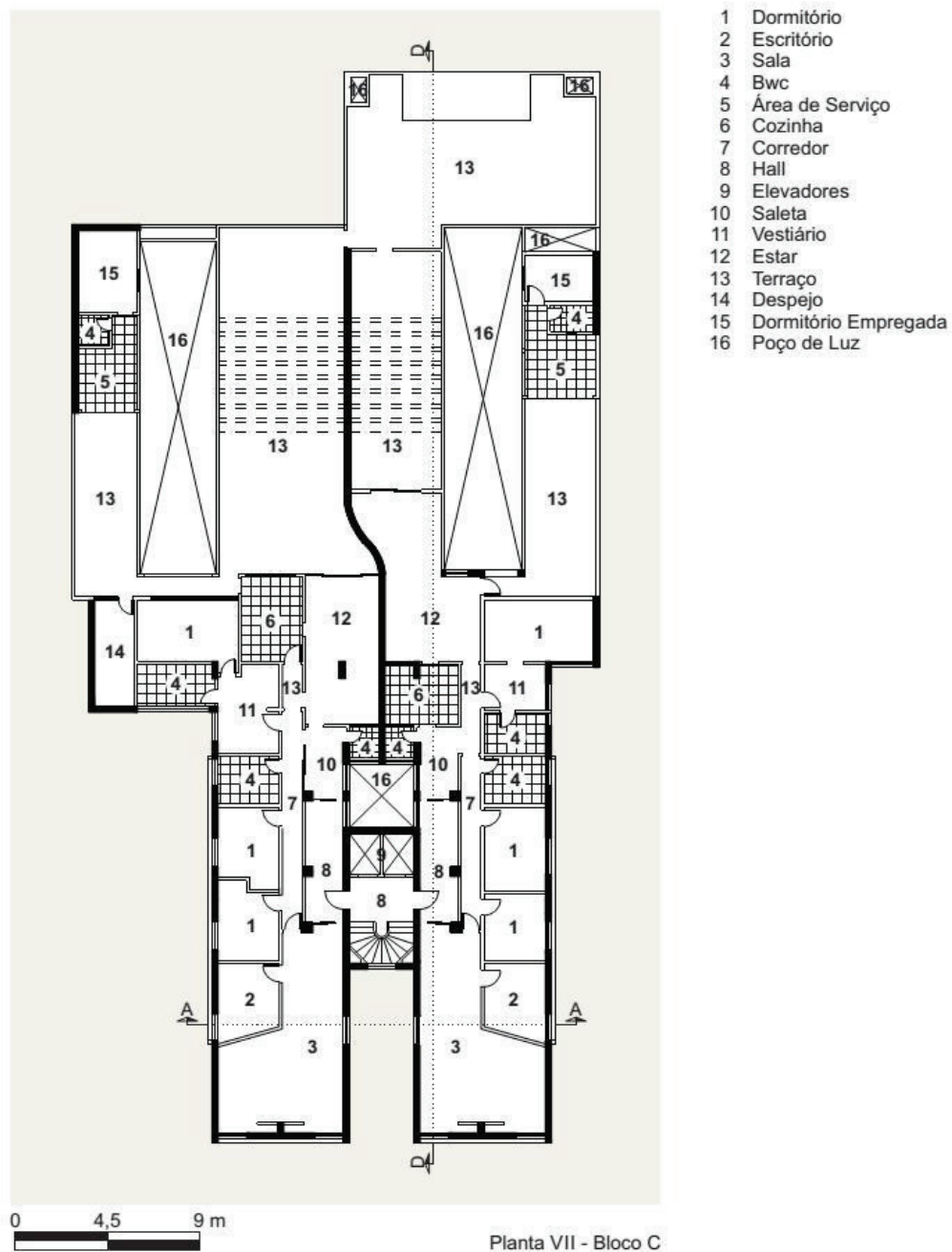


Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina.

A planta VII do Bloco C contém 02 apartamentos por andar e compreende apenas o 1º andar do Bloco. Cada unidade habitacional possui 02 salas separadas, 02 dormitórios, 01 bwc, 01 dormitório com vestiário e bwc (suíte), escritório, cozinha,

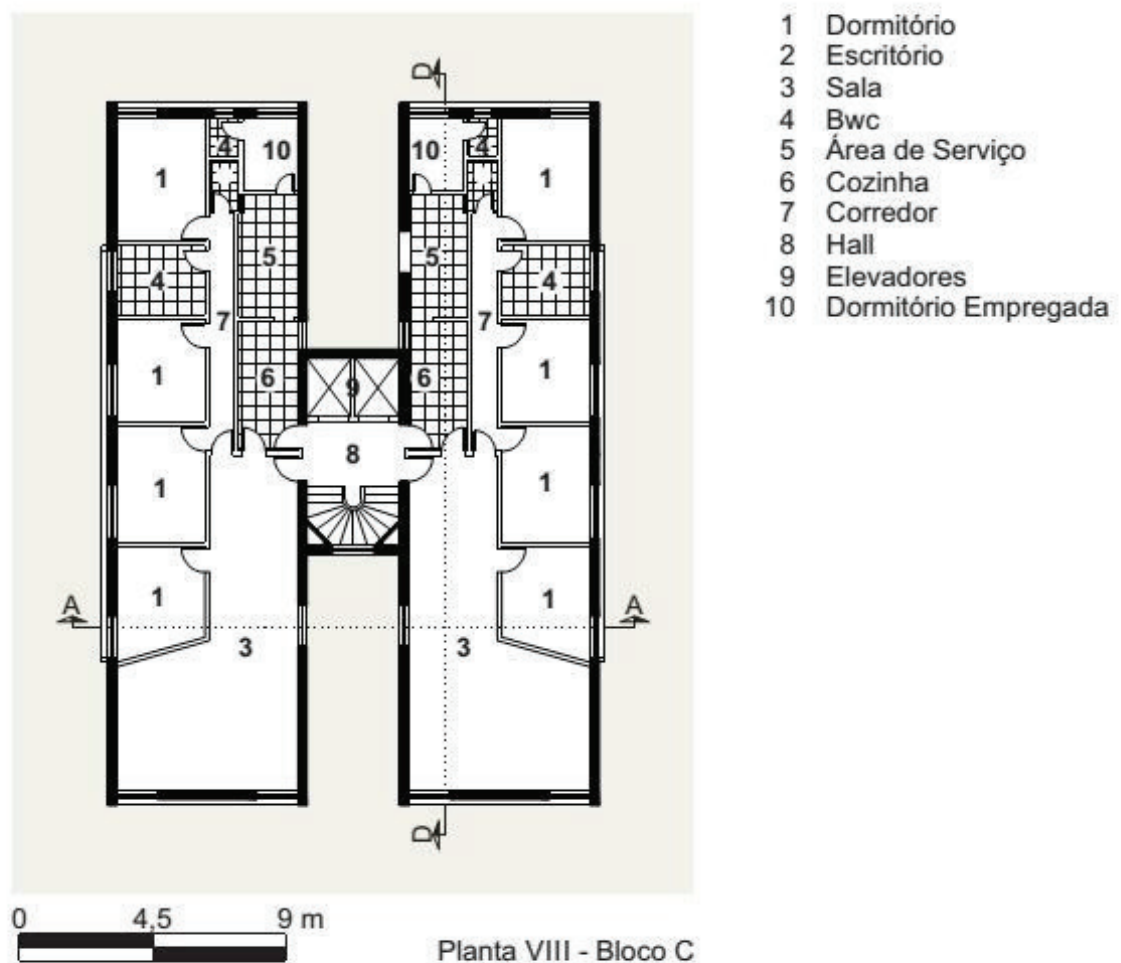
lavanderia, dependência completa de empregada (quarto e bwc) e terraços. Esta planta é diferenciada das demais pois ocupa uma área maior que a da torre, avançando, ao fundo, sobre a laje da galeria comercial, o que possibilita uma ampliação dos apartamentos, com a criação de terraços e outras dependências (figura 36).

Figura 36- Desenho sistematizado pela autora (2013).



A planta VIII do Bloco C (figura 37) possui 02 apartamentos iguais por andar, cada um contendo sala, 04 dormitórios, 01 bwc, chuveiro, cozinha, lavanderia e dependência completa de empregada (quarto e bwc). Esta distribuição ocupa os andares 2 a 5 e 10 a 20 do Bloco C. Conforme informação anterior, a planta VIII do Bloco C é igual a planta IV do Bloco B.

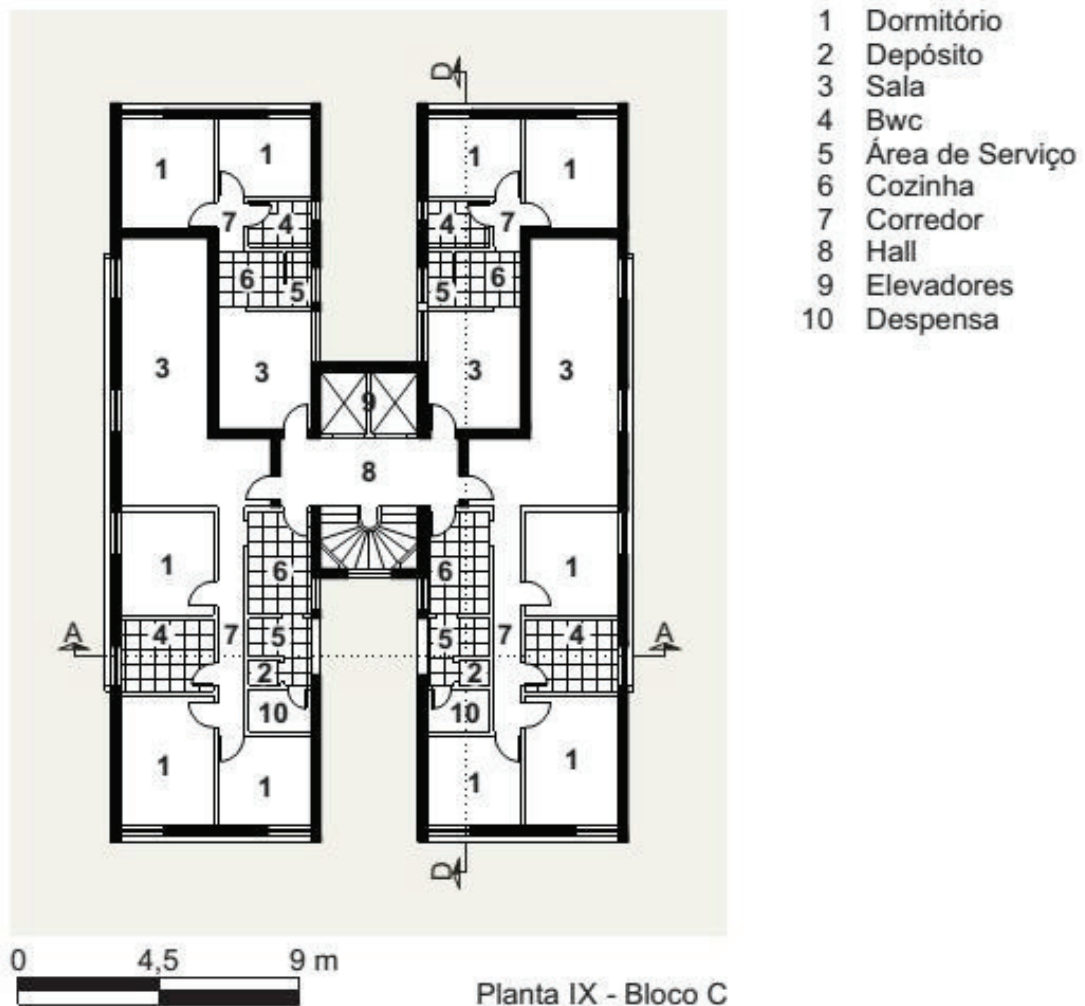
Figura 37- Desenho sistematizado pela autora (2013).



Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina.

A planta IX do Bloco C (figura 38) contém 04 apartamentos por andar, sendo que existem dois tipos diferentes de distribuição interna da unidade habitacional. Dispostos nos andares 6 e 7 do Bloco, são 02 apartamentos por andar contendo sala, 02 dormitórios, 01 bwc, cozinha e lavanderia; e 02 apartamentos por andar com sala, 03 dormitórios, 01 bwc, cozinha e lavanderia. Esta distribuição é igual a planta V do Bloco B, conforme informação anterior.

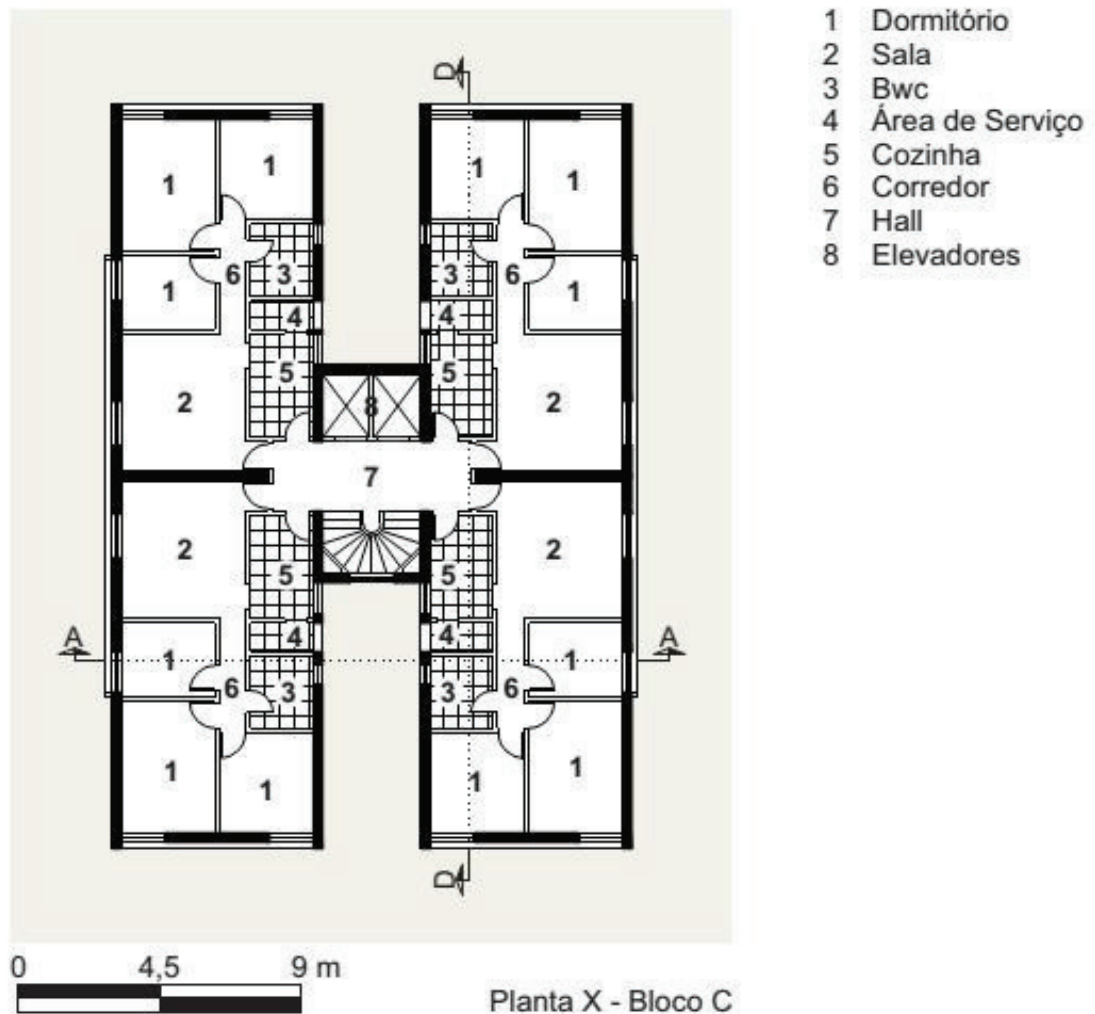
Figura 38- Desenho sistematizado pela autora (2013).



Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina.

A planta X do Bloco C (figura 39) dispõe 04 apartamentos iguais por andar distribuídos nos andares 8 e 9 do Bloco. Cada unidade possui sala, 03 dormitórios, 01 bwc, cozinha e lavanderia.

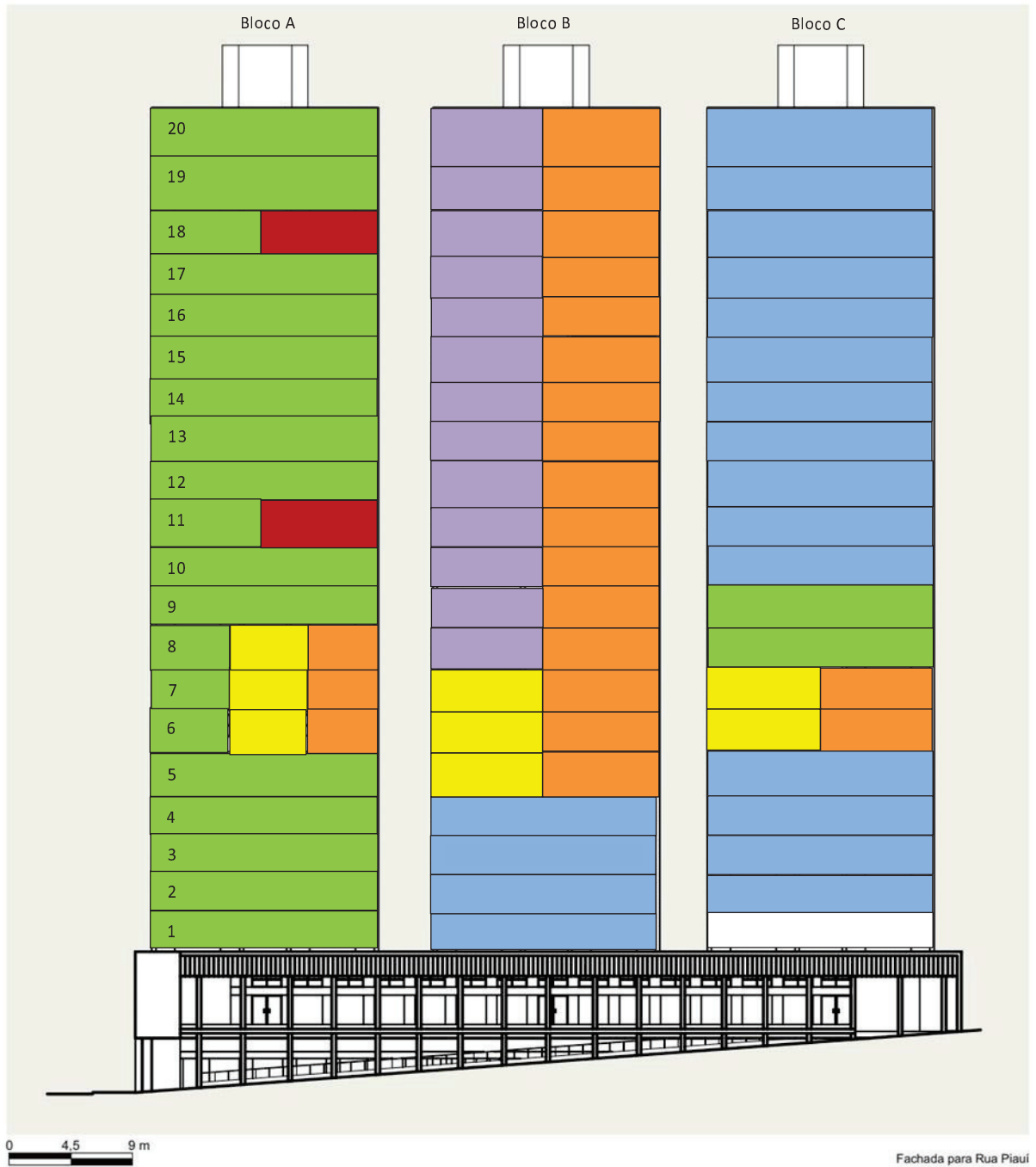
Figura 39- Desenho sistematizado pela autora (2013).



Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina.

Para promover um melhor entendimento da distribuição dos 6 apartamentos-tipo mesclados nos 20 andares dos Blocos A, B e C, elaborou-se um quadro resumo apresentado a seguir (quadro 4).

Quadro 4 – Distribuição dos aptos-tipo nos blocos A, B e C do Centro Comercial.



LEGENDA

- | | |
|--|--|
| ■ TIPO 1 ± 60 m ² | ■ TIPO 5 ± 130 m ² |
| ■ TIPO 2 ± 40 m ² | ■ TIPO 6 ± 40 m ² |
| ■ TIPO 3 ± 80 m ² | TIPO DIFERENCIADO |
| ■ TIPO 4 ± 130 m ² | |

Fonte: Sistematização da autora a partir das plantas de 1962.

No trabalho de Suzuki (2011:91), vemos que a descrição das torres residenciais apresenta a dimensão e a distribuição dos apartamentos de cada bloco, sendo o Bloco A, com 4 unidades por andar, com área de 60 m²; o Bloco B, com 6 unidades por andar, com área de 40 m² e o Bloco C, com 2 unidades por andar, com área de 130 m².

No entanto, observa-se que, com a aprovação das modificações propostas em 1962, apresentadas neste trabalho, as descrições anteriores dos blocos A, B e C podem ter feito parte do projeto original do edifício, mas que foram alteradas para atender às particularidades dos compradores das unidades habitacionais.

Algumas observações são extraídas desta análise, gerando interpretações que podem traçar o perfil do consumidor destes empreendimentos imobiliários na época.

Num primeiro momento, observa-se que, embora tenha havido uma personalização de plantas com a criação de 6 tipos diferentes de apartamentos, mantiveram-se as características apresentadas por Suzuki (2011), onde no Bloco A predominam apartamentos com 60 m², no Bloco B, apartamentos com 40 m² e no Bloco C, apartamentos com 130 m². Os apartamentos com 40 m² representam em torno de 38% do empreendimento, o que pode caracterizar o interesse do mercado consumidor por unidades de dimensões reduzidas, no padrão das quitinetes em evidência na capital paulista neste período. Por outro lado, pode demonstrar uma maior procura por apartamentos menores devido à relação do preço dos imóveis com a renda do consumidor.

3.3 A arquitetura modernista.

A propaganda que promovia Londrina como a capital do Norte do Paraná, uma cidade jovem, promissora e rica, vinculou-a a ideia de cidade progressista, que investia em higienização, ordenamento territorial e modernização. Com menos de 20 anos de existência a cidade já contratara projetos de Vilanova Artigas e Carlos Cascardi, que sem dúvida foram responsáveis, por trazer a Londrina, o vocabulário modernista difundido na época (GUADANHIM, 2002:80).

A verticalização, sem dúvida, foi o caminho da consolidação da imagem cidade como vanguarda regional, e a participação do engenheiro civil Américo Sato e da Construtora Veronesi, importantes agentes neste processo.

Como comentado anteriormente, do início da década de 1950 até meados de 1960, Américo Sato foi responsável por mais de 10 projetos de edifícios verticais, a maioria em parceria com a Construtora Veronesi, configurando-se como um dos grandes responsáveis pela imagem moderna da cidade, que aos moldes das grandes metrópoles, estimulava sua verticalização.

Uma característica comum à quase totalidade destes empreendimentos foi o caráter misto ou multifuncional, com térreo voltado ao comércio e prestação de serviços, e as torres residenciais e de escritórios. Assíduo leitor das principais revistas sobre arquitetura, nacionais e internacionais, Sato acompanhava as tendências e acontecimentos das grandes capitais, principalmente da capital paulista, enriquecendo seu vocabulário projetual e de resoluções estruturais (SUZUKI, 2011).

No entanto, entre tantos projetos, destaca-se o Conjunto Centro Comercial, que conforme os anúncios em periódicos da época, configurava-se como o maior bloco de concreto do Paraná. Indiscutivelmente, o empreendimento tornou-se o principal cartão postal e uma obra emblemática da verticalização londrinense, na década de 1950.

Em termos formais, o Conjunto Centro Comercial configura-se num volume prismático simples, com base retangular, alinhando as fachadas às testadas das duas principais ruas do centro da cidade, Piauí e Senador Souza Naves. O arremate das torres, no topo da edificação, acentua as linhas puristas da arquitetura modernista, sem o coroamento típico dos edifícios do final do século XIX e começo do século XX. Arquitetura modernista quer dizer formas simples e geometria reconhecível.

O embasamento do edifício caracteriza-se por um volume retangular de dois pavimentos apoiado em pilares de seção retangular, distantes a cada 3,20 metros, configurando a modulação estrutural da edificação. Esta configuração propicia uma permeabilidade visual aos ambientes internos da galeria, e ao mesmo tempo, garante um espaço intermediário, entre os âmbitos público e privado, com a criação de ruas internas (figura 40).

Figura 40- Circulação da galeria pela Rua Piauí



Fonte: a autora (2014)

Este espaçamento condiciona a disposição das janelas nas torres residenciais e o dimensionamento dos cômodos, o que caracteriza a racionalidade do projeto. Estrutura e vedação são independentes, mas as paredes ainda estão atreladas às linhas de pilares; isso se traduz em funcionalidade, mas destoa da prática modernista que isola estrutura e vedação e exhibe visualmente a autonomia e independência de ambas. O vão de 3,20 metros entre os pilares demonstra certo conservadorismo do engenheiro Sato, já que à época era possível alcançar maiores vãos.

A partir da esquina da Rua Senador Souza Naves, os dois acessos ao piso inferior da galeria são marcados por pilares circulares robustos, possivelmente de caráter estético, já que os mesmos estão alinhados aos pilares retangulares e seguem a mesma modulação (figura 41).

Figura 41- Pilar circular no acesso pela Rua Souza Naves



Fonte: a autora (2014)

Os pilares e paredes da galeria comercial são revestidos com pastilhas cerâmicas 2 x 2 cm nas cores preta, nos pilares, creme ou bege, nas paredes do primeiro piso, e azul nas paredes do pavimento inferior, embora tenham sido pintadas posteriormente com tinta epóxi, descaracterizando as cores originais do projeto (figuras 42,43 e 44). Estas cores coincidem com as cores predominantes da arquitetura purista de Corbusier.

Figuras 42,43 e 44- Revestimentos em pastilhas cerâmicas dos pilares e paredes



Fonte: autora (2014)

Os acessos aos blocos residenciais A, B e C ocorrem no percurso da galeria, de frente para a Rua Piauí, e passaram por alterações, principalmente para adaptar-se às leis de acessibilidade (figura 45).

Figura 45- Acesso ao Bloco B



Fonte: a autora (2014)

As torres residenciais seguem uma modulação de pilares alinhados aos da galeria térrea e com o mesmo distanciamento médio de 3,20 metros; no entanto observam-se grupos de 2 ou 3 pilares desalinhados aos demais, de modo a permitir uma variabilidade na configuração interna dos apartamentos. Não está configurada a planta livre, pois as dimensões e distribuição dos cômodos estão atreladas ao posicionamento destes pilares. As prumadas hidráulicas localizam-se nas paredes externas de cada torre.

A opção por apartamentos com dimensões diferentes, principalmente os menores com 40m², contendo apenas um dormitório, leva-nos a crer que muitas destas unidades serviam aos ‘homens de negócios’ e representantes comerciais que vinham dos grandes centros urbanos para realizar negócios na promissora Londrina. Esta característica já era bastante comum na capital paulista, inclusive com o incremento das “quitinetes”, que serviam tanto à moradia eventual como para

peessoas sozinhas, que preferiam residir próximo às principais atividades sociais e culturais da metrópole.

As menores unidades habitacionais possuem um pequeno escritório, banheiro, um dormitório, sala de estar conjugada a uma minúscula cozinha e área de serviço, possibilitando apenas um preparo rápido de alimentação, o que confirma o possível caráter de moradia temporária ou eventual (figuras 46 e 47).

Figuras 46 e 47- Sala de estar conjugada à cozinha e área de serviço do apto. 172- Bloco B

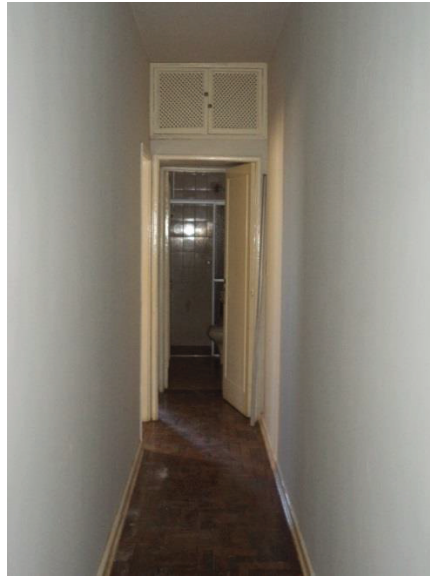


Fonte: a autora (2014)

Estes apartamentos também refletem as alterações dos grupos familiares em meados do século XX, conforme pesquisa realizada pelo grupo Nomads da USP, já citada anteriormente, representados por pessoas solteiras, viúvas e estudantes, que optaram por morar sozinhas.

Nos apartamentos com maior área e com mais dormitórios observa-se a disposição em sequência destes cômodos, distribuídos ao longo de extensos corredores. Esta prática funcionalista é característica da arquitetura modernista (figura 48).

Figura 48 - Corredor de distribuição dos dormitórios do apto. 201, Bloco C.



Fonte: a autora (2014)

Da mesma forma distribui-se longitudinalmente a cozinha e serviços, em espaços funcionais, destinados apenas à preparação dos alimentos, sem um ambiente de copa. As refeições passam a ser feitas na sala de jantar, conjugada ao estar social (figura 49).

Figura 49 – Cozinha conjugada à área de serviço do apto. 201, Bloco C.



Fonte: a autora (2014)

De acordo com Veríssimo e Bittar (1999), a partir dos anos 1940 houve um aumento significativo de projetos de apartamentos com dimensões reduzidas, e com isso uma “apartamentização” das cozinhas, que antes estavam associadas às copas, remanescentes das salas de viver coloniais. Mas é a partir de 1950, com a influência americana, propagada pelo cinema e revistas, e a valorização da mulher, que então passa a desempenhar dupla jornada acumulando trabalho profissional e doméstico, que as cozinhas se adequam ao cotidiano moderno, tornando-se mais funcionais, através de materiais e mobiliário adequados às novas dimensões, iluminação e exaustão apropriadas, e toda uma gama de inovações tecnológicas que atingem o auge na década de 1970.

A padronização das esquadrias é outra característica do projeto do Conjunto Centro Comercial. Nota-se uma preocupação mais estética do que funcional na dimensão e na distribuição das mesmas nas torres residenciais. Respeitando um espaçamento padrão e a localização nos cantos dos ambientes, principalmente na fachada frontal, as esquadrias de ferro e vidro têm a mesma dimensão em quaisquer ambientes, inclusive nos banheiros (figuras 50, 51 e 52).

Figura 50- Esquadria do bwc. do apto. 201, Bloco C.



Fonte: a autora (2014)

Figuras 51 e 52- Esquadrias da sala de estar e dormitório do apto. 201, Bloco C.



Fonte: a autora (2014)

Nas fachadas laterais, as esquadrias são distribuídas com simetria e ocupam uma posição centralizada. Esta atitude projetual (por certo mais estética que funcional) por vezes condicionou o arranjo interno da planta como se pode notar na solução do apartamento da Planta III do Bloco A (figura 32).

A adoção deste padrão estético imprime às torres do Conjunto Centro Comercial uma composição bastante regular, linear e simétrica que se repete em outras obras do engenheiro Américo Sato como o Edifício Julio Fuganti (1958) (figura 53) e o Edifício Bosque (1954) (figura 54).

Figura 53- Fachada do Edifício Julio Fuganti



Fonte: a autora (2014)

Figura 54- Fachada do Edifício Bosque



Fonte: a autora (2014)

Da composição destas fachadas pode-se extrair 3 grupos básicos de estruturação dos edifícios. No caso do Conjunto Centro Comercial, a face recortada dos blocos valoriza elementos de composição de fachada predominantemente horizontais, destacando a separação dos pavimentos e suavizando a evidente verticalização do edifício.

No caso do Edifício Julio Fuganti, o recorte do plano recebe a adição de grelhas, compostas por topos de paredes e lajes, e no Edifício Bosque, revela-se claramente a adoção de um dos cinco pontos da nova arquitetura, de Le Corbusier: a fachada com janelas horizontais corridas.

Na descrição formal destes três edifícios verifica-se a clareza como são enumerados os elementos arquitetônicos, os elementos compositivos, organizados segundo princípios de composição.

Ao analisarmos o edifício vertical com características modernistas, extraímos preceitos claros de estrutura e composição. O edifício modernista erguia-se através de uma estrutura independente de concreto armado, via de regra, configurada pelos elementos pilar/viga /laje. As esquadrias eram industrializadas e padronizadas e os planos de vedação geralmente feitos em alvenaria tradicional com revestimento. As

pastilhas cerâmicas vieram substituir os revestimentos de argamassa, oferecendo um leque de opções de cores fortes e brilhantes. A presença do vidro, um produto também industrializado, possibilitava maior integração entre os ambientes internos e externos. Nota-se uma gama de outras inovações tecnológicas como os elevadores, os sistemas de calefação, água quente central, controle de insolação, através de *brises* e isolamento acústico (BERNARDES, 2003).

De certa forma, o repertório modernista é apreendido pelo engenheiro Américo Sato, embora carente de engajamento político e social, conforme concluiu Suzuki (2007). No entanto, correspondeu aos anseios da sociedade londrinense que referenciava a metrópole paulista como *locus* da modernização desejada. Sem dúvida, a ampla divulgação dos elementos da arquitetura modernista, pelos mais variados meios de comunicação, possibilitaram uma fácil aceitação do repertório estético e formal, não só pela elite que almejava o progresso, como as demais classes sociais. Justifica-se, então, o sucesso comercial destes empreendimentos e a rápida adaptação da sociedade de Londrina ao novo modo de morar.

3.4 Características da multifuncionalidade no Conjunto Centro Comercial de Londrina.

Embora Londrina, na década de 1950, já tivesse outros edifícios com múltiplos usos como o Edifício Santo Antonio (1949), antigo ECB; o Edifício Sahão (1950) e o Edifício Manella (1951), as características multifuncionais do Conjunto Centro Comercial fizeram com que ele se destacasse no contexto urbano da época, tornando-o um símbolo da modernização.

Por outro lado, a edificação participa da organização espacial das práticas urbanas cotidianas da população, ao criar ruas internas na galeria comercial, continuadas no espaço público. A permeabilidade espacial no percurso do edifício permite que nele próprio haja uma dimensão urbana, além da multifuncionalidade, o que promove a mistura de pessoas com destinos e objetivos diversos. A integração de várias categorias do espaço urbano caracteriza a multifuncionalidade da edificação.

Os blocos residenciais, por sua vez, caracterizam o espaço privado, aquele com controle seletivo, identificado pelo hall de entrada dos mesmos, cujo acesso é restrito a quem mora ou trabalha ali ou mediante autorização.

Outra importante característica da multifuncionalidade do Conjunto Centro Comercial é de ser um objeto-marco, que segundo Mahfuz (2011), causa impacto no entorno urbano e extrapola os domínios da arquitetura, inserindo-se no campo do urbanismo. Na época de sua construção, o Conjunto Centro Comercial foi o maior edifício em altura do Paraná e o primeiro em Londrina a integrar o espaço público da rua com o espaço privado da edificação, através de uma galeria comercial.

Contemporâneos ao projeto do Conjunto Centro Comercial, os edifícios Copan e Conjunto Nacional, ambos da capital paulista, foram, sem dúvida, referência para a modernização de Londrina. Conforme visto anteriormente no capítulo 1, os dois empreendimentos paulistanos tiveram o caráter de marco em sua implantação, seja pela plasticidade e dimensão do Copan, de Oscar Niemeyer, seja pelo pioneirismo do Conjunto Nacional, que transformou o caráter exclusivamente residencial da Avenida Paulista, em uma importante avenida comercial e de serviços.

Ambos os empreendimentos também disponibilizam em seu pavimento térreo uma galeria comercial, acessada por diferentes ruas, buscando a integração do ambiente público com o privado. O acesso às diferentes funções destes edifícios não é independente; é preciso circular pelo espaço das galerias para chegar às torres residenciais e comerciais. Respeitadas as devidas proporções, esta também é a proposta do Conjunto Centro Comercial.

As variadas configurações internas das unidades habitacionais é característica comum entre os empreendimentos, demonstrando um olhar moderno aos novos arranjos familiares e às novas formas de morar, oferecendo desde apartamentos de um dormitório até duplex com mais de três dormitórios, com área e distribuição internas ao gosto do cliente. A personalização das plantas também era uma prática moderna.

Por outro lado, talvez o que mais identifica a multifuncionalidade do Conjunto Centro Comercial seja a influência que suas características tiveram sobre a dinâmica urbana do centro da cidade. A mescla de atividades comerciais, de serviços, de lazer e moradia numa mesma edificação promoveu uma imagem moderna à

Londrina, com o aumento do fluxo de pessoas com diferentes objetivos e destinos, e com o uso diuturno, característico nas edificações multifuncionais.

Ao longo do tempo, as edificações multifuncionais tiveram propósitos diferentes e foram se adequando às necessidades das sociedades em crescimento. Seja para encurtar distâncias, seja para condensar atividades primárias e diárias, a edificação multifuncional garante vitalidade urbana. No entanto, no caso do projeto do Conjunto Centro Comercial vê-se interiorizado na concepção projetual a representação da vanguarda, da modernização. Através de sua linguagem modernista, o Conjunto Centro Comercial correspondeu aos anseios da sociedade londrinense, sempre atenta e interessada nas inovações metropolitanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acontecimentos da década de 1950, na cidade de Londrina, sinalizavam para as profundas modificações que a cidade passaria rumo à modernização. A chegada dos profissionais de engenharia e arquitetura, formados nas universidades paulista e paranaense, que traziam o conhecimento e as experiências com a arquitetura moderna realizada nos grandes centros urbanos do país, foi significativa para a criação de uma imagem progressista para Londrina. A participação de profissionais como o urbanista Prestes Maia e os arquitetos Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi, entre outros, confirmaram as estreitas relações entre o norte do Paraná e o estado de São Paulo.

O processo de verticalização que é desencadeado a partir deste momento reafirmou a maturidade da sociedade londrinense em transformar as feições acanhadas de até então, no dinamismo característico de uma cidade que tinha como vocação transformar-se num polo regional.

O projeto do Conjunto Centro Comercial foi, sem dúvida, um marco no processo de verticalização da cidade. As características modernas do seu projeto demonstram a sintonia do engenheiro Américo Sato com a modernização da metrópole paulista, uma referência singular na formação e no desenvolvimento da cidade.

A publicidade que envolveu o lançamento do empreendimento equiparou-se àquela que apresentou o ‘maciço Copan’, de Oscar Niemeyer, como a ‘maior massa de concreto armado da América Latina’. Anunciado como ‘o gigante’, o Conjunto Centro Comercial, era o maior edifício em altura do estado do Paraná e oferecia à jovem Londrina, a primeira galeria comercial aos moldes das edificações das metrópoles brasileiras, especialmente, São Paulo.

As características projetuais do Conjunto Centro Comercial, de certa forma, correspondem ao repertório da arquitetura modernista – estrutura independente de concreto armado, configurada por pilares, vigas e lajes, janelas industrializadas e padronizadas em ferro e vidro, revestimento em pastilhas cerâmicas coloridas, linhas retas, telhado escondido por platibandas, ausência de ornamentação aplicada. A circulação principal do edifício é sustentada por pilotis, de seção retangular e

circular, afinados à “nova arquitetura” corbusiana; no entanto, ainda persiste uma preocupação com a composição estética, principalmente das fachadas, valorizando arranjos simétricos.

Através da elegância e da simplificação formal do edifício, da racionalização da distribuição espacial e do caráter funcional das plantas, parece que o principal propósito de Américo Sato era reproduzir, na cidade de Londrina, as características modernas da metrópole. Mas o repertório formal da arquitetura modernista foi adaptado, adequando-se à situação local e à intenção do projetista.

A ausência de uma ‘planta livre’, com pilares embutidos nas paredes, é uma solução tradicional, sem inovação. E a uniformidade e regularidade das esquadrias mostram uma intenção plástica mais ‘clássica’ que modernista.

Por outro lado, o caráter multifuncional do Conjunto Centro Comercial promoveu uma nova dinâmica ao centro da cidade, com a mescla de funções, a integração do ambiente privado do edifício ao ambiente público da rua e novas formas de circulação. O projeto contemplou, inclusive, as tendências modernas dos novos arranjos familiares, característicos da segunda metade do século XX. Com diversificação de plantas e de áreas, as unidades habitacionais adaptaram-se às necessidades de seus moradores numa prática moderna de personalização de plantas, absorvendo os mais diversos arranjos domésticos.

A partir da década de 1960, após ter sido totalmente ocupado, o Conjunto Centro Comercial personificou a identidade que a cidade de Londrina buscava, tornando-se o ‘centro’ da cidade. Foi morada da elite londrinense, pois morar em edifícios altos era moderno; recebeu em sua galeria os melhores e mais populares estabelecimentos comerciais, garantindo grande vitalidade ao empreendimento. Aos moldes do que se via nos cinemas e nas revistas da época, práticas modernas como o “*footing*” pelas galerias de lojas e a “*happy hour*” nos cafés e lanchonetes mais badalados, agora tinham endereço certo.

Não obstante ao período de *glamour* que o Conjunto Centro Comercial desfrutou durante quase 20 anos, hoje o edifício padece dos males comuns a toda edificação representativa dos centros históricos das cidades. Observa-se uma perda gradativa da importância da área central da cidade pela carência de estacionamentos; com a criação de novas centralidades em bairros novos; pelo

surgimento dos *shopping centers*; pela falta de manutenção e conservação das edificações históricas e pela ausência de investimentos na preservação de seu patrimônio.

Nos dias de hoje, as características multifuncionais do Conjunto Centro Comercial estão concatenadas com o discurso do urbanismo contemporâneo, como à época de sua construção. Autores como Rogers (2008) recomendam a edificação vertical multifuncional como alternativa para a redução das distâncias e do tempo de transporte para a realização das necessidades cotidianas e, como consequência, a diminuição da emissão de poluentes e a economia de combustível.

Mas, certamente, este discurso não fazia parte dos objetivos que levaram Sato a projetar uma edificação multifuncional para a jovem Londrina. Embutidos na ousadia e no espírito aventureiro do engenheiro estavam o interesse da cidade em tornar-se moderna e a influência marcante da modernização da capital paulista sobre o crescimento e a precoce verticalização da cidade.

A simultaneidade dos projetos dos principais edifícios multifuncionais de São Paulo, como o Copan e o Conjunto Nacional, com o projeto do Conjunto Centro Comercial de Londrina parecem confirmar a estreita sintonia entre as duas cidades e o olhar atento às modernizações desenvolvidas na metrópole e sua consequente ressonância no interior.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, Cynthia Augusta Poletto. **Edifícios e galerias comerciais**. Arquitetura e comércio na cidade de São Paulo, nos anos 50 e 60. Dissertação (mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2005.
- ATIQUE, Fernando. **Memória de um Projeto Moderno**. A idealização e a trajetória do Edifício Esther. Dissertação (mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2002.
- BERNARDES, Dalton. **Jaguaribe e Esplanada: o edifício de apartamentos modernista e um novo paradigma habitacional em Porto Alegre**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. In: CARVALHO, Márcia Siqueira de; FRESCA, Tânia Maria. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007. v.1. p. 137- 197. Originalmente publicado na Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. v.13, n.2, abr./jun., 1951.
- BRAGUETO, Claudio Roberto. O comportamento territorial do norte do Paraná como frente de expansão e frente pioneira. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007. v.2. p. 141-199.
- CAMBIAGHI, Salette Magdalena. O Povoamento do Norte do Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007. v.2. p.71-86. Originalmente publicado nos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, v.6, t.1, 1951-1952. São Paulo: AGB, 1954.
- CANDOTTI, E. A. **Memórias da cidade: Londrina 1930/1960**. Monografia (Especialização em História). Universidade Estadual de Londrina, 1997.
- CASARIL, Carlos Casemiro. Formação sócio-espacial de Londrina-Pr e seu processo precoce de verticalização urbana. **Revista Discente Expressões Geográficas**, nº 07, ano VII, p. 32 - 53. Florianópolis, junho de 2011.
- CASTELNOU, Antonio Manuel Nunes. **A influência da produção modernista na transformação do panorama arquitetônico da cidade de Londrina nos anos 50**. Dissertação (mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 1998.
- _____. **Arquitetura londrinense: expressões de intenção pioneira**. Londrina: A. Castelnou, 2002. 348 p.
- CONDURU, Roberto. **Vital Brazil**. Espaços da Arte Brasileira. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.
- DUDEQUE, Marco Cezar. **O lugar na obra de Oscar Niemeyer**. Tese (doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009.

DZIURA, Giselle Luzia. **Permeabilidade espacial e zelo urbanístico no projeto arquitetônico**: da Modernidade à Pós-modernidade nos edifícios multifuncionais do Eixo Estrutural Sul de Curitiba, 1966-2008. Tese (doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009.

FELDMAN, Sarah. As Comissões de Planos da Cidade na Era Vargas. In: REZENDE, Vera F. **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras**. Niterói: EdUFF, 2012. p.21-40.

FRESCA, Tania Maria. **Transformações da rede urbana do Norte do Paraná**: estudo comparativo de três centros. Tese (Doutorado em Geografia Humana) FFLCH, USP, São Paulo, 2000.

_____. Mudanças recentes na expansão físico- territorial de Londrina. **Geografia** – v.11, nº 2, jul./dez. 2002, Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

_____. A área central de Londrina: uma análise geográfica. **Geografia** - v. 16, nº 2, jul./dez. 2007, Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

_____. A estruturação da rede urbana do norte do Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de.(Org.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007. v.2. p. 201-250.

GALVÃO, Walter José Ferreira. **COPAN/SP: a trajetória de um mega empreendimento da concepção ao uso**. Estudo compreensivo do processo com base na Avaliação Pós-Ocupação. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. **História Regional & Ideologias: em torno de algumas corografias políticas no norte paranaense – 1930-1980**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná, 1995.

GRASSIOTO, Maria Luiza F.; GRASSIOTTO, Junker de Assis. A atividade comercial e sua relação com o urbano: o exemplo de Londrina. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**. Londrina, v.24, p. 101-120, set. 2003.

GUADANHIM, Sidnei Junior. **Influência da arquitetura moderna nas casas de Londrina: 1955-1965**. Tese (doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

JORNAL FOLHA DE LONDRINA. Exemplar de 15 de outubro de 1959.

_____.Exemplar de 20 de setembro de 1960.

_____.Exemplar de 21 de setembro de 1960.

_____.Exemplar de 30 de outubro de 1960.

_____.Exemplar de 01 de janeiro de 2004.

KOOLHAAS, Rem. **Nova York Delirante: um manifesto retroativo para Manhattan.** São Paulo: Cosac&Naify, 1978.

LEAL, Daniela Viana. Oscar Niemeyer e o Mercado Imobiliário de São Paulo na década de 1950. O Escritório Satélite sob direção do arquiteto Carlos Lemos e os edifícios encomendados pelo Banco Nacional Imobiliário. **5º Seminário DoCoMoMo Brasil.** São Carlos, 2003.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas.** São Paulo: Edusp, 1993. Não paginado.

LIMA, Fausto C. **Prestes Maia em Londrina: moderno em que sentido?** Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000.

LIMA, Antonio Pedro Pereira. **Vantagens da versatilidade funcional dos edifícios na regeneração urbana.** Dissertação (mestrado). Faculdade de Engenharia da Universidade de Porto, 2008.

LINARDI, Maria Cecília Nogueira. **Pioneirismo e Modernidade:** a urbanização de Londrina – PR. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH, USP, São Paulo, 1995.

LOBATO, Maurílio Lima. **Considerações sobre o espaço público e edifícios modernos de uso misto no centro de São Paulo.** Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009.

MAHFUZ, Edson da Cunha. **Tipo, Projeto e Método, Construção Disciplinar:** quatro partidos em debate 1960/2000. Coleção Arquitetura Urbana Brasileira. Vol. IV. Porto Alegre: Marca Visual, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDRANO, Leandro. Habitação coletiva, verticalidade e cidade. Modernidade sem estilo. **Arquiteturarevista 2005**, v.1, (julho-dezembro): Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?Cve=193616192002>> ISSN 1808- 5741. Acessado em: 30/05/2012.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. A zona pioneira do norte – Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná:** um resgate histórico. Londrina: Humanidades, 2007. v.2. p. 1-18. Originalmente publicado na Revista Geografia, São Paulo, v.1, n.1, p.221-238, 1935.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná:** um resgate histórico. Londrina: Humanidades, 2007. v.2. p.19-70. Originalmente publicado no Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.22, p. 55-97, 1956.

OLIVO, Carla Martins. **Arquitetura e estratégias projetuais de Philipp Lohbauer para o norte do Paraná.** Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Metodologia de Projeto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá, 2014.

PASSOS, Viviane R. L. **A verticalização de Londrina: 1970/2000.** A ação dos promotores imobiliários. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, 2007.

PRANDINI, Neyde. Aspectos da Geografia Urbana de Londrina. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de.(Org.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico.** Londrina: Humanidades, 2007. v.2. p. 87-114. Originalmente publicado nos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo: AGB, 1954. v. 6.

REGO, Renato Leão. **As cidades plantadas.** Os britânicos e a construção da paisagem no norte do Paraná. Londrina: Humanidades, 2009.

_____. *Importing planning ideas, mirroring progress: the hinterland and the metropolis in mid-twentieth-century Brazil.* **Planning Perspectives**, v. 27, n.4, 2012. p. 625-634.

REZENDE, Vera F. O Urbanismo na Era de Vargas: uma introdução. In: REZENDE, Vera F. **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras.** Niterói: EdUFF, 2012. p. 9-18.

ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta.** Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil - 1900-1990.** São Paulo: Edusp, 1999.

SILVA, Joana Mello de Carvalho. **O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon em perspectiva 1930-1960.** Tese (doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, William Ribeiro da. A formação do centro principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana. **Geografia-** v.12, nº 2, jul./dez. 2003.Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador.** São Paulo: Nobel, 1997.

SOUZA, Maria Adélia. **A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SUZUKI, Juliana H. **Artigas e Cascaldi.** Arquitetura em Londrina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Idealizações de Modernidade: edifícios verticais em Londrina 1949-1969.** Tese (doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **Idealizações de Modernidade.** Arquitetura dos Edifícios Verticais em Londrina. 1949-1969. Londrina: Kan, 2011.

TOWS, Ricardo Luiz. **O processo de verticalização de Londrina e de Maringá (Pr) Brasil:** o estado e o capital imobiliário na produção do espaço. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, 2010.

TRAMONTANO, M. Habitações, metrópoles e modos de vida. Por uma reflexão sobre o espaço doméstico contemporâneo. 3o. Prêmio Jovens Arquitetos, categoria "Ensaio Crítico". São Paulo: **Instituto dos Arquitetos do Brasil / Museu da Casa Brasileira**, 1997. 210mm x 297mm. 10 p. Ilustr. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html>. Acessado em: 04/06/2012.

_____. Apartamentos, arquitetura e mercado: estado das coisas. In: **Oficina Verticalização das cidades brasileiras.** São Paulo. Verticalização das cidades brasileiras, 2006. Disponível em <http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html>. Acessado em: 04/06/2012.

VERÍSSIMO, F. S.; BITTAR, W. S. M.. **500 anos da Casa no Brasil.** As transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VIÉGAS, Fernando Felipe. **Conjunto Nacional: a construção do espigão central.** Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRUNA, Paulo. **Os primeiros arquitetos modernos.** Habitação social no Brasil 1930-1950. São Paulo: Edusp, 2010.

CASARIL, Carlos Cassemiro. A expansão físico-territorial da cidade de Londrina e seu processo de verticalização: 1950-2000. **Geografia.** v. 18, n. 1, jan./jun. 2009, Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>

CHIARELLI, Silvia Raquel; ZEIN, Ruth Verde. Um olhar contemporâneo sobre o Edifício Baviera (1963): construção e composição. **XXIV Congresso Panamericano de Arquitetos.** Viver o território, Imaginar a América. Alagoas, 2012.

DZIURA, Giselle Luzia. **Arquitetura Multifuncional como instrumento de intervenção urbana no século XXI.** Dissertação (mestrado). Programa de Pesquisa

e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2003.

KAMITA, João Massao. **Vilanova Artigas**. Espaços da Arte Brasileira. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

LEME, Maria Cristina da Silva. São Paulo: conflitos e consensos para construção da metrópole: 1930-1945. In: REZENDE, Vera F. **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras**. Niterói: EdUFF, 2012. p. 119-144.

LIRA, José Tavares Correia de. Arquitetos estrangeiros, a arquitetura no estrangeiro e a história. In: LANNA, A.L.D.; et al. **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 353-378.

MENDES, Cesar Miranda. Novas tendências, novos cenários, novas centralidades no processo de verticalização do complexo urbano de Londrina- Maringá- Pr.- Brasil. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, 2005.

MENDES, Gigliese Aparecida. **O espaço de morar e a arquitetura moderna: reflexões a partir de Irati-Pr**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Arquitetura residencial verticalizada em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940. **Anais do Museu Paulista**. v. 16, n. 1, jan./jun., 2008. p. 109-149.

ROSANELI, Alessandro Filla; SUZUKI, Juliana Harumi. Cidade e arquitetura na fronteira do café no Paraná. **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. v. 2, n.2, 2012.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. O território e a paisagem: a formação da rede de cidades no norte do Paraná e a construção da forma urbana. **Paisagem Ambiente: ensaios**. n. 25. São Paulo, 2008. p. 37-54.

SAITO, Juliana Eiko. **Galeria Centro Comercial de Londrina**: proposta de revitalização. Trabalho Final de Graduação. Universidade Estadual de Maringá, 2002.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo 1920-1939**. Tese (doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1994.

YAMAKI, Humberto. **Labirinto da memória**. Paisagens de Londrina. Londrina: Humanidades, 2006.

ACERVOS CONSULTADOS DURANTE A PESQUISA

Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss. Endereço: Rua Benjamim Constant, 900 – Centro (Antiga Estação Ferroviária), Londrina, PR.

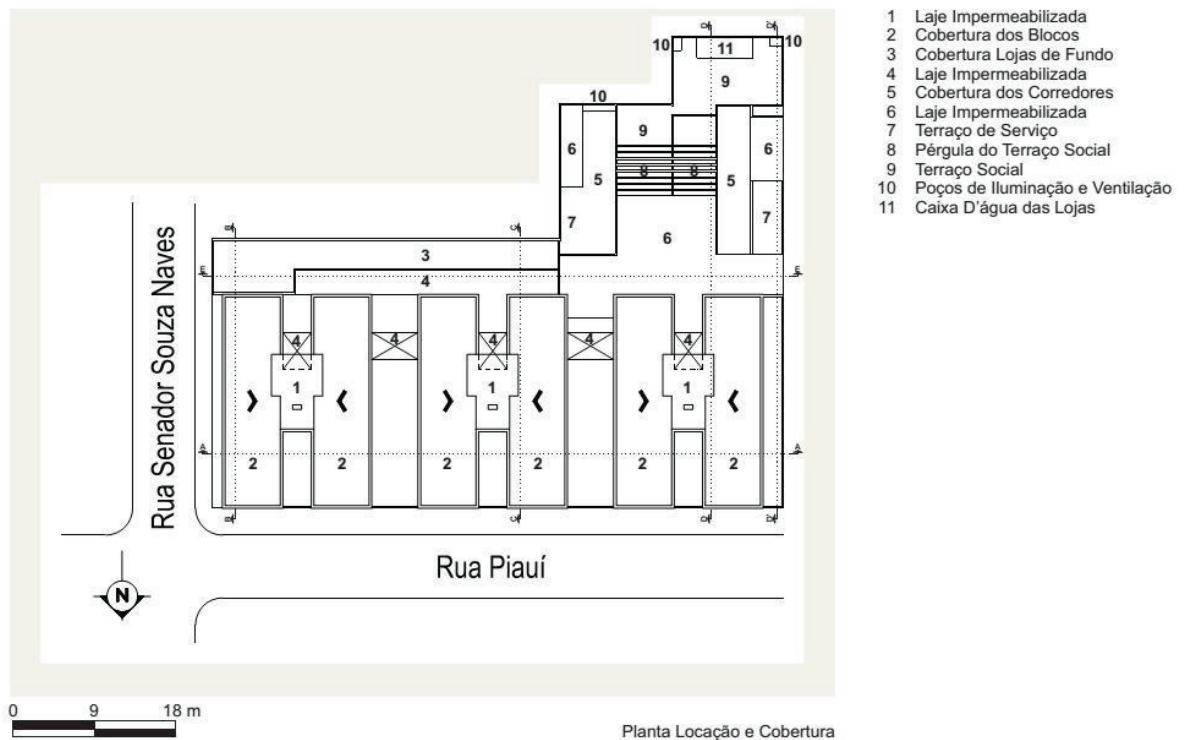
Secretaria da Cultura da Prefeitura de Londrina. Diretoria de Patrimônio Histórico-Cultural. Endereço: Rua Pio XII, 56, Londrina, PR.

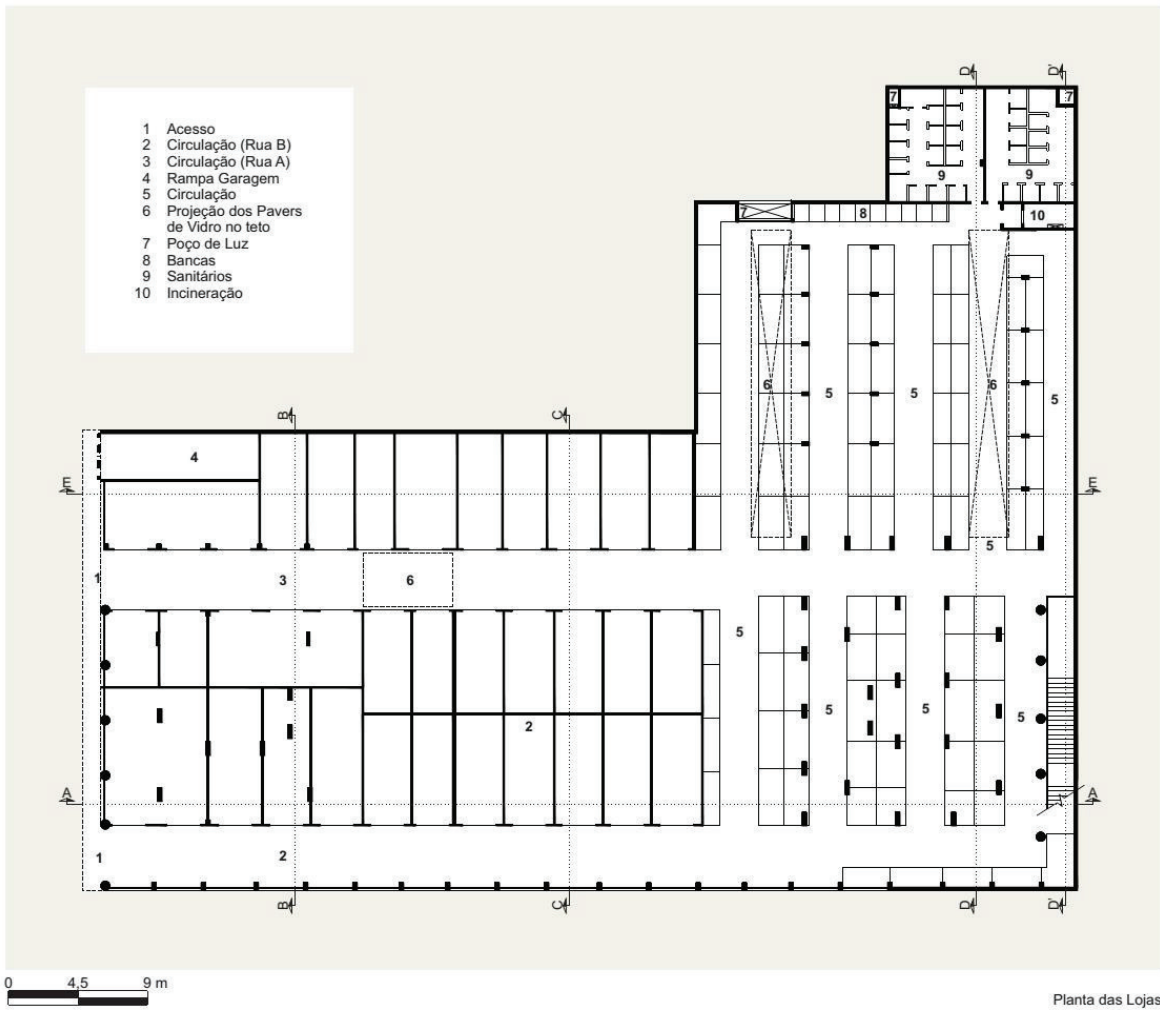
Acervo de projetos da Prefeitura Municipal de Londrina. Endereço: Av. Duque de Caxias, 635, Londrina, PR.

Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da Universidade Estadual de Londrina. Endereço: Rodovia Celso Garcia Cid, km 380, Londrina, PR.

ANEXO 1

Desenhos elaborados pela autora a partir das plantas arquivadas na Prefeitura Municipal de Londrina.



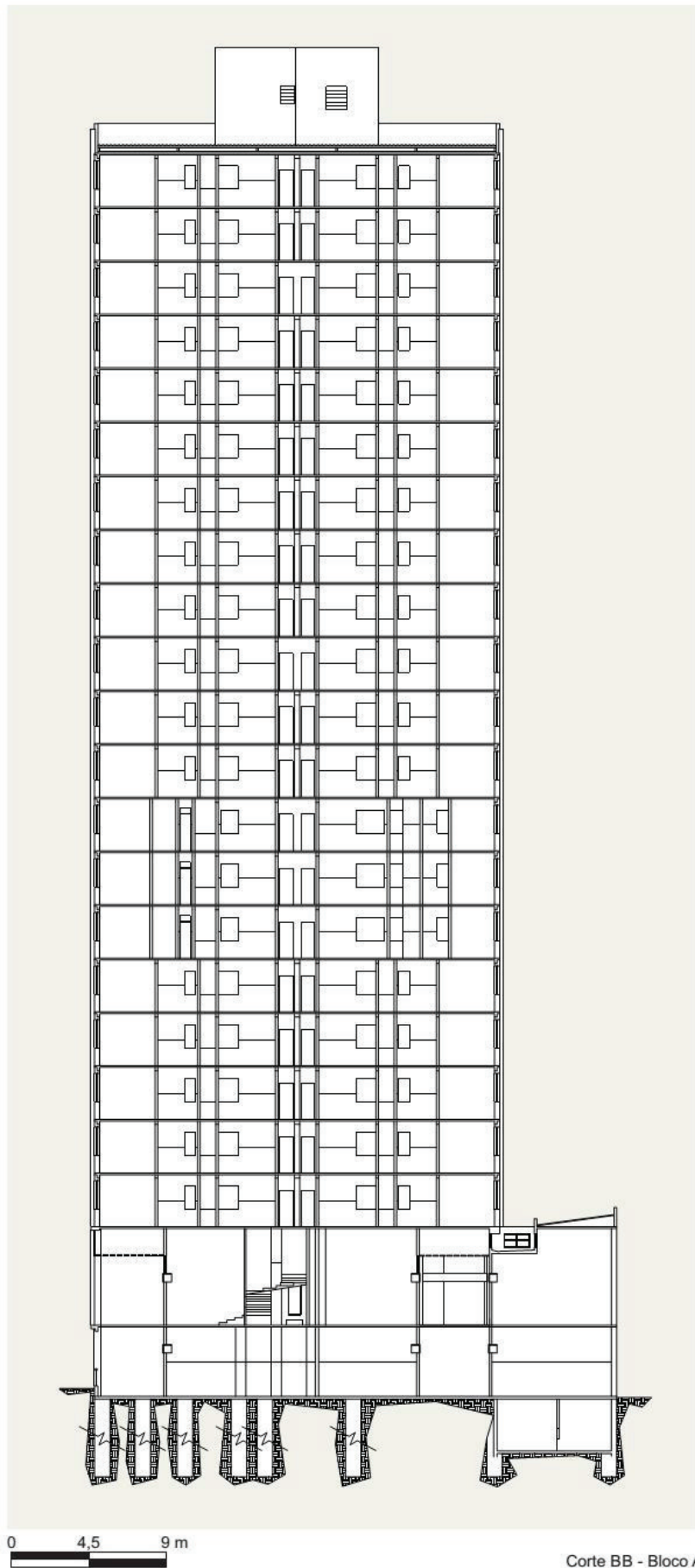


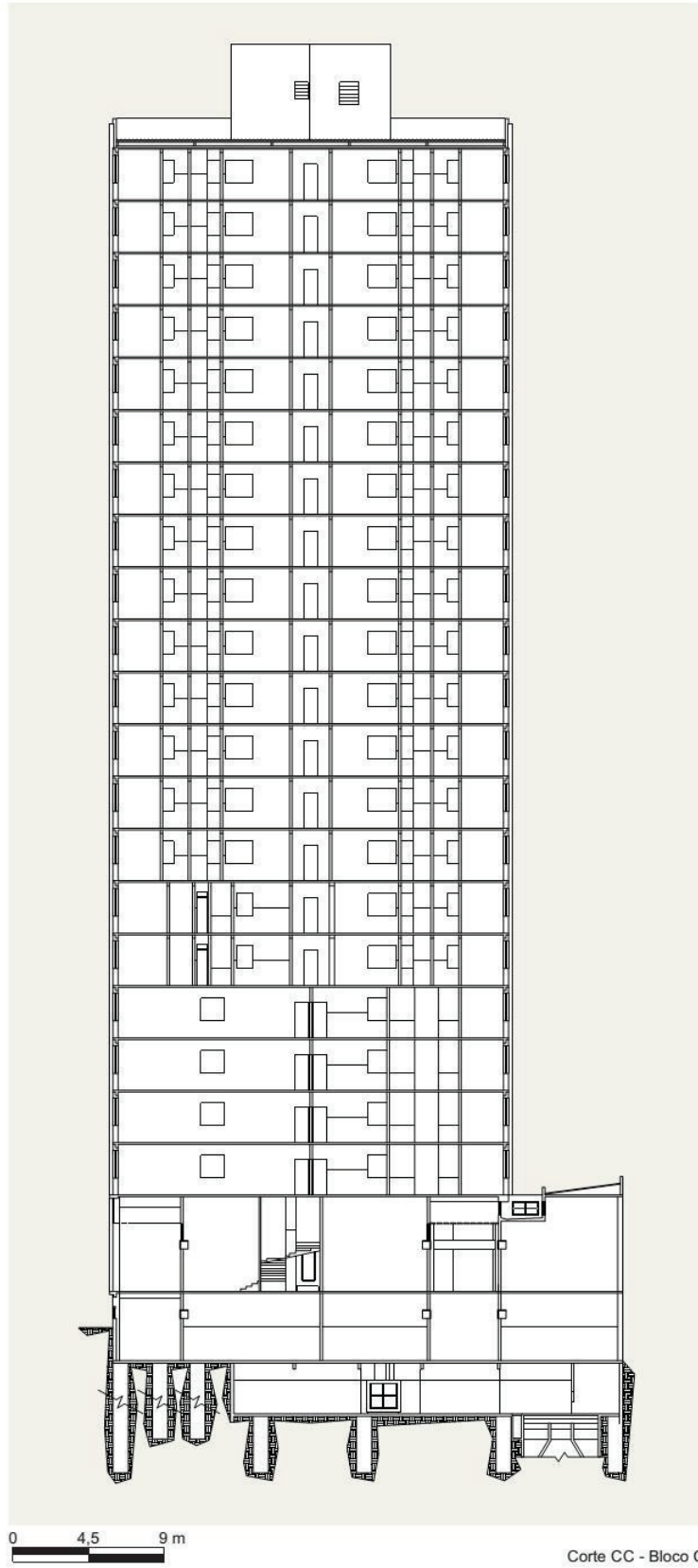
Planta das Lojas



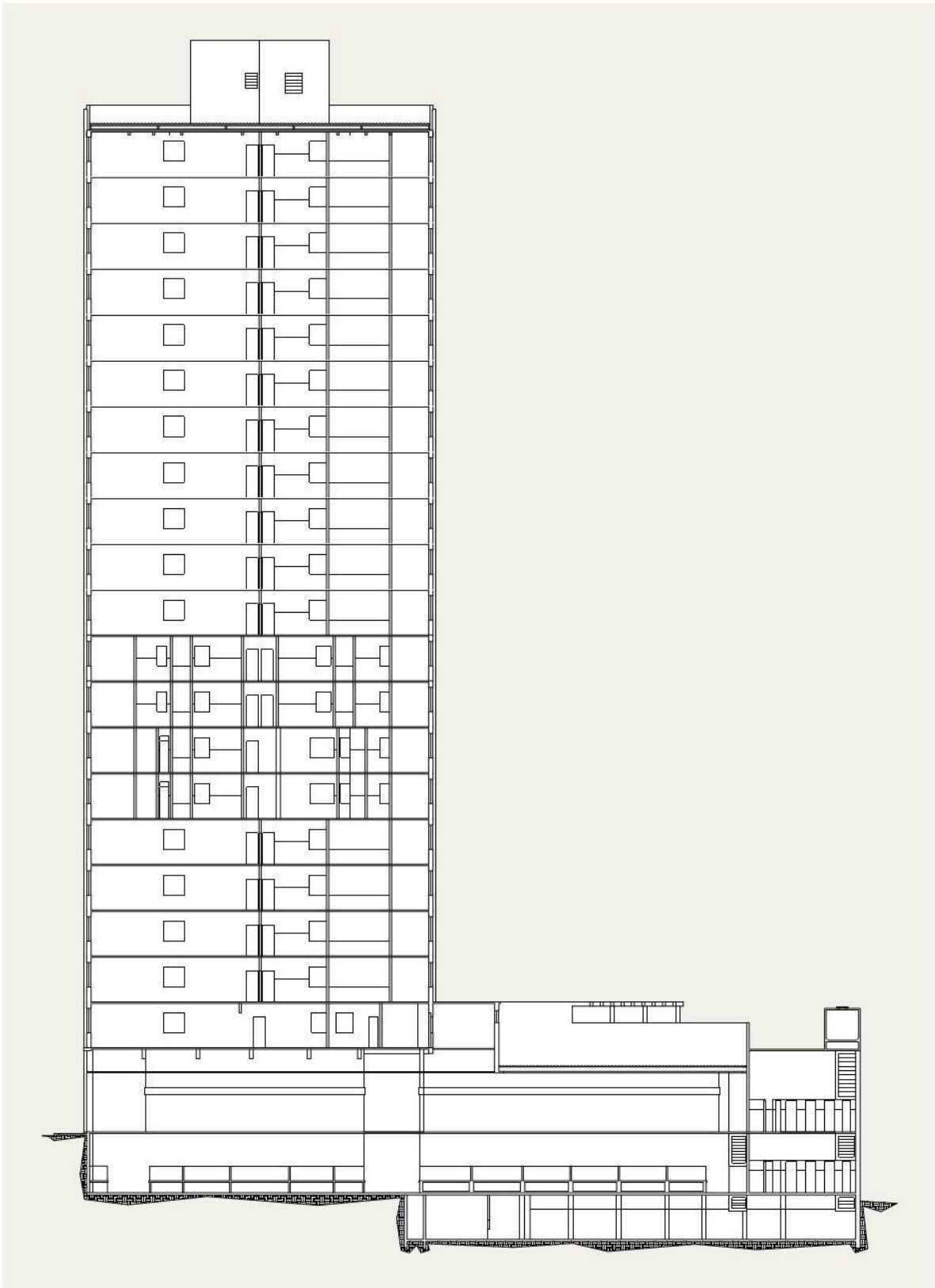
0 4.5 9 m

Corte AA - Blocos A, B e C



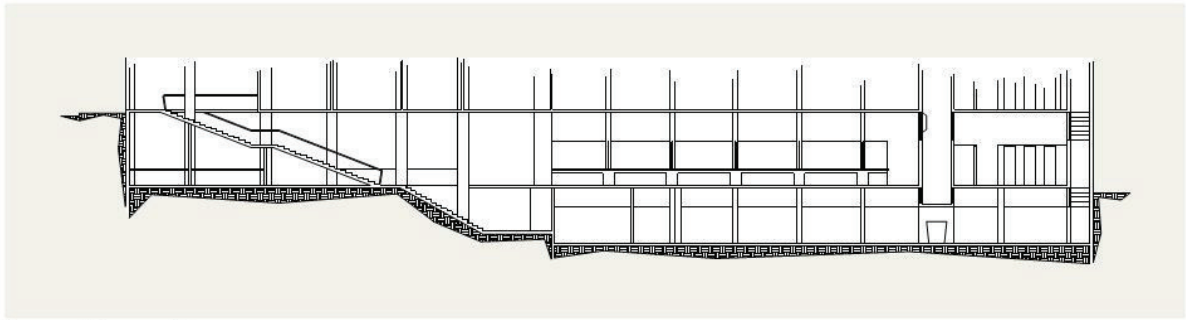


Corte CC - Bloco C



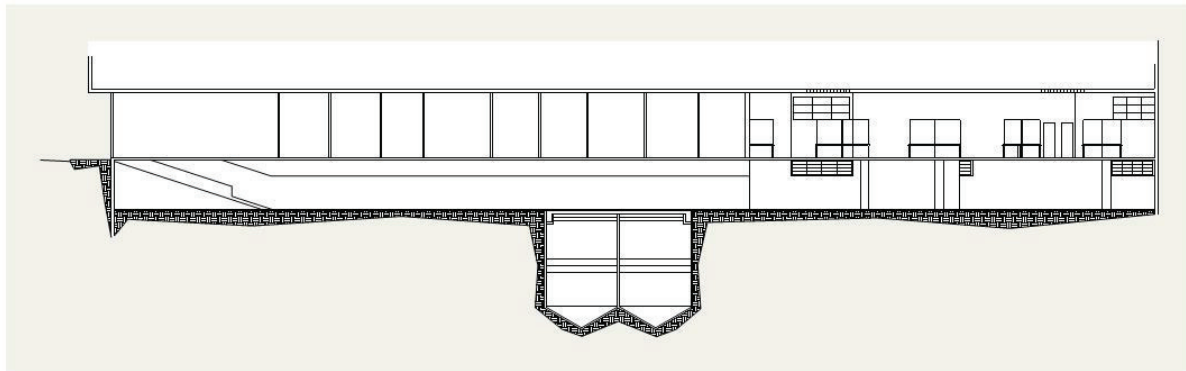
0 4,5 9 m

Corte DD - Bloco C



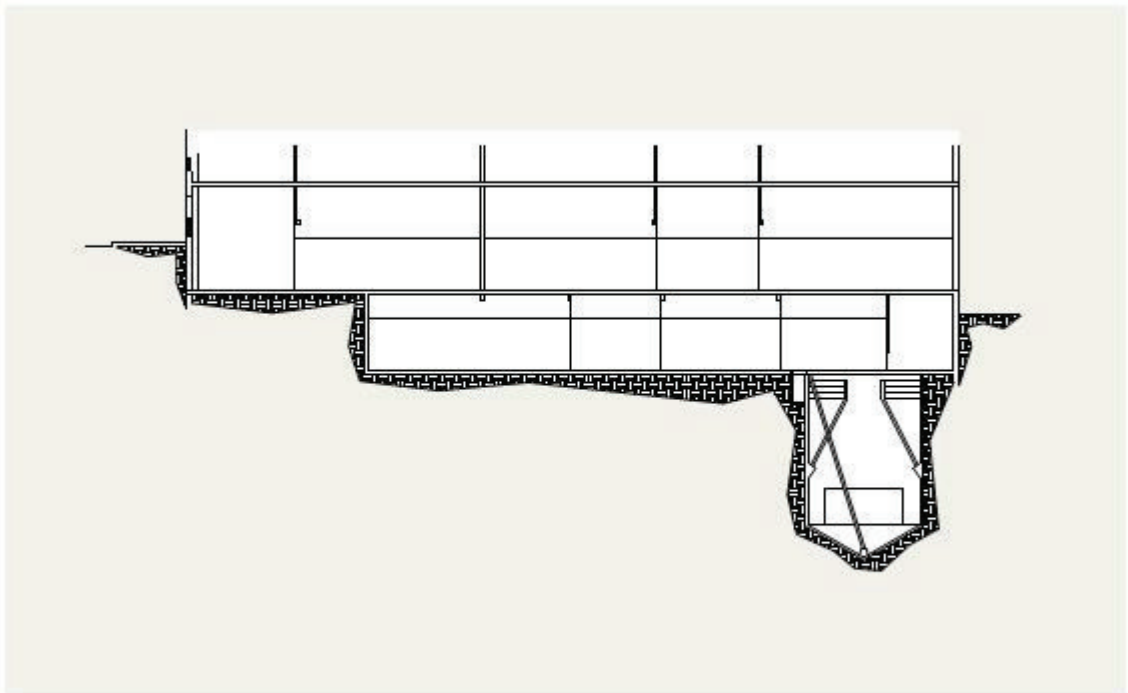
0 4,5 9 m

Corte D'D' - Lojas



0 4,5 9 m

Corte EE - Lojas

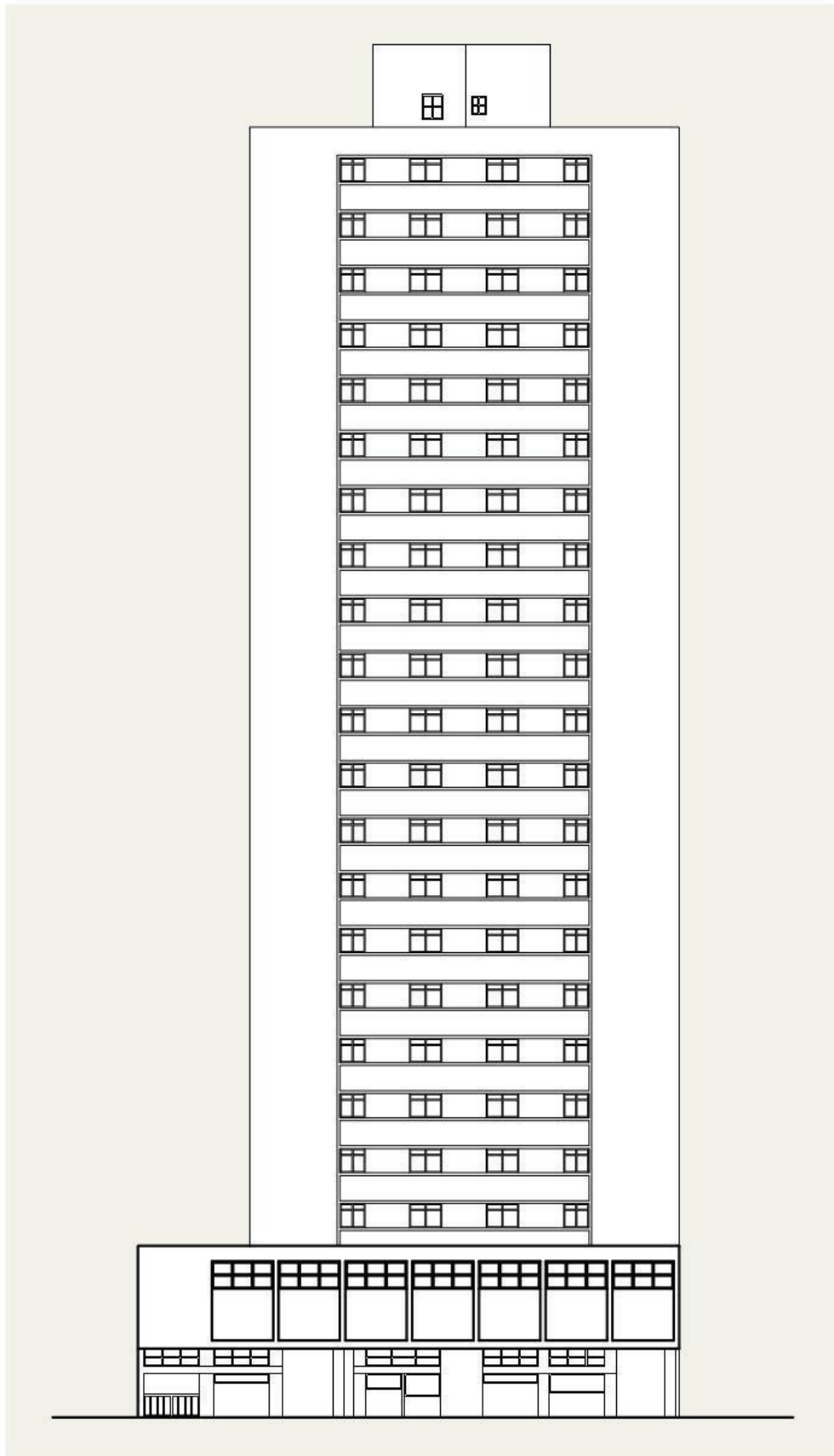


0 4,5 9 m

Corte CC - Lojas



Fachada para Rua Piaui



0 4,5 9 m

Fachada para Rua Senador Souza Naves

ANEXO 2

Transcrição do anúncio publicitário nominando os compradores de lojas e apartamentos do Conjunto Centro Comercial, à época do lançamento do empreendimento, publicado no Jornal Folha de Londrina em 21 de setembro de 1960 (Figura 15, p. 44).

Pessoas e firmas que adquiriram lojas e apartamentos no Centro Comercial Londrina:

Antônio Tondelli	José Francisco Antonio
Antônio Lagana	José Coletto
Antônio Moreira	José Monteiro de Melo
Antônio Guidugli	José Cicarelli Neto
Arnaldo Rodrigues D'Aguila	José Breno Ferraz
Aimoré Kley	José Custódio Canto Guimarães
Aloisio Gadelha e Mélo	José Santana
Arturo Giuriati	José Petri
Aparício Felismínio da Silva	José Luis Guimarães
Afonso Junqueira Franco	José Armando Lazarini
Augusto Ciccarelli	Jean Tennenbaum
Augusto Luis	Juarez Rodrigues Mota
Ademar Villela	Junior Gomes
Abdoral Araújo	Jacó Elias Issa
Amélia Dias Grilo	Joaquim Petrole
Ana Maria Kusnt Canetti	Jorge Guivernau Artisan
Aljocir Esteves	Joviniano Armstrong
Aldo Marques de Oliveira	Leodantes Fonseca
Anibal Santos Paulo	Laura Branco Ribas
Almiro S. V. Guimarães	Lauro Clivati
Auta Ugeda	Luigi Carrer
Alberto Sacani	Leonini Amaral Soares
Anésio Oliveira Vieira	Luis Guimarães Sobrinho
Agenor Queirós Pereira	Luis Moressi
Akira Itow	Moacir Viana & Cia. Ltda.
Adolfo Vidotti	Manoel Gonçalves
Almo Saturnino Vieira Magalhães	Marco Antonio Marques de Oliveira
Aleixo Delfino Lopes Serrano	Mariano Humberto Papa
Benedito Martins	Mitra Diocesana de Londrina
Benedito de Oliveira Muniz	Mário José de Farias Ferraz
Cesar Germano de Sá Bittencourt	Mario Coccheiri
Cesar de Oliveira Bertin	Masakatsu Miyataka
Cesar Dante Fabri e outros	Margarida Maroti
Cesar Baquetti	Mauro Emídio Ribeiro Machado
Carlos Reichert	Maria Nair Alves de Oliveira
Carmine Ciccozzi	Maria de Lourdes Ribeiro Gonçalves
Cipriano de Carvalho	Maria José Dortes Nogueira
Ciro José de Freitas	Maria Barroso Soares

Clarismundo Galvão	Maria C. Gois
Cesar Pozzobom	Milton Tavares da Silva
Kasuo Ohno e Massaru Nonoka	Massamitsu Kumai
Cláudio Curotto e Nelson Curotto	Nain Adas
Dirceu Coutinho Gomes	Nicodemus Meireles
David Schnaid	Ovidio Lemes Portes
Durval Oliveira Cabral	Omar Gabardo
Durval Salto Lessi	Oscar Angelo Pedro Currot
Dolvina Arcoverde	Olimpio Nunes da Costa
Eduardo Grandis	Orlando Kihathiro Ozama
Etelvina Vianna Gomes	Osvaldo Oliveira Viana
Elio Cocchieri	Osmar Furlaneto
Emil Matejika	Padre Carlos Bonetta
Erina de Oliveira	Paulo de Sousa Zacarias
Emílio Carvalho e Silva	Pedro Nolasco Moreno Fuentes
Edilio D'Avila	Pasquale Aromatario
Eduardo Morene	Pietro Palombo
Eutiquia Romero	Ricardo Sathler
Fedele Mioni	Romeu Mussi
Fuad Calixto	Renato Mussi
Frolio Benevenuto	Romão Sessak
Francisco Loures Salinet	Rubens Fernandes Campos
Francisco Manoel da Costa	Roberto Poggesi
Fortunato Moro	Roberto Zinner Koln
Fillippo Broschi	Rodolfo Rizzi
Ferdinando Fávaro	Shizuko Obikawa
Farid Barbosa Fabor	Salviano Teixeira França
Henrique Gomes Dias	Sinésio Scudeler
Haroldo Coutinho Gomes	Sadi Forbek
George Malte e Helena Malte	Silvio Ribeiro Camargo
Gabriel Bitencourt	Tsuchiya Hisakichi
Gianina Corso	Toshihiko Tan
Gerônimo Arlindo Fuganti	Vitor Bastos & Cia
Gervásio Dias de Araújo	Vitor Valente
Guido Jesus Barroso	Vicenti Januzzi Neto
Isabel de Oliveira Lima	Vergílio Spuri
Irmãos Yusawa	Vitorino Miguel Marchi
João Tavares de Lima	Vanderlina Figueira Petrole
João Paulo Leal Costa Neves	Valter Augusto Amanthea
João Bonini	Valter Bolelli
João Francisco G. Vicenti	Wilhelm Volkamer
João Alfredo Celli	Valdomiro Val
João Batista Carleto	Wilson Clivati
João Rafael Vasques Atz e Fernando Loures Salinet	Waldemar Neme
João Amaral Filho	Walmor Milanez Macarin
José Krestsch	Wilfred Neme
José Aristides de Moraes Filho	